



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - AMAZÔNIA ORIENTAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Ketiane dos Santos Alves

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS  
NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES,  
MICROREGIÃO DO GUAMÁ NO NORDESTE PARAENSE**

Belém  
2011

KETIANE DOS SANTOS ALVES

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS  
NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES,  
MICROREGIÃO DO GUAMÁ NO NORDESTE PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dalva Maria da Mota

**Belém  
2011**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –  
Biblioteca Central da UFPA**

---

Alves, Ketiane dos Santos.

Organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, Nordeste Paraense / Ketiane dos Santos Alves; orientadora, Profa. Dra. Dalva Maria da Mota. \_2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, PA, 2010.

1. Agricultura Familiar 2. Trabalho e família. I. Mota, Dalva Maria, orient. II. Título.

CDD: 22. ed. 306.364

---

Ketiane dos Santos Alves

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS  
NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES,  
MICROREGIÃO DO GUAMÁ, NORDESTE PARAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dalva Maria da Mota (presidente da banca)  
Embrapa Amazônia Oriental - MAFDS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Laura Angélica Ferreira  
Universidade Federal do Pará – MAFDS (examinador interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Carneiro da Conceição.  
Universidade Federal do Pará (examinador externo)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Heribert Schimitz  
Universidade Federal do Pará - MAFDS (suplente)

## **DEDICO:**

A todas as famílias da comunidade Nossa Senhora de Lourdes que com seus valores, experiências e modos de vida simples contribuíram inestimavelmente para a realização desta pesquisa. Dedico também a todos os profissionais que corajosamente contribuem nas discussões para o fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia.

À minha mãe, meu maior exemplo de vida, que com toda sua força e coragem me incentivou sempre buscar os desafios mais prazerosos da vida.

## AGRADECIMENTOS

São inúmeros os agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela permissão da vida, força e coragem para prosseguir nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, pelos valores ensinados e ao esforço de ter me proporcionado uma formação acadêmica, pessoal e profissional digna. Duas jóias que incontestavelmente me incentivaram e me apoiaram na busca de meus objetivos e de melhores dias.

A minha irmã Ketsa e meu sobrinho/afilhado Lucas, por ter proporcionado momentos de alegrias e compartilhado com minhas angustias e inquietações ao longo realização deste trabalho.

Aos meus avós Maria da Hora dos Santos e José Manoel dos Santos (*in memorian*) primeiras pessoas que me apontou o universo agrário de forma simples, mas tão acolhedora. Obrigada meus tesouros por terem me mostrado que não é somente “desbravar” a Transamazônica, mas saber ter vivido nela.

À minha orientadora e professora Dalva Maria da Mota pela amizade, dedicação e profissionalismo que muito contribuiu para a realização deste trabalho. Agradeço ainda pela contribuição acadêmica enquanto professora do curso de mestrado por ter me apontado de forma sociológica as diferentes realidades do mundo rural. Minha eterna gratidão pelo carinho e pelos momentos de alegria durante esses dois anos de convivência.

Às professoras Angélica Maués e Laura Angélica pelas contribuições durante a qualificação da pesquisa.

Aos professores e alunos do curso de mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, pelo conhecimento construído durante dois anos de formação e qualificação na academia. Em especial as minhas amigas Raissa, Tatiane e Margareth pela amizade sincera e leal, e por terem me acolhido nos momentos em que mais precisei.

Agradeço também aos meus amigos Danielle, Glaucia, Lívio e Zeca, pelo carinho e palavras de força. À Jacirene pelo afeto de mãe/amiga e Clarissa por ter compartilhado inúmeros momentos de alegria, e por ter me ensinado que precisamos de muito pouco para sermos felizes mesmo frente às adversidades.

À Bianca pela ajuda e disposição na formatação do trabalho e à minha mãe pelas leituras e correções gramaticais nos pequenos intervalos de folga que dispunha durante a semana de trabalho.

Ao Guilherme Campos do Laboratório de Sensoriamento Remoto da Embrapa Amazônia Oriental pela elaboração do mapa de localização da área de estudo.

Aos colegas Joenes, Thiara e Liliane pelas leituras e considerações e à Luisa e Rogério pelas contribuições.

Enfim, a todas as pessoas que torceram, acreditaram e colaboraram para mais um objetivo almejado.

## RESUMO

Esta pesquisa analisou a organização do trabalho em unidades de produção de famílias agricultoras da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, município de Mãe do Rio, Microrregião do Guamá, no Nordeste Paraense, a partir de um contexto de limitações do meio natural. Trata-se de um estudo de caso realizado a partir de abordagens qualitativas e quantitativas, onde os principais instrumentos metodológicos utilizados foram entrevistas, questionários e observação participante. Os dados da pesquisa foram sistematizados e analisados a partir de um recorte teórico que priorizou as categorias de análise: família, divisão de trabalho e exploração do meio natural. As principais conclusões mostram que: i) as famílias se adaptam às condições ecológicas limitantes em que as unidades de produção se encontram, criando alternativas para o desenvolvimento das atividades produtivas através da reconfiguração da gestão dessas unidades e da organização do trabalho de seus membros ii) a saída dos filhos para assalariamento é uma replicação da trajetória de trabalho dos pais. No entanto, até que estes não tenham acesso à terra, haverá uma situação de tensão entre a demanda de mão de obra que a unidade de produção familiar requer, a necessidade dos filhos de obterem renda “certa” tanto para garantir suas condições básicas (roupas, sapatos, etc) como para retorno ao próprio estabelecimento (insumos, ferramentas de trabalho e compra de animais), e a vontade dos pais para que os filhos consigam outras alternativas para seu futuro, uma vez que a unidade de produção não conseguirá manter várias famílias em uma mesma área iii) embora para os agricultores estudados esteja idealizado um modelo de organização do trabalho baseado na geração, idade e sexo dos indivíduos, na prática esta idealização não se sustenta para todo o caso estudado, pois modelos ideais de famílias (casal e os filhos que residem e trabalham na mesma unidade de produção) são questionados com a saída dos filhos para a execução de atividades extra lote (agrícolas e não agrícolas), situação que implica em aumento no esforço de trabalho de alguns membros em detrimento de outros, causando rupturas de papéis culturalmente delimitados.

Palavras chave: Família. Organização do trabalho. Situação limite do meio natural.



## ABSTRACT

This research analyzed the work organization in production units of farming families in Nossa Senhora de Lourdes community, Mãe do Rio city, Guamá Microregion in Northeastern Pará, from a context of natural environment limitations. This is a case study conducted from qualitative and quantitative approaches, where the main methodological tools used were interviews, questionnaires and participant observation. The survey data were systematized and analyzed from a theoretical approach that prioritized the analysis categories: family, work division and natural environment exploitation. The main conclusions show that: i) families adapt to limiting ecological conditions in which production units are located, creating alternatives to the productive activities development through these units management reconfiguration and its members work organization ii) children departure to wage is a replication of the parents work path. However, even they do not have access to land, there will be a tension situation between the labor demand that the family production unit requires, the childrens need to gain income "right" both to ensure their basic conditions (clothes, shoes, etc.) like to return to the establishment itself (inputs, working tools and animals purchase), and the parents willingness to achieve its children future alternatives, since the production unit will not sustain a lot of families in the same area iii) while for studied farmers an idealized model of work organization is already idealized based on generation, age and sex of individuals, in practice this idealization does not hold for the entire case study, because families ideal models (couples and children who live and work in the same production unit) are challenged with the children departure to perform extra ground activities (farm and nonfarm), a situation that implies an increase in work effort by some members over others, causing disruptions in culturally defined roles.

Keywords: Family. Work organization. The limit situation of the natural environment.

## LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, (IDESP)
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento de Trabalhadores Sem Terras
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
SUDAM	Superintendência de desenvolvimento da Amazônia

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Localização da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes .....	37
Quadro 1:	Distribuição de dias de permanência no campo .....	46
Foto 1:	Agricultor construindo o mapa mental da comunidade .....	49
Foto 2:	Pesquisadora observando os critérios utilizados pelo agricultor para a construção do mapa .....	49
Quadro 2	Histórico das atividades desenvolvidas na comunidade Nossa Senhora de Lourdes .....	58
Quadro 3:	Situação da cobertura vegetal no período de chegada das famílias em suas unidades de produção .....	59
Gráfico 1:	Cobertura vegetal atual das unidades de produção das famílias estudadas	63
Foto 3:	Mapa mental elaborado por um morador da comunidade Nossa Senhora de Lourdes .....	65
Foto 4:	Vista geral do povoado da comunidade Nossa Senhora de Lourdes .....	66
Foto 5:	Povoado da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, igreja católica e clube de mãe .....	66
Foto 6:	Fachada - casa de alvenaria na comunidade Nossa Senhora de Lourdes (a)	68
Foto 7:	Fachada - casa de alvenaria na comunidade Nossa Senhora de Lourdes (b)	68
Foto 8:	Casa construída a partir do crédito habitação e posteriormente adaptada ao tamanho da família .....	68
Foto 9:	Casa construída durante o período de chegada da família no lote .....	68
Gráfico 2:	Tipos de famílias estudadas .....	70
Gráfico 3:	Número de membros na família .....	71
Gráfico 4:	Escolaridade dos membros das famílias estudadas .....	73
Quadro 4:	Número de membros quanto ao seu local de residências .....	73
Gráfico 5:	Origem das famílias .....	75
Quadro 5:	Caracterização dos tipos de unidades de produção estudadas .....	77
Gráfico 6:	Diferentes condições de uso da terra para plantio nas unidades de produção das famílias estudadas.....	80
Quadro 6:	Divisão do trabalho da família na esfera doméstica .....	86
Foto 10:	Meninas executando a tarefa de lavagem de louça no igarapé .....	88
Foto 11:	Menina carregando louça lavada no igarapé .....	88

Foto 12:	Plantio de mandioca executado pelo casal .....	92
Foto 13:	Capina do roçado, executado pelo homem (pai) .....	92
Foto 14:	Raspagem da mandioca para fabricação de farinha .....	94
Foto 15:	Raspagem da mandioca com instrumento fabricado pelos próprios agricultores .....	94
Quadro 7:	Número de famílias que possuem membros trabalhando intra e extra unidade produção da família .....	98

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
2.1	A FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O TEMA DE PESQUISA .....	18
2.2	A DIVISÃO DO TRABALHO DA FAMÍLIA COMO FOCO DE ANÁLISE .....	19
2.3	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO MEIO NATURAL NO NORDESTE PARAENSE .....	27
<b>3</b>	<b>PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>33</b>
3.1	HIPÓTESE E OBJETIVOS .....	33
3.2	A REGIÃO ESTUDADA .....	34
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	39
<b>3.3.1</b>	<b>Dados secundários .....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Dados primários .....</b>	<b>42</b>
3.3.1.1	Observação Participante .....	43
3.3.1.2	Entrevistas estruturadas .....	43
3.3.1.3	Entrevistas semiestruturadas .....	45
3.3.1.4	Mapa mental .....	46
<b>3.3.3</b>	<b>A pesquisa de campo .....</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES .....</b>	<b>52</b>
4.1	HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE .....	52
<b>4.1.1</b>	<b>Histórico do uso da terra .....</b>	<b>57</b>
4.2	A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES: ASPECTOS GERAIS E MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS .....	64
<b>4.2.1</b>	<b>Aspectos gerais da comunidade .....</b>	<b>65</b>
<b>4.2.2</b>	<b>As famílias da comunidade .....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Trajetórias das famílias e ciclos de desenvolvimento .....</b>	<b>74</b>
<b>4.2.4</b>	<b>O atual contexto das unidades de produção das famílias .....</b>	<b>76</b>

<b>5</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES .....</b>	<b>83</b>
5.1	DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR: DA ESFERA DOMÉSTICA À ESFERA PRODUTIVA .....	85
5.1.1	<b>O trabalho da casa é ela quem toma de conta! .....</b>	<b>85</b>
5.1.2	<b>O homem é quem da conta do trabalho na roça! .....</b>	<b>89</b>
5.1.2	<b>O trabalho no forno – trabalho da família! .....</b>	<b>92</b>
5.2	“HOJE TEM MUITA COISA DIFERENTE”: FAMÍLIA E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	96
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apresento neste estudo reflexões sobre a organização do trabalho no interior de unidades de produção de agricultores familiares de uma comunidade rural localizada em área de assentamento na região do nordeste paraense. Parto do pressuposto de que as alterações nos ecossistemas da comunidade induzidas por padrões de exploração do meio natural ao longo dos anos através da agricultura de corte e queima, tem ocasionado problemas associados ao esgotamento de recursos naturais nas unidades de produção e com isso influenciado na configuração do trabalho da família. Considerando esse cenário, o objetivo desta dissertação é analisar a organização do trabalho em unidades de produção de agricultores familiares na Comunidade Nossa Senhora de Lourdes localizada no município de Mãe do Rio – Pará.

As análises que fundamentam este trabalho situam-se no debate sobre família e trabalho na agricultura, amparado na literatura a partir das contribuições Wolf (1976), Heredia (1979), Garcia Junior (1983), Tavares dos Santos (1984), Wagley (1988), Edna Castro (1997), Woortmann e Woortmann (1997), Conceição (2002), Cantarelli (2006), Lima (2006), Witkoski (2007), Batista (2009) e Stropasolas e Aguiar (2010).

A opção em privilegiar a temática organização do trabalho na agricultura familiar a partir da análise da vida cotidiana de famílias agricultoras está associada à minha formação pessoal e acadêmica.

Como neta de agricultores que viveram por mais de 25 anos da agricultura familiar na região Transamazônica fui ensinada que a “roça” não é somente um espaço de trabalho. É também um espaço onde as pessoas se socializam, trocam experiências, depositam suas esperanças, tiram seus sustentos, ensinam seus filhos e dividem responsabilidades. Aprendi mesmo de forma “inconsciente”, que este é um espaço de construção social e que a família constitui a base do funcionamento da unidade de produção. Assim, foi no convívio familiar que me fiz interessada em conhecer e valorizar o mundo rural.

A experiência e o contato que tive com a agricultura estimularam a opção pela área das ciências agrárias como um desafio profissional, além de aguçar o meu interesse por estudos sobre o modo de vida de agricultores familiares. Após a minha inserção no curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará acreditava, durante o processo de formação, estar em um curso cercado de “familiaridades”. Com o passar do tempo percebi que aquilo que vivenciei poderia ser “familiar”, mas não necessariamente “conhecido” e aquilo que não

vivenciei e que estava conhecendo tornava-se “exótico” aos meus olhos (VELHO, G., 1978, p. 39).

Durante todo o meu processo de formação primei por estudos sobre a gestão de unidades de produção de famílias agricultoras. Ao longo da graduação trabalhei com os mais diferentes grupos sociais na região da Transamazônica<sup>1</sup> dentre eles: agricultores de área de colonização antiga, assentados da reforma agrária, extrativistas e ribeirinhos. Todos estes despertaram o meu “olhar curioso” sobre as formas de organização das famílias e a gestão dos seus meios de produção.

No ano de 2009, me submeti ao processo de seleção de mestrado com a proposta de estudar as estratégias de reprodução<sup>2</sup> social de agricultores familiares em áreas de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS no município de Anapu, Pará. No decorrer das primeiras disciplinas do curso essa proposta foi repensada em função da dificuldade que teria em conseguir recursos financeiros para cobrir custos de logística da pesquisa nessa área. Diante de tais limitações tive que optar por um *locus* de pesquisa que me possibilitasse maior exequibilidade da mesma.

A decisão de um novo tema e do local a ser pesquisado foi tomando forma após um primeiro trabalho de campo do mestrado desenvolvido durante a disciplina Família e Trabalho no espaço rural paraense. Na ocasião tive a oportunidade de conhecer um universo diferente e “exótico”, mas por outro lado, bem “familiar” (VELHO, G., 1978), pois embora estivesse em uma região onde fatores sociais, políticos e culturais se diferenciavam da região da transamazônica, as famílias que viviam naquele espaço compartilhavam limitações semelhantes a das comunidades rurais outrora estudadas. O período de dois dias de vivência com famílias agricultoras de uma comunidade rural do nordeste paraense e a observação direta das formas de organização de trabalho familiar na comunidade, aguçaram meu interesse em analisar e compreender sob certas condições o tema “trabalho” de famílias agricultoras nessa região.

Em um segundo momento, durante a construção do projeto de qualificação e após revisões bibliográficas que discorrem sobre o tema, realizei conjuntamente com a equipe da Embrapa Amazônia Oriental o projeto “Rede de Referências para Fortalecer a Piscicultura

---

<sup>1</sup> Área compreendida entre os municípios de Pacajá a Uruará, envolvendo, além dos municípios que margeiam a rodovia, aqueles de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

<sup>2</sup> Bourdieu (1988, p 122) considera as estratégias de reprodução um conjunto de práticas diferentes às quais os indivíduos e as famílias tendem de maneira consciente ou inconsciente conservar ou aumentar seu patrimônio e correlativamente manter ou melhorar sua posição ou na estrutura das relações de classes.



Familiar no Nordeste Paraense” visitas às comunidades rurais desta região a fim de observar e conhecer a dinâmica agrícola e social das mesmas.

Na ocasião visitei famílias de três comunidades rurais que participaram do projeto: Santa Ana, Araraquara e Nossa Senhora de Lourdes. Esta última me chamou atenção por três motivos: i) as condições limites do meio (baixa fertilidade dos solos e escassez dos recursos naturais) requerem maior dispêndio de mão de obra nos estabelecimentos familiares; ii) a saída dos filhos adultos para assalariamento ocasional ao mesmo tempo que a unidade de produção familiar demanda crescentemente mão de obra em face às condições limite do meio; iii) a necessidade de rearranjos do trabalho no interior das unidades de produção mediante esse contexto.

Nesse sentido, percebi que naquela comunidade havia um quadro de tensão entre garantir recursos financeiros essenciais à satisfação das necessidades imediatas da família através da realização de atividades extra-lote e a demanda crescente de mão de obra da mesma para as diferentes atividades na unidade de produção. Foi, portanto, diante de tal aparente desencontro que surgiu o questionamento: Como as famílias dessa comunidade têm organizado o trabalho cotidiano nas suas unidades de produção neste contexto de tensão?

A partir desse questionamento fui motivada a estudar a organização do trabalho de famílias agricultoras da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes localizada em área de assentamento rural, nordeste paraense. Vale ressaltar que já existe um estudo comparativo que trata da relação família e trabalho realizado em dissertação de mestrado por Batista (2009) cuja análise está centrada em uma única família dessa mesma comunidade. No entanto, reconheço a importância de um estudo mais aprofundado sobre a organização do trabalho do conjunto de famílias que ali residem, focalizando em aspectos como processos produtivos, alocação da força de trabalho familiar dentro e fora da unidade de produção e divisão sexual do trabalho. Representa um esforço em demonstrar que, embora a unidade familiar seja afetada por fatores internos e externos, ela tem revelado a capacidade de se adaptar e estabelecer novos arranjos que vem garantindo a sua reprodução social.

O debate sobre a organização do trabalho de agricultores familiares tem se dado no Brasil a partir de diferentes enfoques. De um lado os que se dedicam ao estudo em separado dos membros da família (jovens, homens e mulheres). De outro, os que privilegiam a relação de oposição/complementaridade da unidade de produção e de consumo da família. Assim, o que pretendo aqui não é privilegiar um caminho ou outro, a proposta é seguir um caminho teórico metodológico amparado na mesclagem dessas duas abordagens a fim de compreender

e explicar a atual configuração do trabalho familiar da comunidade num determinado contexto.

Trata-se, portanto de interpretar a partir da vida cotidiana de famílias agricultoras as maneiras de como se produzem as situações de trabalho na comunidade e como estas são decorrentes de fatores internos e externos, como limitações do meio natural e ciclo de desenvolvimento da família.

Entender as alterações que vem ocorrendo no interior das unidades de produção das famílias agricultoras da região do nordeste paraense é uma tarefa que está longe de ser esgotada. Mesmo com um intenso esforço e contribuições de trabalhos mais voltados aos aspectos produtivos na região (FLOHRSCHUTZ, 1983; HURTIENNE, 2005) e dissertações de mestrados que abordam o tema família e trabalho nesse espaço rural (BATISTA, 2009; BEZERRA, 2010) pequenas lacunas dessa realidade ainda não foram reveladas. Nesse sentido, vejo que as análises apresentadas nessa dissertação somadas a outras que discorrem sobre a região, podem trazer contribuições sobre as transformações em curso no interior das unidades de produção de comunidades rurais do nordeste paraense, as quais precisam ser compreendidas através de pesquisas que tratem da realidade local.

Para dar conta dos objetivos que orientam esta dissertação, a estruturei em seis capítulos, dispostos da seguinte forma:

O primeiro capítulo é a introdução trazendo as motivações que ensejaram a elaboração da pesquisa.

No capítulo dois denominado de referencial teórico apresentam-se o tema e o recorte utilizado na literatura para embasar teoricamente o trabalho.

O terceiro capítulo intitulado pressupostos metodológicos da pesquisa apresenta os objetivos e hipóteses do trabalho, a região estudada e os caminhos percorridos ao longo da pesquisa.

No quarto capítulo é tratada a história de formação da comunidade Nossa Senhora de Lourdes e da dinâmica de exploração do meio natural ao longo dos anos. Destaca também o atual contexto das famílias em suas respectivas unidades de produção e os principais aspectos relacionados aos seus modos de vida.

No quinto capítulo, é analisada a organização do trabalho da família nas diferentes esferas de trabalho, os arranjos e mudanças percebidos na atual configuração deste. Por fim apresento as reflexões conclusivas, externadas no sexto capítulo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será delineado o recorte teórico a ser utilizado ao longo da dissertação. O capítulo está dividido em três seções, a primeira apresenta o tema de pesquisa, a segunda discorre especificamente sobre a organização do trabalho da família no interior de unidades de produção, situando a discussão em torno da divisão do trabalho e as posições ocupadas na hierarquia familiar. A terceira seção refere-se a uma breve reflexão sobre aspectos sócio-ambientais do espaço rural paraense, o que subsidiará posteriormente a confirmação ou negação da hipótese deste trabalho.

### 2.1 A FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O TEMA DE PESQUISA.

De acordo com Garcia e De Oliveira (2006, p.148) “a família e o trabalho constituem eixos fundamentais de reflexões e análises de uma ampla gama de enfoques teóricos e investigações sobre as sociedades contemporâneas”. Ao examinar a trajetória das principais reflexões teóricas sobre esta relação em diferentes contextos históricos, esses autores indicam que um dos princípios centrais das teorias refere-se à clara divisão de papéis entre homens e mulheres na realização de atividades tanto intra familiar como na sociedade em geral, indicando a necessidade em estabelecer uma conexão entre essas duas categorias de análises quando se pretende compreender as transformações sociais mais amplas (GARCIA; DE OLIVEIRA, 2006, p.152).

Assim, entender a organização do trabalho no interior de unidades de produção de famílias agricultoras implica analisar esses dois domínios (família e trabalho) da vida social de forma complementar (MOTA, 2008).

É neste contexto que me proponho analisar a organização do trabalho de agricultores familiares a partir da vida cotidiana das mesmas, a fim de entender as permanências e mudanças da família na sua relação com o trabalho e a atual configuração deste no interior de unidades de produção de famílias agricultoras sob pressões externas. Para tanto, coaduno com as idéias de Fortes (1974) o qual discute que o ciclo de desenvolvimento da família ou do

grupo doméstico<sup>3</sup> é ao mesmo tempo um processo dentro do campo interno e um movimento governado pelas suas relações com o campo externo.

A relevância da família como unidade de análise justifica-se por esta ser um importante agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola. Nesse sentido, a família será entendida neste trabalho não somente *como* “um grupo estruturado cercado por suas condições históricas e culturais, mas como o conjunto de normas e valores que ele agrega através de uma rede de relações e representações sociais” (CARNEIRO, M. J., 1998, p. 65).

Maria José Carneiro (1998) justifica esta concepção pelas seguintes razões: i) a família é o agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários; ii) é nas inter-relações entre os domínios de parentesco e do trabalho que se encontram as principais relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na própria produção; iii) a unidade familiar permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera de parentesco ou da produção.

É importante deixar claro que analisar a organização do trabalho em comunidades rurais na Amazônia é entender primeiramente que essa organização é construída socialmente no tempo e no espaço. Logo, o esforço dessa pesquisa não se arroga a tarefa de indicar reflexões mais gerais sobre o tema. Pretende-se apresentar um esforço acadêmico no sentido de contribuir e reafirmar a necessidade de mostrar as diferentes relações sociais e produtivas presentes no espaço rural paraense e as transformações sociais decorrentes do trabalho da família em sua unidade de produção.

## 2.2 A DIVISÃO DO TRABALHO DA FAMÍLIA COMO FOCO DE ANÁLISE

A minha inquietação neste estudo é entender a configuração do trabalho no interior das unidades de produção familiares em um contexto de limitações do meio natural no espaço rural paraense. Diante dessa perspectiva, evidenciarei as formas que assumem a divisão do trabalho buscando compreendê-las como reveladoras das posições ocupadas pelos diferentes membros da família na hierarquia familiar.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho a definição de grupo doméstico não será separada da família. Será considerado como um grupo composto por pessoas que compartilham uma mesma unidade residencial.

Situarei a discussão da organização do trabalho familiar sob um dos aspectos considerados por Stanek (1998) a divisão do trabalho entre os diferentes membros da família. Segundo o autor a organização do trabalho além de depender da unidade de produção da família, é estreitamente ligada à identidade profissional e às formas de integração social de seus membros.

Em se tratando da agricultura familiar, particularmente da organização do trabalho em unidades de produção, a divisão do trabalho pode ser analisada a partir do planejamento e da execução do conjunto de tarefas que necessitam ser coordenadas ao longo dos ciclos agrícolas (OLIVEIRA, D., 2007). Portanto, essa divisão resulta numa jornada de trabalho combinada por vários membros da família, quer seja no planejamento das atividades, quer seja na realização das mesmas, o que não significa dizer que as tomadas de decisão partam do grupo como um todo. Segundo Brandão (1993, p. 142) “as famílias agricultoras são administradas em grande parte pelo chefe da família, o qual cria um sistema de relações de trabalho na unidade de produção apoiada na coordenação e responsabilidade por parte do pai e obrigação de certos trabalhos por parte da esposa e dos filhos solteiros”.

Durante décadas muitos autores especializados em sociedades camponesas analisaram a organização interna das unidades de produção familiar a partir da teoria de sistemas econômicos não capitalistas de Chayanov (1974) na qual a organização do trabalho da família era determinada em função do balanço entre trabalhadores e consumidores para satisfazer as necessidades de reprodução do grupo. Para Chayanov (1974) a produção é fruto do trabalho familiar, sendo esta condicionada ao tamanho, composição da família, ciclo de desenvolvimento e participação de cada membro no trabalho segundo ao sexo e idade. O autor chama atenção para uma unidade econômica familiar não capitalista, ou seja, sem assalariados, na qual o grau de satisfação das necessidades da família era mantido pelo trabalho efetuado pelos membros da mesma. Seguindo essa lógica, muitos autores estudaram a unidade camponesa separando-a em unidade de produção e de consumo.

Heredia (1979) em um estudo sobre o campesinato na Zona da Mata no nordeste brasileiro analisa a organização interna de unidades de produção sob a ótica da oposição entre estas unidades. Embora Heredia (1979) partilhe de muitos elementos da teoria de Chayanov (1974) tais como: a organização do trabalho pautado em características de composição familiar, atividades ligadas ao sexo e idade, relação consumidor trabalhador, ela faz um contraponto ao considerar a oposição entre unidade de consumo e unidade de produção. Assim, a autora chama a atenção para a oposição “casa” e “roçado” para indicar as relações entre a unidade de produção e a de consumo num determinado contexto.

No estudo de Heredia (1979) a organização do trabalho em unidades de produção é analisada a partir da divisão nítida de tarefas desenvolvidas pelos diferentes membros da família. A autora aponta que a relação entre casa e roçado é definidora das áreas de trabalho e de não trabalho, o que evidencia uma divisão com delimitações de espaços laborais feminino e masculino.

A posição que cada um dos membros ocupa dentro do grupo doméstico está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive o cuidado com os animais. [...] Cada um dos membros do grupo ocupa um lugar – reconhecido por todos – relacionado à provisão dos bens considerados necessários para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto. A oposição casa-roçado atualiza e reforça, ao mesmo tempo, as esferas masculinas e femininas (HEREDIA, 1979, p. 154).

Nos estudos de Heredia (1979), Santos (1984) e Garcia Junior (1983) há um consenso de que a organização do trabalho familiar ocorre em duas esferas distintas “a casa e o roçado”. Segundo esses autores, a casa é concebida como o lugar da mulher por excelência, espaço em que se desenvolvem atividades referentes aos cuidados com os filhos, alimentação da família e ao conjunto de afazeres domésticos. Já o roçado é tratado com o lugar onde o grupo se materializa como unidade de produção. Segundo Heredia (1979) as tarefas desenvolvidas no roçado e na casa são:

Consideradas como portadora de um caráter determinado e único: é o trabalho ligado à terra, ou seja, às plantações, colheitas ou qualquer outro tipo de manejo. As tarefas relacionadas à casa, são reconhecidas como a limpeza da casa, cuidado com a roupa, alimentação dos animais e de todos os membros da família” (HEREDIA, 1979, p. 79).

Para a autora não há dúvida que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está ligado a sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado e na casa. Considera que a inserção de cada membro em qualquer uma das esferas “varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo” (HEREDIA 1979, p. 77). Além disso, apresenta uma organização do trabalho pautada essencialmente na figura paterna, onde o chefe da família é quem define na maioria das vezes “onde, como e por quem” será realizada determinada tarefa na unidade de produção familiar, embora considere que o produto do roçado seja resultado do esforço conjunto de todos os membros da família.

Associado ao quadro traçado acima, Garcia Júnior (1983) em um estudo sobre o trabalho familiar na Zona da Mata Pernambucana, também aponta que as tarefas do roçado são classificadas de acordo com a idade e o sexo dos membros da família segundo as fases do ciclo agrícola.

As operações de preparo da área (roço, derruba, queima, limpeza do terreno) são consideradas tarefas masculinas. Cavar e plantar são tarefas realizadas simultaneamente (os homens cavam e as mulheres plantam). Depositar as sementes nas covas e cobri-las de terras com os pés são tarefas realizadas pelas mulheres, filhos e filhas pequenas, por não requerer grande esforço físico (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 121).

Nos estudos citados acima, os processos decorrentes da divisão do trabalho são reveladores da hierarquização das atividades e dos espaços sociais construídos por homens e mulheres em unidades de produção camponesas. Woortmann e Woortmann (1997) chamam a atenção para as dimensões simbólicas nos processos de trabalho nas unidades de produção familiar constituído também pelo saber-fazer do agricultor.

A transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho - pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar - subordinada ao chefe da família, via de regra o pai. Se este é quem governa o trabalho, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão de técnicas; ela envolve valores, construções de papéis e etc (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.11).

Na organização do trabalho familiar, a transmissão de valores pode ser evidenciada nos espaços de socialização do trabalho. Heredia (1979) apresenta o roçadinho com um lugar de iniciação do trabalho onde “o pai ensina aos filhos como trabalhar”, como utilizar certas técnicas de cultivo e como manter a produção, mostrando sempre a existência da hierarquização de funções na unidade de produção familiar.

Mais recentemente, Weisheimer (2004) em um estudo sobre jovens agricultores e seus projetos profissionais apresenta como se configura a divisão social do trabalho nas unidades de produção de agricultores familiares do sul do país. Revela que a organização do trabalho da família é pautada por um conjunto de tarefas e estruturada a partir de diferentes frações de mão de obra da família que varia segundo o tipo de estabelecimento e ciclos de produção.

O autor aponta que a divisão social do trabalho envolve a tomada de decisões que são frequentemente partilhadas por toda família.

Nas atividades que envolvem a “lida na roça” observa-se o predomínio de todos os membros da família. O preparo do solo é na maioria dos casos feito pelo pai ou filho mais velho. O plantio é realizado por toda a família, a tarefa de aplicação de “veneno” é realizada exclusivamente por homens. A colheita é a atividade que mais se absorve mão de obra de toda a família, tirar leite é considerado “trabalho dos velhos”, a limpeza do chiqueiro e estábulo é trabalho destinado a filhos homens (WEISHEIMER, 2004, p. 149).

Mesmo as atividades sendo partilhadas por toda família nesse contexto apresentado por Weisheimer (2004), tendencialmente no Brasil, os estudos sobre a organização do

trabalho em unidades de produção familiar, têm destacado que o trabalho da mulher na esfera produtiva permanece praticamente “invisível” nos estabelecimentos, sendo os homens considerados os responsáveis pelos contatos com o exterior (extensionistas, pesquisadores, bancos, sindicatos, casas agropecuárias, e empresas de venda de produtos do estabelecimento). Aponta também, que as atividades executadas por jovens, crianças e idosos caracterizam-se de um modo geral por serem relacionadas respectivamente: a limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; processamento de produtos, cuidado com os animais (alimentação, higiene e ordenha) e aos trabalhos da horta, destinados ao consumo da família (BRUMER et al, 1993).

Em se tratando da Amazônia, Edna Castro (1997) destaca lacunas na orientação dos estudos sobre o trabalho. Segundo a autora, nas últimas décadas, muitos destes foram direcionados às análises de situações de trabalho a partir das relações salariais, deixando de fora um debate extremamente interessante sobre a sua permanência e reprodução.

A autora trata do processo de trabalho na perspectiva de compreender a categoria “trabalho” na sua diversidade. Considera ainda que, a Amazônia apresenta características sócio-culturais e ambientais heterogêneas e que a própria organização remonta a culturas tradicionais que não podem ser compreendidas apenas sob a lógica do capital. Para Edna Castro (1997) os saberes de populações tradicionais sobre os recursos naturais e suas estratégias de uso atualizam o “processo de trabalho e padrões de gestão que continuam a compor o cotidiano da produção de muitas regiões como a Amazônia”. Nesse sentido, considera:

Na Amazônia, a perspectiva “mundos de trabalho” parece ser mais adequada para compreendermos as relações de trabalho nesta região. Isto porque a questão do trabalho para as populações amazônicas está relacionada a um conjunto de possibilidades que vai “desde a conquista da terra ou a garantia do crédito agrícola que permita ao pequeno produtor condições de produzir, até ao trabalho assalariado urbano, no mercado formal ou informal” (CASTRO, E., 1997 p. 16).

Sob esta mesma perspectiva, Lima (2006) trata da economia doméstica de populações tradicionais localizada em áreas de várzea na região do Médio Solimões no Amazonas em Mimirauá. A autora apresenta alguns elementos sobre a organização interna das unidades de produção camponesas e suas relações de trabalho. Enfatiza que naquele contexto a economia doméstica é orientada para o consumo do grupo que a realiza e que toda a produção é organizada com base nas relações de parentesco (sexo e idade). Semelhantes a outras populações tradicionais da Amazônia, os caboclos de Mimirauá por ela estudados orientam o



trabalho da família para satisfazer as necessidades do consumo *a priori*, cujos desempenhos econômicos variam em função dos recursos naturais, grau de dependência de trocas, ciclos anuais de produção, composição do grupo doméstico e ao conjunto de possibilidades que permita essa população produzir e reproduzir (CASTRO, E.1997).

Ainda na Amazônia, Witkoski (2007), trata da organização social de trabalho das famílias camponesas de três microrregiões do Amazonas (Médio Solimões, Baixo Solimões, Alto Amazonas, Médio Amazonas), apontando que essa organização é pautada na divisão por sexo e idade, seguida por uma racionalidade que assegura atender a demanda das atividades dentro da unidade de produção das famílias. Para o autor “aquele que planeja as atividades, faz uma equação de ajuste entre aqueles que trabalham e os que não trabalham e os meios de produção a serem utilizados com base na relação da força de trabalho e satisfação familiar”. Desta forma, Witkoski (2007) afirma que:

Ao pai e aos filhos maiores o trabalho “pesado” da agricultura, que é socializado pelo pai aos jovens e crianças do sexo masculino cujas tarefas são o plantio, tratos culturais e a colheita; os filhos mais novos capturam pescado a ser consumido no cotidiano da família, atividade considerada como “leve”; a esposa ou a filha de mais idade compete preparar a alimentação da família e cuidar das crianças menores de oito anos de idade; às mulheres jovens o trabalho caseiro e às vezes, assim como a mãe, na agricultura, trabalho visto como ajuda (WITKOSKI, 2007, p. 171).

Importante ressaltar que as atividades ligadas à gestão das unidades de produção familiar nem sempre se configuram dessa forma. Na agricultura familiar, a divisão de tarefas pela composição familiar, por sexo e por atividades produtivas são também entendidas de acordo com a trajetória da família, suas potencialidades e limitações de produção e ao significado atribuído ao trabalho pelo grupo familiar.

Nas análises de Witkoski (2007) a distinção de trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” realizado pelas crianças e mulheres se deve ao esforço físico despendido e ao sexo de quem o executa. De tal modo que as crianças do sexo masculino realizavam serviços “leves” somente até a idade limite de dez anos. Já o trabalho da mulher, por mais exaustivo e desgastante que fosse, era considerado trabalho “leve” e “ajuda” dentro da divisão de trabalho ali praticada.

Em vários estudos realizados na Amazônia a divisão do trabalho por sexo na agricultura permite concluir que as mulheres, as crianças e os jovens, ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como “ajuda” mesmo quando estes trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades. A compreensão do caráter de “pesado” e “leve” da atividade na agricultura familiar é relativa e culturalmente determinada, uma vez

que na esfera de atividades domésticas a mulher executa tanto trabalhos “leves” como trabalhos “pesados” como carregar lenha e buscar água em lugares distantes, trabalho da colheita, dentre outros.

A discussão sobre a divisão do trabalho entre os membros da família além de estar atrelada à composição da família e seus ciclos biológicos, associa-se também a dois aspectos que podem explicar a divisão do trabalho em estabelecimentos da agricultura familiar. O primeiro, é que a unidade de produção se caracteriza por reunir os esforços de todos os membros da família com vistas à reprodução do grupo doméstico. O segundo, é que vivemos numa sociedade com fortes influências patriarcais<sup>4</sup> que atribui ao homem o papel de provedor da família, e à mulher a responsabilidade por todas as atividades da esfera da reprodução.

Questionando o quadro tratado acima, Batista (2009) revela em um estudo sobre família e trabalho realizado no espaço rural paraense a influência da naturalização da divisão do trabalho das famílias, produzindo e reproduzindo papéis bem definidos e delimitados segundo sexo e idade assim como indicado nos estudos de Heredia (1979) e Garcia Junior (1983). Porém, sinaliza mudanças, pois conforme Edna Castro (1997, p. 84) considera que os “papéis e espaços são socialmente construídos, podendo variar consideravelmente de sociedade para sociedade”.

Batista (2009) discute que novos arranjos estão sendo instituídos na organização do trabalho no espaço rural paraense. Apresenta que apesar de ocorrer a divisão social do trabalho amparada nas diferenças de sexo e idade, os papéis ocupacionais dos membros da família misturam-se no dia a dia de trabalho. Isto é, há uma maior flexibilização quanto às formas de organização das atividades no espaço da casa e do roçado. A autora conclui em seu trabalho que o caráter “leve” e “pesado” está mais relacionado a quem realiza as atividades, do que ao esforço físico despendido para realizá-lo, de forma a reforçar uma noção de superioridade masculina em relação às mulheres. Com relação aos filhos - jovens e crianças, o trabalho é realizado em uma escala referente ao esforço físico, começando do mais “leve” para crianças até o mais “pesado” para os jovens que “ajudam” os pais nas atividades da roça. Em síntese, a posição subordinada das mulheres, jovens e crianças na esfera produtiva dos estabelecimentos agrícolas é evidenciada, mas não deve ser considerado um fator estático.

Cantarelli (2006) através de um estudo sobre a vida cotidiana de homens e mulheres camponesas, analisa que, mesmo havendo modelos ideais que tangem a diferenciação dos

---

<sup>4</sup> O patriarcalismo é um modo de estruturação e organização da vida coletiva baseado no poder de um pai, onde prevalecem as relações masculinas sobre as femininas. Ver Gilberto Freyre (1954).

papéis ocupacionais dos membros da família nas unidades de produção (casa e o roçado), estes não devem ser considerados como dimensões separadas, pois estes dois espaços são vividos de forma integrada e nem sempre “[...] a plena vivência idealizada da vida masculina está voltada apenas para a produção no roçado, e a vida feminina, voltada para os cuidados domésticos” (CANTARELLI, 2006 p. 283). Nesse sentido, recusa a noção de oposição e complementaridade entre casa e roçado por considerar esta uma relação integrada e indivisível.

Embora concordando com as análises apontadas por Batista (2009), é importante reconhecer que a organização do trabalho também pode ser reestruturada em casos de situações de escassez dos recursos naturais. Sob esta perspectiva, Roy (2002) analisou a situação de agricultores familiares da microrregião de Marabá percebendo que o movimento da reprodução dos mesmos é acompanhado num tempo mais ou menos longo pelo esgotamento da matéria prima (floresta). Segundo o autor, o gado e o avanço das superfícies de pastagens nas áreas de unidades de produção de agricultores familiares são indicadores do desmatamento e esgotamento dos recursos naturais, o que acaba influenciando no processo de reprodução e reorganização do sistema de produção familiar.

Além dos indicadores apontados por Roy (2002), na região do nordeste paraense o esgotamento dos recursos naturais de unidades de produção familiares está ligado principalmente ao tipo de ocupação daquelas áreas, e às formas de uso da terra (uso contínuo do fogo, redução de períodos de pousio em áreas de capoeira), fato que vem comprometendo significativamente a fertilidade dos solos dessas unidades e reduzindo a capacidade produtiva dos mesmos.

Nesse sentido, reconheço que a organização do trabalho na agricultura familiar depende de diferentes fatores (composição e ciclo de desenvolvimento da família, trajetória da família, divisão do trabalho e gestão dos recursos naturais). Entretanto, questiono: quais as transformações em curso nas comunidades rurais paraenses e como as famílias se comportam mediante um processo de escassez de recursos naturais?

### 2.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO MEIO NATURAL NO NORDESTE PARAENSE.

De acordo com Woortman e Woortman (1997) para entendermos o processo de trabalho de um determinado grupo social no meio rural precisamos primeiramente conhecer o processo histórico deste grupo. Segundo estes mesmos autores não existe uma natureza independente dos homens, pois ao longo do tempo esta é transformada pelo tipo de acesso e pelo próprio processo de trabalho. Neste sentido, trataremos aqui aspectos fundamentais do processo de ocupação e uso da terra no espaço rural paraense. Tomaremos como marco histórico a experiência colonizadora da região Bragantina por dois motivos: o primeiro, por considerar este um período de forte intensificação de uso da terra e grandes transformações econômicas, sociais e principalmente ecológicas na região. O segundo, pelo fato da área de estudo deste trabalho estar localizada no platô rebaixado da região Bragantina, fazendo com que esta experiência seja também reflexo do atual quadro da área estudada.

No processo de colonização do Pará, a região Bragantina foi a primeira área a ser explorada incentivando a migração ainda no século XIX (RAVENA-CAÑETE, 2000). Com o declínio da borracha, a mão de obra oriunda dos seringais movimentou-se para essa primeira área de colonização, direcionando posteriormente nos anos 40 e 50 para outras regiões como a micro-região Guajarina, Marabá, Araguaia, entre outras (COSTA, F., 1992).

A partir da metade do século XIX, esta população que deixou a exploração da borracha a partir do seu processo de decadência passou a se dedicar à agricultura como principal atividade e a ter grande peso na conformação da agricultura familiar na Amazônia (IANNI, 1981). Segundo Vieira (2006) no final do século XIX, a construção da estrada de ferro Belém Bragança (1883-1908) e o avanço da frente de colonização através das colônias de povoamento, foram os principais responsáveis pela destruição da mata primária nessa região. A autora aponta ainda dois motivos principais para o desaparecimento da floresta: “a conversão da mesma em carvão para deslocamento do trem em seus trilhos, e a ligação pela ferrovia a diferentes pólos da região, a qual facilitou o assentamento de colônias e núcleos agrícolas e o início de uma agricultura extensiva” na região do nordeste paraense (VIEIRA, 2006, p. 29).

Esse é um processo que Égler (1961, p. 536) chamou de “dilapidação de um patrimônio natural”, por considerar este quadro o resultado da pouca importância que o

imigrante de diversas nacionalidades<sup>5</sup> estabelecido na região Bragantina dava para a terra. Para essa mesma autora o fato dos projetos de colonização oferecerem lotes agrícolas em módulos de 25 hectares e cobrir as despesas mínimas dos imigrantes (com fornecimento de instrumentos agrícolas, sementes e alimentos) nos seis primeiros meses de instalação, fazia com que a terra não representasse para estes um “*patrimônio hereditário*” o que levou a autora a concluir que estes atores não criaram vínculo com a terra e por isso não tinham interesse em mantê-la.

Se por um lado a Amazônia representava nos finais do século XIX e início do século XX uma possibilidade para muitos imigrantes de melhorias de condições de vidas mesmo que de forma temporária, para outras famílias fugidas da seca do nordeste do Brasil representava a possibilidade de fixação e reprodução na região. Égler (1961) considera que além das famílias imigrantes que se estabeleceram ao longo de toda região nos núcleos coloniais, a grande seca que atingiu o estado do Ceará em 1915 resultou na migração de muitos nordestinos para a região Bragantina. Dessa forma, a autora atribui que este cenário ajudou a completar um quadro com formação de extensas áreas de capoeiras ao longo de várias regiões do nordeste paraense, responsabilizando assim “colonos” pela devastação do meio natural deste espaço rural.

Anos mais tarde, Penteadó (1967) ao estudar os problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina, também considerou que o processo colonizador da região alterou de forma significativa sua paisagem, chamando atenção para o conseqüente esgotamento do solo causado pela intervenção desordenada do homem. Enfatizou também que a paisagem dos ecossistemas naturais foi alterada em função da substituição da mata primária por capoeiras, tanto ao longo do percurso da ferrovia, quanto nas áreas laterais ao norte e ao sul “numa profundidade de muitos quilômetros até as praias da região marítima e à margem direita do rio Guamá”. O autor aponta como causador desse fenômeno o “*desmatamento e o fogo*” causado

---

<sup>5</sup> Embora a importância da Região Bragantina remetesse ao período da colonização portuguesa, é somente no início da segunda metade do século XIX, mas especificamente no final da década de 1850, que se observa uma intervenção do governo do Pará no sentido de organizar a ocupação dessa área. A intenção do governo do Pará era construir uma estrada de rodagem que ligasse a cidade de Bragança com a capital do Pará, assim como a criação de vias de acesso ao Maranhão a partir desta estrada, que passaria posteriormente a ser chamada de estrada Belém-Bragança. O governo da época não apenas defendia a construção de vias de comunicação, mas também, apontava a necessidade de que ao longo dessas vias fossem construídas áreas de produção agrícola (colônias) de forma a compensar os investimentos do governo na construção dessas estradas, defendendo novos espaços de produção agrícolas ao longo dos ramais dessa construção. Junto com a iniciativa surge o projeto de atração de colonos estrangeiros (de várias nacionalidades) para povoar a região. O objetivo era estabelecer núcleos agrícolas que garantissem retornos econômicos para a região, visto a decadência da atividade da borracha (NUNES, 2010).

pela ação humana, que destruiu ao mesmo tempo a “*mata e o solo*” dessa região (PENTEADO, 1967, p 225).

De acordo com Penteadado (1967) à medida que aumentou a densidade demográfica ao longo das margens da estrada de ferro e de outras regiões povoadas no mesmo período, intensificaram-se as queimadas e com isso a devastação de boa parte da cobertura vegetal da região do nordeste do estado. Para esse mesmo autor, o modelo de agricultura itinerante ou migratória tradicionalmente praticada sob o sistema de corte e queima ao longo de 50 anos representou uma atividade primitiva de baixa produtividade, deixando claro na seguinte citação:

Os caboclos da Bragantina não conhecem outra maneira de aproveitar o solo, ou melhor dizendo, de melhorar as colheitas, que não seja por intermédio das queimadas; este é um processo de preparo da terra, enriquecida pelas cinzas das matas ou das velhas capoeiras, que provoca com a contínua repetição, sem o devido repouso do solo, o esgotamento total do mesmo e conseqüentemente a ausência da capoeira e o aparecimento da macega (PENTEADO, 1967 p. 238).

Naquele período Penteadado (1967) identificava que a agricultura itinerante ou migratória constituía o principal elemento causador do esgotamento dos recursos naturais na região.

Em contraste com as idéias de Égler (1961) e Penteadado (1967) que já nos anos 60 anunciaram um colapso da região Bragantina devido o aumento da densidade populacional e o encurtamento do pousio das áreas agricultáveis, Sawyer (1979) apud Hurtienne (2005, p 50) sublinhou com dados dos censos que:

A população rural na Bragantina aumentou com uma taxa anual de 3% de 1920 a 1940, mas só de 1,3% de 1940 a 1960; ele mostrou ainda que a produção agrária na Zona Bragantina expandiu-se desde os anos 20 com um grau de comercialização muito alto (no caso da farinha de mandioca mais de 70%) e com o cultivo frequente de produtos comerciais (algodão e malva).

Segundo Hurtienne (2005, p. 50), Sawyer (1979) põe em dúvida a explicação de “que a crise da rentabilidade e da produtividade foi causada apenas pela diminuição da fertilidade do solo devido ao desmatamento e ao encurtamento do ciclo de pousio”. Na visão desse mesmo autor, os fatores econômicos e sociais como a construção da rodovia Belém-Brasília e o capital mercantil estabelecido na época, foram elementos até mais importantes para a formação desse quadro. Assim, o autor criticou as análises apresentadas por Penteadado (1967) as quais mostraram que os agricultores tiveram perdas financeiras na produção de farinha,

apontando que isso ocorreu pelo fato da mão de obra dos agricultores familiares não ser corretamente computada ao preço do mercado.

Atrelado à discussão da agricultura familiar e exploração do meio natural no espaço rural paraense, Hurtienne (2005) discute que nos últimos quarenta anos, os programas governamentais de “desenvolvimento” para a Amazônia têm causado profundas mudanças na estrutura econômica, demográfica e ecológica da região. De acordo com Hurtienne (2005) tais mudanças podem ser percebidas mais precisamente a partir dos anos sessenta com a construção de rodovias, programas de colonização oficiais, migração espontânea, crescimento demográfico e incentivos fiscais que levaram ao desmatamento de aproximadamente 17% de área amazônica e, conseqüentemente, modificações nas paisagens agrárias da região.

Como reflexo das políticas modernizadoras no meio rural paraense, em 1961 foi construída a rodovia Belém-Brasília, seu traçado cortou a Bragantina, desde Santa Maria do Pará, passando por Castanhal, Santa Izabel do Pará e Benevides (CONCEIÇÃO, 2002). Esse período correspondeu a novas conseqüências no que diz respeito às alterações do meio natural ao longo de toda essa região. Segundo Conceição (2002, p. 150) a “integração de mercados, a oferta de serviços rodoviários, a intensificação do comércio, o aumento de fluxos de pessoas e o incremento demográfico nas cidades e nas vilas” foram favorecidos com a chegada de eixos rodoviários para o nordeste do estado.

De acordo com Conceição (2002), o estímulo oferecido pela política de incentivos fiscais ocasionou também a chegada de grandes fazendas em áreas ao longo da rodovia Belém-Brasília, originando novas mudanças na estrutura fundiária dos municípios cortados pela mesma. Todavia, ressalta que este impulso não descaracterizou a estrutura fundiária da Bragantina formada por lotes de 25 hectares.

A chegada de projetos de novas fazendas para a criação de gado na região Bragantina causou restrições para os agricultores familiares já instalados naquela região. Neste processo os “pequenos agricultores” sofreram fortes pressões para abandonarem suas áreas, quer seja pela imposição da compra, quer seja sob práticas de violência (CONCEIÇÃO, 2002, p. 152).

A compra junto a quem queria vender espontaneamente ou a pressão sobre os que não queriam vender aconteceu através de conhecidas práticas de violência contra os agricultores familiares (obstrução de caminhos e de acesso a fontes d'água, a soltura de animais para danificarem roças, etc.) os quais isolados e desorganizados, não puderam resistir. Na década de setenta, auge da política de Incentivos Fiscais, outro fator estimulava os agricultores familiares a venderem suas terras: era o sonho de viver de rendimentos financeiros (caderneta de poupança, ou aplicações financeiras), o que induziu muitos a venderem suas terras, migrando para a cidade, onde, em pouco tempo, constaram o desacerto da decisão. Esse contexto particular produziu a

situação de ex-proprietários virem a ser assalariados em sua própria terra, em fazendas ou em plantações de pimenta-do-reino, em toda a Bragantina.

Com o estabelecimento de grandes áreas de fazendas, Conceição (2002) chama atenção para novos movimentos de ocupação de terras que foram surgindo no nordeste paraense. Trata-se de ocupações a partir do Movimento de Trabalhadores Sem Terras (MST) que reivindicavam a repartição de áreas relativamente grandes (geralmente áreas de fazendas improdutivas e serrarias) para famílias de agricultores ainda desprovidas de terras. Esse movimento organizou a ocupação de muitas áreas de fazendas e o estabelecimento de um número considerável de famílias na região.

No final dos anos de 1960 a concentração demográfica da Bragantina era considerável no contexto amazônico. A presença de ex-seringueiros que abandonaram as áreas de seringais, somado às correntes migratórias do Nordeste brasileiro e a outros atores que foram surgindo com a chegada de novos empreendimentos na região acarretaram uma forte pressão sobre o uso do solo neste espaço (CONCEIÇÃO, 2002). Formou-se então um “modelo” agrícola pautado no uso contínuo das mesmas áreas, onde a cada ano reduzia-se o período de pousio. De acordo com Conceição (2002, p. 153) “com o excessivo uso do solo e a repartição dos lotes aos filhos após estes constituírem famílias, não houve tempo para a recuperação das capoeiras” nessas áreas. Dessa maneira, em consequência da crescente densidade demográfica, os agroecossistemas da região pareciam estar com suas capacidades de suporte próximos do seu limite.

De acordo com Hurtienne (1999) a partir dos anos de 1970 esse quadro serviu para legitimar a promoção da grande pecuária e a incorporação de lavouras perenes de médio porte através dos subsídios e incentivos fiscais promovidos pelas agências estatais de desenvolvimento como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) sob a orientação de empresas de pesquisas e extensão rural como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). No entanto, Serrão e Toledo, 1990 (apud HURTIENNE, 1999) mostram que a expansão da pecuária causou resultados econômicos e ecológicos negativos, uma vez que mais da metade do desmatamento produzido nos anos 1970 e 1980 foi consequência da pecuária extensiva. Para esse mesmo autor, este tipo de sistema de uso da terra demonstrou ser apenas uma variedade da agricultura itinerante ou migratória estabelecida durante séculos na região.

Foi a partir desse cenário de crise baseado no modelo agrícola de derruba e queima tradicionalmente praticado na região, que no ano de 1991 a Embrapa, através do projeto



SHIFT/Capoeira justificou sua intervenção junto a famílias agricultoras da região Bragantina, cujo objetivo é melhorar a produtividade do solo utilizando a biomassa vegetal (capoeira triturada) e o plantio de leguminosas, alternativa que propõe o abandono do uso do fogo no preparo das áreas e incentiva a busca de novas técnicas de aproveitamento dos recursos naturais (SOUSA et al., 2000 apud CONCEIÇÃO, 2002). Por outro lado, implica em gastos maiores para a compra de insumos (adubos) no primeiro ano para compensar o efeito do fogo.

Embora a proposta do projeto SHIFT/Capoeira seja um indicativo de alternativa para a recuperação de áreas degradadas de famílias agricultoras do nordeste paraense, este ainda é uma experiência apoiado em pesquisas direcionadas a apenas alguns municípios que abrangem a região Bragantina, fazendo com que o experimento abarque reduzido número de estabelecimentos agrícolas familiares desta região.

Neste contexto é possível traduzir que o crescimento demográfico foi um dos fatores determinantes do esgotamento do solo e a pressão sobre os demais recursos naturais da região Bragantina. De acordo com Conceição (2002, p. 156) esse foi um fator que “repercutiu diretamente na reprodução social dos agricultores, no desequilíbrio sobre a composição da família e na expulsão dos jovens no campo”, dentre outras consequências.

De um modo geral Conceição (2002, p. 166) resume que o histórico de uso da terra na região da Bragantina apoiou-se “nas condições iniciais de fertilidade do solo e na sua agricultura familiar, praticada predominantemente por imigrantes nordestinos”. Coaduna com os autores Égler (1961) e Penteado (1967) ao afirmar que as alterações nos agroecossistemas surgiram com a sobrecarga demográfica e com consequente desgaste dos recursos naturais principalmente ao longo da fase pioneira. No entanto, ressalta que apesar desta ser uma região que produz alimentos há mais de um século, continua tendo uma base rural constituídas por povoados e cidades que conservam experiências tradicionais e conseguem adaptar-se às limitações atuais de baixa fertilidade do solo e escassez de recursos naturais em suas unidades de produção.

Por outro lado é importante reconhecer que as transformações nos agroecossistemas alteram fortemente as relações entre as famílias e suas unidades de produção; estas assumem outros comportamentos em relação as suas unidades, tanto em termos de alocação da força de trabalho de seus membros quanto ao uso do espaço interno das suas unidades de produção. Espaço este que será analisado nos próximos capítulos.

### 3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Apresento neste capítulo a hipótese, os objetivos e a delimitação geográfica do universo estudado, identificando os principais aspectos históricos, econômicos e sociais do município de Mãe do Rio, território no qual se encontra a comunidade investigada.

Além da caracterização da área estudada, este capítulo tem como objetivo apresentar os passos metodológicos trilhados para o desenvolvimento desta dissertação com intuito de demonstrar o caminho percorrido ao longo do processo investigativo.

#### 3.1 HIPÓTESE E OBJETIVOS

A hipótese deste trabalho é uma proposição que tem relação direta com o tema organização do trabalho familiar e com a problemática da situação do meio natural na região estudada conforme indicado no referencial teórico desta dissertação. Neste sentido, sigo a orientação apresentada por Quivy e Campenhoudt (1998) o qual define que esta é uma suposição provisória que deve ser confrontada com os demais dados da pesquisa. Assim, admito neste trabalho a hipótese de que a condição limite do meio na comunidade estudada influencia as formas de organização do trabalho da família, ocorrendo assim uma diminuição da disponibilidade de mão de obra dos membros na própria unidade de produção e o aumento da prestação de serviços a terceiros. Para analisar tal proposição foram elaborados o objetivo geral e quatro objetivos específicos relacionados às famílias, ao trabalho e aos seus meios de produção, quais sejam:

Objetivo geral: Analisar a organização do trabalho em unidades de produção de famílias agricultoras na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, microrregião do Guamá, PA.

Objetivos específicos: i) Caracterizar as famílias e suas respectivas unidades de produção diante das condições do meio natural; ii) Identificar a trajetória das famílias e os seus ciclos de desenvolvimento; iii) Analisar a atual divisão do trabalho nas unidades familiares; iiiii) Verificar as rupturas e continuidades na organização do trabalho da família.

### 3.2 A REGIÃO ESTUDADA

De acordo com Parry Scott (2006) as dinâmicas internas e as relações sociais mantidas por grupos não ocorrem de forma isolada e sofrem influências do contexto em que estão inseridas. Diante deste pressuposto, caracterizo o universo pesquisado a fim de apresentar os aspectos gerais da região que compreende a Comunidade Nossa Senhora Lourdes e contextualizar o espaço social em que a pesquisa foi realizada.

O território do Nordeste Paraense<sup>6</sup> é uma região que abrange uma área de 69.038,40 Km<sup>2</sup> composta por vinte municípios: Abel Figueiredo, Cachoeira do Piriá, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Ulianópolis, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Irituia e São Domingos do Capim (SIT, 2010).

Sendo um dos municípios que compõe essa mesorregião, Mãe do Rio foi criado pela lei nº 5.456 de 11 de maio de 1988 após seu desmembramento do município de Irituia. Está localizado na parte leste no estado do Pará, microrregião do Guamá. Possui uma área territorial de 469,49 Km<sup>2</sup> e uma população de 27.892 habitantes, sendo 23.036 residentes na zona urbana e 4.856 na zona rural (IBGE, 2006).

O processo de colonização do território que atualmente compõe o município de Mãe do Rio iniciou no final da década de 1950, estando ligado à construção da Rodovia Belém-Brasília.

O nome mais importante da história de ocupação do município é do Sr. Bruno Antônio Chaves, que chegou à área onde está assentada a sede municipal em fins de 1959, trazendo consigo um grupo de doze pessoas. Vieram de Irituia e fizeram o trajeto a pé, seguindo a demarcação da futura Belém-Brasília, em meio à mata semi-derrubada (IBGE, 2010). A uma distância de cem metros de um dos picos demarcatórios da estrada Belém-Brasília (ponto no qual situava o Km 48), o Sr. Bruno fez a derrubada de uma área de mata e implantou seu primeiro roçado de mandioca em janeiro de 1960. No entanto, acabou permanecendo sozinho no local por muitos meses, pois o grupo de pessoas que o acompanhava, retornou para a cidade de Irituia (IDESP, 1990).

Anos mais tarde, o Sr. Bruno recebeu uma proposta do Sr. Flaviano Nérís da Silva (vereador do município de Irituia na época) para trazer mais famílias à localidade e fundarem

---

<sup>6</sup>Terminologia utilizada pelo IBGE para tratar da região de estudo.

um povoado. Na ocasião, Sr. Bruno aceitou a proposta, principalmente em decorrência das grandes dificuldades que encontrava por residir sozinho na área.

Várias famílias se instalaram nas áreas já ocupadas pelo Sr. Bruno, tendo que indenizá-lo pelos serviços por ele realizados naquela localidade, formando assim um pequeno povoado em um dos lados da futura estrada Belém-Brasília (IDESP, 1990).

A efetivação da Belém-Brasília trouxe mais gente àquele local. Muitas famílias se estabeleceram no lugar que recebeu o nome de Mãe do Rio, graças ao curso d'água que corta a sede da localidade e que remete a uma lenda amazônica, a Boiúna (do tupi mboy'una: cobra preta) mito de origem ameríndia, simbolizado por uma enorme e voraz serpente escura, capaz de tomar a forma de qualquer embarcação e, mais raramente, de uma mulher, a mãe-d'água (IBGE, 2006).

De acordo com Idesp (1990) com a abertura da Rodovia Belém-Brasília, o povoado, então localizado apenas de um lado da estrada, expandiu-se para a outra margem, sendo toda a área ocupada sob forma de invasão de terras. Grandes extensões ocupadas nesse período eram designadas como “terras do Sr. Miranda” que posteriormente foram desapropriadas pelo governo e distribuídas em lotes para famílias que reivindicavam áreas naquele espaço. O processo de ocupação envolvia uma faixa de terra de 2 Km ao longo de cada margem da estrada, constituindo um conjunto de residências e a efetivação da localidade de Mãe do Rio no ano de 1962.

No início do processo de ocupação a agricultura era a principal atividade econômica, sendo a mandioca seu principal produto. No início da década de 1970, a extração de madeira foi se tornando, juntamente com a pecuária, a atividade econômica mais importante. De acordo com os habitantes da região, o avanço da atividade madeireira ocasionou duas grandes transformações na paisagem local: a primeira, relacionada à escassez de áreas de floresta primária e a segunda, a formação de grandes áreas de pastagens após a retirada da madeira. Estima-se que 80% da cobertura vegetal de mata primária do município foi devastada pela atividade extrativista madeireira, fato que segundo relatos de agricultores modificou significativamente os agroecossistemas de Mãe do Rio.

Nesse período a expansão da atividade madeireira foi intensificada com a facilidade do escoamento da produção após o asfaltamento da Rodovia Belém-Brasília, fato que dizimou praticamente a cobertura florestal do município e região. Atualmente a maior parte da madeira beneficiada no município de Mãe do Rio provém de outros municípios (IDESP, 1990).

Com a construção da estrada Belém-Brasília, em 1960, e o aumento demográfico do município, novas atividades econômicas como comércio e prestação de serviços foram

surgindo, aumentando significativamente a migração de famílias para a sede do município e, conseqüentemente, para as áreas rurais. Naquele momento, grande parte das famílias que se deslocaram para áreas rurais da região se instalaram em áreas outrora exploradas por madeireiros.

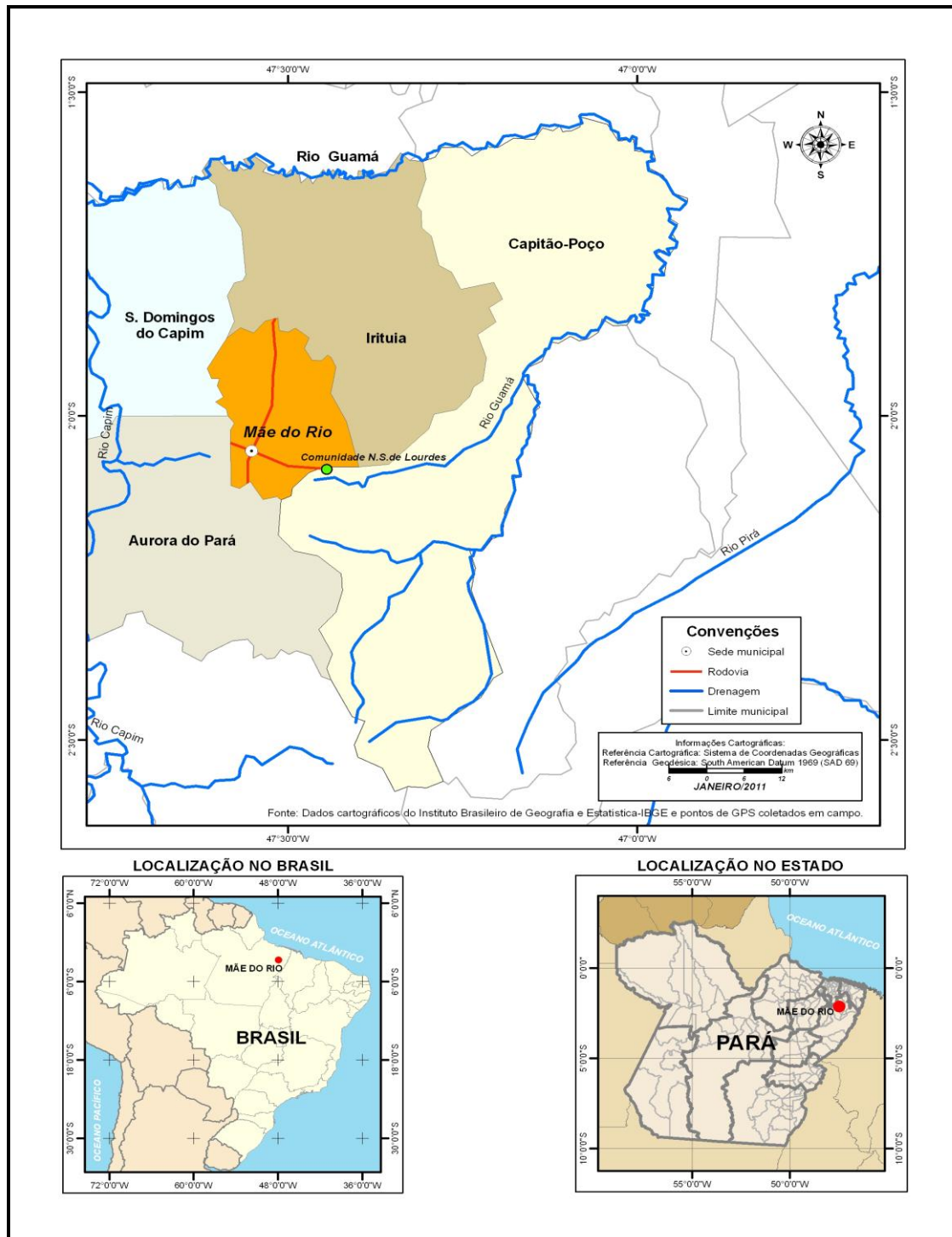
O município de Mãe do Rio tem a BR-010 (Belém-Brasília) como principal rodovia de comunicação com a capital e com os municípios próximos. O seu clima insere-se na categoria de megatérmico e úmido com temperatura média anual em torno de 25° C e umidade relativa do ar girando em torno de 85% (IBGE, 2006).

Sua sede localiza-se no entrocamento da BR-010 com a rodovia PA-262, a uma distância de 180 km (em linha reta) da cidade de Belém (IDESP, 1990).

É neste universo que está inserida a comunidade Nossa Senhora de Lourdes, localizada na mesorregião do nordeste paraense, microrregião do Guamá, no Projeto de Assentamento Itabocal no município de Mãe do Rio, Pará a 18 quilômetros da sede deste mesmo município. Possui limites territoriais ao norte e a leste com o município de Irituia, ao sul Capitão Poço e a oeste São Domingos do Capim e Aurora do Pará. Como pode ser representado no mapa 1.

Trata-se de uma comunidade formada basicamente por unidades de produção de agricultores familiares cujas principais atividades são a agricultura e a criação de animais. O acesso à comunidade é feito através de estrada de chão, sentido Km 49 (estrada que dá acesso à Comunidade Ponte Nova). Situa-se mais precisamente na parte central entre as comunidades Santa Luzia, Ponte Nova e São Raimundo do Aurá (ver mapa 1). Atualmente é composta por aproximadamente 100 famílias que vivem de atividades agrícolas pautadas na mão de obra familiar.

A escolha da área a ser estudada, foi feita após uma primeira visita realizada no mês de dezembro de 2009 juntamente com um grupo de pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental que desenvolvem o projeto “Redes de Referência para Fortalecer a Piscicultura Familiar no nordeste paraense”. Na ocasião, tive oportunidade de conhecer as comunidades e as famílias que participam do projeto. Ali, permaneci durante todo o dia observando e conversando com alguns moradores sobre a vida local. Naquele momento, percebi que a dinâmica agrícola daquela comunidade possuía características semelhantes à várias outras comunidades rurais paraenses outrora estudadas, porém, com alguns limitantes quanto à terra e outros recursos naturais.



Mapa 1: Localização da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto – Embrapa Amazônia Oriental.

Nas áreas agricultáveis, os pequenos roçados de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) representam a principal atividade agrícola praticada pelas famílias, sendo parte do produto consumido, e parte, comercializado em forma de farinha. Semelhante a outros sistemas de manejo observados em assentamentos vizinhos da região, o preparo dessas áreas é realizado através do uso contínuo do fogo. Segundo as famílias da comunidade, a repetição dos mesmos

métodos de exploração, parecem ter alcançado um limite quanto à produtividade dessas áreas, o que dificulta a manutenção de todos os membros da família em uma mesma unidade de produção.

Dessa forma, várias estratégias são desenvolvidas pelas famílias ou pelos seus membros para manter as suas unidades de produção funcionando. Uma delas é o assalariamento ocasional dos filhos em estabelecimentos agrícolas da própria comunidade ou de comunidades vizinhas, buscando suprir a carência de recursos financeiros da unidade de produção da família. Ao mesmo tempo, esta unidade demanda mão de obra familiar para manejar o sistema de produção diante de situações limites principalmente de baixa fertilidade do solo que requer maior disponibilidade de mão de obra da família para incorporação de adubos, maior quantidade de capinas, implantação de duas ou mais roças em um mesmo ano em diferentes áreas, etc..

A tensão entre garantir recursos financeiros para a satisfação das necessidades imediatas da família e a demanda crescente de mão de obra da mesma para as diferentes atividades no estabelecimento têm implicado em arranjos na organização do trabalho ainda não analisados. Assim, a Comunidade Nossa Senhora de Lourdes me chamou atenção por quatro fatores principais:

- As condições limites do meio (baixa fertilidade dos solos e escassez dos recursos naturais) requerem maior dispêndio de mão de obra familiar nos estabelecimentos.
- A reorganização do trabalho da família com a saída dos filhos adultos para o assalariamento ocasional ao mesmo tempo em que a unidade de produção demanda, cada vez mais, mão de obra em face das condições limites;
- O surgimento de novos arranjos na divisão de tarefas e na configuração dos papéis ocupacionais dos membros da família, como indicado por Batista (2009), mas ainda não suficientemente analisados naquele espaço.
- Por conter poucos registros de estudos nesta área.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigar o tema da organização do trabalho da família em um contexto de limitações no meio natural em unidades de produção foi necessário adotar procedimentos metodológicos que permitissem a articulação da teoria com a realidade empírica de três dimensões principais: a família, o trabalho e seus meios de produção.

A construção dos caminhos desta pesquisa foi direcionada por um processo dividido em três fases fundamentais: i) a fase decisória, referente à escolha do tema e à delimitação da problemática; ii) a fase construtiva, referente à construção de um plano de pesquisa e execução do mesmo; iii) fase redacional, referente à análise, tratamento dos dados e redação do trabalho.

A fase decisória ou fase exploratória foi constituída pela preparação do terreno de pesquisa na qual se definiu o objeto de estudo, identificando o debate, os autores que tratam do tema e as lacunas existentes na literatura. Nesta fase, a leitura de textos sobre o tema “organização do trabalho familiar” foi fundamental, pois “favoreceu a definição de contornos mais precisos para o objeto estudado além de estimular reflexões sobre a formulação do problema de pesquisa” (SILVA, E., 2001 p. 30).

Após essa segunda fase foi realizada uma primeira visita a campo no intuito de observar e entender minimamente o cotidiano das pessoas que vivem na comunidade Nossa Senhora de Lourdes e conversar com as mesmas sobre suas histórias de trabalho. Somente a partir desta visita e com análise de informações preliminares coletadas através de observações e conversas informais com os agricultores, foi identificado o problema, formulada a hipótese e os objetivos da pesquisa. Este foi o ponto inicial para a construção do projeto de qualificação.

A fase construtiva referente ao plano de execução da pesquisa foi realizada essencialmente durante a construção do projeto de qualificação no qual foi previamente estabelecido “onde” “o que” e “como” fazer a pesquisa. Após esta fase foi realizada a segunda e terceira ida a campo, as quais serão apresentadas a seguir no tópico pesquisa de campo.

Na fase redacional referente ao tratamento e análise dos dados foram organizadas as ideias de forma sistematizada em relatórios, tabelas, gráficos visando facilitar a elaboração do trabalho final.

Optei pelo estudo de caso por considerar que este possa revelar detalhes a respeito das relações sociais existentes nas unidades de produção de agricultores familiares de uma dada comunidade rural. Para Becker (1993, p. 118) esta modalidade de análise permite:



A “exploração intensa de um determinado caso estudado e tenta chegar à compreensão abrangente e detalhada de um grupo investigado”, identificando “quem são os membros, quais suas modalidades de atividades e interações decorrentes de suas práticas, e como este determinado grupo está se relacionando com o resto do mundo”.

Além disso, considero também que a partir desse tipo de método, uma situação social pode ser analisada em profundidade por diferentes perspectivas, oferecendo ao pesquisador a opção de retratar a heterogeneidade do objeto investigado.

Nesta pesquisa, o estudo de caso é constituído por quinze famílias de agricultores, situadas na parte central das áreas que compõem a comunidade Nossa Senhora de Lourdes. A escolha deste número de famílias se justifica pela dificuldade na logística da área, pois conforme apresentado na foto 3, a comunidade é constituída por travessas (com distâncias significativas entre elas) nas quais as famílias estão dispersas umas das outras. Neste sentido, em função do tempo de exequibilidade da pesquisa e dificuldades de locomoção para áreas mais distantes, priorizei quase a totalidade das famílias residentes na travessa principal da comunidade, local onde se situa a escola, a igreja, o clube de mães, etc.

Mesmo priorizando uma análise específica, “as famílias da comunidade Nossa Senhora de Lourdes”, não se pretende aqui apresentar resultados generalizantes, mas analisar e explicar situações particulares do caso estudado.

A partir dessa orientação metodológica em adquirir “conhecimento do objeto de estudo através da exploração intensa de um único caso” (BECKER, 1993), utilizei nesta pesquisa abordagens quantitativo-qualitativas de forma complementar (MINAYO; SANCHES, 1993).

Para Minayo e Sanches (1993) a investigação quantitativa tem como objetivo trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. Já a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade dos fatos e processos particulares e específicos de grupos ou indivíduos. A escolha desse tipo de complementaridade justifica-se tanto pela necessidade de obtenção de um quadro quantitativo sobre a comunidade e as famílias que a compõem quanto à compreensão do “referencial simbólico, os códigos e as práticas de um universo específico”.

No decorrer da pesquisa, foi desenvolvido trabalho de campo no qual utilizei inicialmente como procedimento metodológico a observação participante, cujo objetivo era observar o que as pessoas normalmente faziam enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Além disso, oportunizou maior aproximação com o grupo estudado ao longo do

desenvolvimento das demais etapas do trabalho. De acordo com André (2005) a observação participante:

Admite que o pesquisador tenha sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. Isso implica uma atitude de constante vigilância, por parte do pesquisador, para não impor seus pontos de vista, crenças e preconceitos. Antes, vai exigir um esforço deliberado para colocar-se no lugar do outro, e tentar ver e sentir, segundo a ótica, as categorias de pensamento e a lógica do outro. A observação participante e as entrevistas aprofundadas são, assim, os meios mais eficazes para que o pesquisador se aproxime dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado (ANDRÉ, 2005, p. 27).

Nesta perspectiva, ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo, além das reflexões apresentadas por André (2005) seguiu as orientações de Becker (1993, p. 120) a qual indica que o observador precisa se “colocar na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de certo período de tempo o que as pessoas normalmente fazem e como fazem”. Foi com esse intuito que permaneci na comunidade Nossa Senhora de Lourdes ao longo de 21 dias de pesquisa de campo.

Os dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa foram coletados em fontes primárias e secundárias cujos procedimentos de coletas serão apresentados a seguir. No decorrer da pesquisa estes tiveram o propósito de abranger quatro dimensões principais: Caracterização das famílias e suas unidades de produção frente ao contexto de limitações no meio natural; a atual configuração da divisão do trabalho na esfera produtiva na unidade de produção das famílias; a organização do trabalho de acordo com seus ciclos de desenvolvimento e as rupturas e continuidades instituídas pela família no processo de organização do trabalho.

O conteúdo específico deste estudo tem como arcabouço estes temas, os quais têm como objetivo mostrar como se organiza o trabalho da família ao longo dos seus ciclos de desenvolvimento, identificando e analisando quem, por que e como os diferentes membros da família realizam o conjunto de tarefas em suas unidades de produção. Assim, as variáveis coletadas a partir desses indicadores foram organizadas e analisadas a partir da literatura apresentada no referencial teórico e através de outros estudos que tratam o tema, fazendo o exercício de triangular dados de diferentes orientações (literatura, entrevistas e observações).

Do ponto de vista teórico, as discussões foram fundamentadas em estudos que tratam da organização interna de unidades de produção familiar no Brasil, na Amazônia e no espaço rural paraense. Para isto foram citados autores como Wolf (1976), Heredia (1979), Garcia Junior (1983), Tavares dos Santos (1984), Maria de Fátima Carneiro (1990), Woortmann e

Woortmann (1997), Stropasolas e Aguiar (2010), Wagley (1988), Edna Castro (1997), D'Incao e Cotta Júnior (2001), Cantarelli (2006), Lima (2006), Witkoski (2007), e Batista (2009). Para a discussão do contexto do uso da terra na região do nordeste paraense, foram utilizados como referencial teórico, obras de: Penteado (1967), Conceição (2002), Hurtienne (2005). Estas referências foram a base do estudo, podendo outros autores ser mobilizados no decorrer de toda a pesquisa.

### **3.3.1 Dados secundários**

Com o objetivo de apresentar as características gerais da região estudada foram levantados dados históricos e demográficos sobre o nordeste paraense e sobre o município de Mãe do Rio. As informações foram obtidas por meio de consultas aos documentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em trabalhos publicados pelo Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, (IDESP) o qual oferece informações sobre os municípios paraenses, e em dissertações de mestrado que tratam especificamente da região aqui pesquisada. Os dados coletados nas duas primeiras fontes citadas foram obtidos no endereço eletrônico desses órgãos, enquanto os dados constantes nas dissertações de mestrado foram obtidos por meio de consultas às bibliotecas dos núcleos e institutos da Universidade Federal do Pará.

### **3.3.2 Dados primários**

O levantamento de dados primários ocorreu ao longo do trabalho de campo através de quatro principais procedimentos de coletas: observação participante, entrevistas estruturadas e semiestruturadas e mapa mental da área da comunidade.

### 3.3.2.1 Observação Participante

De acordo com Daniel Moreira (2002, p.52) a observação participante é conceituada como “sendo uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa dos sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas e análise documental”. Coadunando com a idéia da autora, neste trabalho foram articuladas essas técnicas a fim de entender o comportamento dos investigados e como estes constroem a realidade em que atuam. Assim, entende-se que a observação participante acompanhada do caderno de campo permitiu obter relatos detalhados do que aconteceu no dia a dia dos sujeitos investigados.

Ludke e André (1986) chamam atenção para o caráter científico da técnica de observação. Para os autores as observações realizadas pelo pesquisador são sempre pessoais e influenciadas por fatores como: história de vida, bagagem cultural, grupo social a que pertence e aptidões, o que acaba fazendo com que o investigador privilegie certos aspectos e não outros.

Desta forma, a observação participante foi utilizada como técnica de investigação que possibilitou conhecer o grupo ou a comunidade estudada e aproximar-me o máximo possível da realidade dos investigados. Esta técnica permitiu a observação e a descrição (posteriormente no caderno de campo) da dinâmica ocorrida nos espaços da casa, da roça e do retiro (casa de forno), evidenciando a rotina do trabalho nestes diferentes espaços, as tarefas especializadas levando em consideração o sexo, idade e geração de quem as realizam e o tempo dedicado a cada tipo de trabalho, seja ele na casa, na roça, no retiro ou mesmo fora da unidade de produção familiar. Vale ressaltar que as observações registradas foram utilizadas como forma complementar às entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

### 3.3.2.2 Entrevistas estruturadas

A entrevista é uma técnica de coleta de dados que permite a captação imediata e corrente de informações desejadas a partir de uma variação de tópicos. Segundo Daniel Moreira (2002) a entrevista pode ser definida como uma conversa entre duas ou mais pessoas com o propósito específico que pode estar situado nos objetivos do trabalho. Sendo assim, entende-se que as entrevistas estruturadas são aquelas que apresentam um conjunto de

questões atreladas às hipóteses e aos objetivos da pesquisa, oferecendo a possibilidade de coleta de informações relevantes geralmente não possíveis de serem coletadas em outros tipos de técnicas aplicadas.

Neste trabalho as entrevistas estruturadas foram utilizadas para obtenção de informações relacionadas à unidade de produção, notadamente as que dizem respeito às atividades ali desenvolvidas, quantificando suas produções, seus destinos (consumo, troca e venda), o tipo de trabalho gasto em cada atividade, as características socioambientais do estabelecimento e a divisão do trabalho familiar. Foi entrevistado um membro por estabelecimento familiar, sempre respeitando quem se apresentava como porta-voz. Neste caso, tanto homens quanto mulheres se disponibilizavam a responder às perguntas realizadas nas entrevistas, isso dependia muito da permanência do membro na casa. Importante ressaltar que muitas das entrevistas foram realizadas com toda a família reunida o que permitiu a coleta detalhada de informações a respeito do trabalho dos diferentes membros dentro e fora da unidade de produção familiar.

O fato das entrevistas coincidirem com o período de Copa do Mundo, não prejudicou de forma alguma o desenvolvimento da pesquisa, pelo contrário, ajudou a reunir várias famílias em um mesmo espaço. Após o término de cada jogo priorizava-se realizar as entrevistas com membros de famílias que residiam em áreas mais distantes da comunidade.

Assim, foram realizadas vinte entrevistas estruturadas em forma de questionários com o intuito de obter informações referentes às famílias e suas unidades de produção. No entanto, deste total, foram utilizadas quinze, pois defini como critério de amostra famílias proprietárias de estabelecimentos agrícolas. Contudo, reconheço que os dados das famílias que vivem basicamente da venda de mão de obra e não possuem estabelecimentos agrícolas foi de fundamental importância para entender a organização do trabalho na comunidade, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho.

As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços: no interior das casas, na varanda, nos quintais embaixo das árvores e até mesmo dentro da igreja aos finais das celebrações religiosas de domingo.

### 3.3.2.3 Entrevistas semiestruturadas

De acordo com Cristiano Oliveira (2010) as entrevistas semiestruturadas permitem não somente a realização de perguntas que se julgam necessárias à pesquisa, mas também a relativização das mesmas. Oferece a liberdade aos entrevistados em discorrer sobre aquilo que acham importante apresentar durante a entrevista possibilitando o surgimento de novas questões ainda não previstas pelo entrevistador, fato que pode ocasionar uma melhor compreensão do objeto estudado.

Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas foram utilizadas na pesquisa para obter informações sobre os significados do trabalho realizado pelos membros da família no intuito de revelar as estratégias traçadas para definição dos papéis ocupacionais dos membros e as regras que regem a organização do trabalho nas unidades de produção familiar. Optei por esse procedimento por admitir uma cobertura mais profunda sobre o objeto de estudo, possibilitando maior aproximação entre investigador e investigado, o que me permitiu tocar em assuntos mais complexos e delicados quanto aos significados da divisão do trabalho pelos membros das famílias.

Foram realizadas com os diferentes membros das famílias estudadas oito entrevistas semiestruturadas, pelo fato do roteiro conter uma variedade de elementos relacionados à organização do trabalho da família na unidade de produção, e por estas se constituírem em longas conversas durante o período onde geralmente mãe ou pai de família estava ocupado nas tarefas diárias. Neste caso, fiz o exercício de acompanhar as atividades realizadas por estes, geralmente no espaço do retiro por ser uma época de colheita e fabricação de farinha e anotar todas as informações referentes ao trabalho tanto nos roteiros quanto no caderno de campo.

Vale ressaltar que, as informações referentes ao trabalho da família no manejo e gestão dos seus sistemas de produção também foram coletadas através de perguntas abertas contidas no questionário, fato que complementou as entrevistas semiestruturadas.

Os dados sobre a história da ocupação e formação da comunidade foram levantados através de conversas direcionadas por roteiros de campo (4 roteiros) aos moradores mais antigos que ainda residem na comunidade. Assim, foi realizado um total de 12 entrevistas semiestruturadas.

### 3.3.2.4 Mapa mental

Na perspectiva de entender a delimitação geográfica da comunidade foi construído um mapa mental<sup>7</sup> com um dos moradores da comunidade. O objetivo foi compreender como este percebe seu espaço físico e demonstra os principais elementos que caracterizam a comunidade assim como ela é, com imóveis (igrejas, escolas, clube de mães, campo de futebol) e seus ambientes (estradas, igarapés, acesso até a sede do município e às comunidades vizinhas).

### 3.3.3 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi desenvolvida em três fases: a primeira referente ao reconhecimento da área e estabelecimento de uma rede de contato com as famílias da comunidade. A segunda com o objetivo de manter uma relação de proximidade com as famílias e levantar indicadores que pudessem subsidiar os roteiros de campo da próxima etapa. A terceira e mais prolongada fase foi realizada com o propósito de levantar os dados essenciais da pesquisa. As fases e a distribuição dos dias de permanência no campo estão representados no quadro 1 a seguir:

<b>Fases</b>	<b>Período</b>	<b>Permanência no campo</b>
1ª fase	dezembro de 2009	2 dias
2ª fase	01 a 04 de maio de 2010	4 dias
3ª fase	18 de junho a 02 de julho	15 dias
Total		21 dias

Quadro 1: Distribuição de dias de permanência no campo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A primeira fase corresponde a uma visita de reconhecimento da área estudada, cujo objetivo foi manter um primeiro contato com as famílias da comunidade Nossa Senhora de Lourdes o que me possibilitou a construção do problema de pesquisa. Esta etapa de campo foi intermediada por profissionais da Embrapa Amazônia Oriental. Sem dúvida, este primeiro contato foi fundamental para tecer *a priori* uma rede de relações dentro da comunidade, pois

<sup>7</sup>Croqui que representa a forma como os indivíduos percebem seu espaço.

além dos membros da família participante do projeto, tive a oportunidade de conversar informalmente com outros agricultores da comunidade.

Naquele momento, tive o cuidado de explicar que eu não fazia parte da mesma instituição dos demais membros da equipe que estava acompanhando, e que o objetivo da minha presença na comunidade estava ligado às atividades acadêmicas de um curso de mestrado da Universidade Federal do Pará voltado para a agricultura familiar.

Nesta etapa, tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas da comunidade a respeito de vários temas: como saúde, educação, estradas, sistemas de produção, comercialização dos produtos, histórias de trabalho na terra, dentre outros, o que resultou posteriormente em anotações de campo que fomentaram reflexões sobre a problemática de estudo na área. Após esta visita, solicitei à família participante do projeto um retorno à comunidade, desta vez para conversar com as demais famílias da comunidade sobre a possibilidade da execução da pesquisa naquele espaço.

A segunda fase de campo foi realizada no período de 01 a 04 de março de 2010 com o propósito de estabelecer uma relação de proximidade com as famílias e apenas observar o meio social em que estas estão inseridas. O objetivo principal, *a priori*, era conversar livremente com os agricultores familiares da comunidade e entender minimamente a dinâmica agrícola e social do meio a ser investigado.

Esta foi a etapa em que estava mais apreensiva, pelo fato de estar retornando sozinha à comunidade e pelo pouco conhecimento com as pessoas que ali vivem. Uma das estratégias pensadas para esta fase foi chegar à comunidade em um dia de sábado por um motivo principal, acompanhar a missa (celebração) realizada todos os domingos no vilarejo da mesma. Sabia que naquele evento teria condições de encontrar várias famílias reunidas e a oportunidade de me apresentar e explicar o objetivo da minha estada para um número maior de pessoas da localidade e só então, solicitar a permissão das famílias para a realização da pesquisa na área.

Durante a viagem da cidade de Belém ao município de Mãe do Rio surgiram algumas preocupações sobre como conduzir esta segunda etapa de campo. Ao percorrer a longa estrada de asfalto até a sede do município de Mãe do Rio, várias indagações surgiram, tais como: como serei recebida na comunidade? Que tipo de “estranhamento” surgirá ao chegar uma jovem pesquisadora naquele espaço? Que tipo de aceitabilidade minha pesquisa pode ter para aquelas famílias? Todas essas preocupações fizeram parte do meu entusiasmo e ansiedade ao escrever as primeiras palavras no meu diário de campo.



Quando cheguei à comunidade, já sabia que ficaria hospedada na casa do Sr. Z. e Dona M., mesmo assim ainda tinha certa insegurança quanto a minha recepção, uma vez que estava em um ambiente diferente do que eu estava acostumada a trabalhar. Quando avistei o Sr. Z. sentado na varanda me cumprimentando, dizendo que estava à minha espera, logo fiquei mais tranquila e senti que seria bem recebida, muito embora soubesse que a *priori*, haveria certo “estranhamento” tanto da minha parte quanto da parte dos membros da família com a minha chegada, pois entende-se que os aspectos naturalizados de uma cultura perante a outra provoca um “estranhamento” das práticas culturais de ambas as partes (DA MATTA, 1978).

Embora o portão pequeno de entrada pela cozinha estivesse aberto, minha recepção estava designada a ser pela porta da frente da casa, local exatamente onde Sr. Z., o chefe da família aguardava a minha chegada. Cheguei à comunidade no início da tarde e durante um bom período da mesma fiquei conversando com Sr. Z., Dona M. e um dos filhos adultos do casal. Durante toda a conversa fui percebendo as principais dificuldades da família e da comunidade e a necessidade do trabalho para a manutenção do lote e das garantias básicas de todos os membros. Ao mesmo tempo observava o comportamento das crianças diante da minha chegada.

Na casa, tudo organizado, o terreiro varrido, as louças bem areadas, tapete na sala e uma capa de tecido estampado cobrindo o sofá. Na cozinha, a “merenda” da tarde era preparada no fogão a gás. Percebia que a família queria me oferecer diante de suas possibilidades as melhores condições de hospedagem. Por um lado me sentia gratificada, mas por outro não queria desviar o curso das atividades cotidianas da família com minha chegada, embora reconhecesse que haveria influências e que estas seriam inevitáveis. Diante dessa situação, fiz questão ao longo da conversa com os membros da família de falar da minha origem na agricultura e da relação que até hoje meus pais têm com o estabelecimento agrícola familiar. O objetivo era deixar a família mais à vontade quanto ao seu dia a dia de trabalho, nas atividades do lote, na preparação de alimentos, na educação dos filhos e principalmente nas conversas informais sobre a vida social na comunidade.

Ao final da tarde, todas as inquietações surgidas durante a viagem foram desaparecendo e, apesar do dia cansativo, tive a certeza que seria bem recebida pela família durante os dias de permanência na casa da mesma, fato que contribuiria significativamente para o bom andamento da pesquisa de campo.

Como a segunda etapa de campo foi planejada para solicitar às famílias a realização da pesquisa na área e a partir daí observar o curso de vida dos agricultores da comunidade Nossa

Senhora de Lourdes, optei em não utilizar nenhum tipo de roteiro de campo para evitar possíveis pré-noções e interferências nos relatos apresentados. Nesta fase, foi priorizado como procedimento metodológico a observação participante, pois naquele momento visava novas descobertas e novas formas de entendimento daquela realidade observada. Assim, passei a descrever no meu diário de campo o local, as paisagens, as pessoas, as linguagens, as atividades, etc., visualizando assim o cenário a ser estudado.

Outro procedimento utilizado nesta segunda etapa foi a construção do mapa mental da comunidade. Através deste procedimento observei como os agricultores percebiam seu próprio ambiente, a geografia da área, as principais vias de acesso, a distância entre as comunidades e os espaços de sociabilidade. A construção do mapa pode ser visualizada nas fotos 1 e 2:



Foto 1: Agricultor construindo o mapa mental da comunidade

Fonte: pesquisa de campo, 2010.



Foto 2: Pesquisadora observando os critérios utilizados pelo agricultor para a construção do mapa.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

O mapa foi fundamental para obter informações sobre o desenho da comunidade, quantidade de famílias, tamanho e dispersão geográfica dos lotes, cursos de água, comunidades vizinhas e as famílias mais distantes de serem estudadas. Somente a partir daí foi tomada a decisão de estudar o conjunto de famílias que residem na parte central da comunidade Nossa Senhora de Lourdes. Tal escolha é justificada por dois motivos: o primeiro é que a maior parte das famílias encontra-se reunida nesta localidade; o segundo refere-se ao fato do local reunir vários espaços de socialização (escola, igreja, clube de mães, campo de futebol, etc.), e agregar em determinados dias (geralmente aos domingos, dias festivos e reuniões) as outras famílias que compõem a comunidade.

Nesta fase da pesquisa, foram coletados através de observações, registros fotográficos e do caderno de campo, informações referentes à história de formação da comunidade e dados sobre infraestrutura, meios de transporte, moradia, dentre outros.

A terceira e última etapa do trabalho de campo, teve como objetivo levantar dados referentes aos objetivos da pesquisa através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e observação participante.

Para isto foram aplicados 20 questionários com diferentes tipos de famílias os quais continham elementos relativos à identificação do entrevistado, composição e trajetória familiar, acesso à terra, caracterização da unidade de produção, calendário agrícola e benfeitorias no lote, divisão do trabalho da família, trabalho extra-lote, acesso a políticas públicas e organização social. Além disso, foram realizadas entrevistas mais detalhadas sobre o processo de ocupação e formação da comunidade e sobre o trabalho da família numa relação passado e presente.

Para direcionar o trabalho de campo e obter melhor aproveitamento do período da pesquisa na comunidade, optou-se em realizar apenas dois questionários por dia, ou seja, foi delimitado visitar apenas duas propriedades/dia, uma pela manhã e outra à tarde. Desta forma, teria a oportunidade de permanecer na casa das famílias por mais tempo, observando principalmente a rotina doméstica e realizando conversas informais (geralmente com as mães) sobre as histórias de acesso à terra, planejamento das atividades no lote, trabalho dos filhos, dentre outras informações importantes para a pesquisa.

Em cada visita era recebida com um cafezinho preto e muita hospitalidade, fato que refletia significativamente na qualidade de obtenção dos dados pesquisados.

De modo geral, a terceira visita a campo teve como propósito observar, conversar, registrar e refletir, a partir dos objetivos da pesquisa, sobre a vida cotidiana das famílias da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes.

Durante um período de 15 dias vivendo na comunidade, pude acompanhar de perto o curso de vida das pessoas que ali viviam. Através de entrevistas e observação participante tive a oportunidade de perceber durante esta fase da pesquisa a rotina de trabalho das famílias, as tarefas realizadas por seus membros, os locais de trabalho e verificar como as famílias têm organizado o trabalho em suas unidades de produção diante das possibilidades que o meio natural oferece.

Os dados coletados a partir da pesquisa de campo foram posteriormente tratados em planilhas e em relatórios de campo, o que subsidiou a fase redacional deste trabalho.

Neste capítulo foram apresentados os caminhos metodológicos percorridos ao longo do desenvolvimento desta dissertação. No próximo capítulo serão apresentadas a comunidade e as famílias estudadas.

## 4 AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES

A vida social das famílias da comunidade Nossa Senhora de Lourdes é essencialmente organizada em torno de suas unidades de produção constituídas por locais de “*morada*” e de “*trabalho*” (GARCIA JÚNIOR, 1983). Várias foram as transformações ao longo dos anos que modificaram o local de vivência destas, limitando não somente suas possibilidades de reprodução, mas também os espaços internos das suas unidades produtivas.

Neste capítulo constam informações referentes à história de formação da comunidade e a dinâmica de exploração do meio natural ao longo dos anos. O objetivo é analisar as principais fases de formação da comunidade, o atual contexto das unidades de produção das famílias e os principais aspectos relacionados aos seus modos de vida.

### 4.1 HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

Como visto nos capítulos 2 e 3, a diversidade dos processos sociais que marcaram a ocupação e uso das terras no nordeste paraense é reflexo das políticas de desenvolvimento a partir dos grandes projetos para essas áreas, dos movimentos de ocupação e disputas pelo espaço e riquezas naturais, dos incentivos a entradas de grandes empresas e da exploração do meio natural. Tais fatores influenciaram na estrutura econômica, demográfica, e ecológica desta e, conseqüentemente, na vida das populações que nela residem (HURTIENNE, 1999).

De acordo com Conceição (2002), a construção da Rodovia Belém-Brasília e a política de incentivos fiscais estimularam na década de 1970 a instalação de grandes fazendas na região do nordeste paraense. Neste período, as áreas às margens da rodovia foram ocupadas por grupos de empresários (madeireiros e fazendeiros) que exploraram conjuntamente as áreas de florestas primárias dessa região. Segundo a literatura revisada, a condição de exploração estabelecida entre esses dois grupos funcionava da seguinte maneira: os fazendeiros negociavam a madeira de “suas” áreas com madeireiros sob a condição de que, depois da retirada do recurso, essa mesma área fosse transformada em pastagem. Assim, esse processo pode ser delineado por três etapas: i) exploração intensiva do potencial madeireiro, ii) queima das áreas exploradas objetivando a “limpeza de terras” iii) constituição de pastagens para o desenvolvimento da pecuária bovina extensiva.

No município de Mãe do Rio este quadro não foi diferente. Relatos de moradores mais antigos entrevistados na comunidade, afirmam que mesmo antes da entrada desses grupos (fazendeiros e madeireiros) já existiam “colonos”<sup>8</sup> que viviam da agricultura de subsistência, do extrativismo vegetal e animal nas áreas rurais no entorno da sede do município, fato que não impediu o estabelecimento das grandes fazendas nessas áreas.

Até o ano de 1979 (fase inicial – ver quadro 2), os “colonos” que viviam nas áreas que hoje formam a comunidade Nossa Senhora de Lourdes conviveram com fazendeiros que se consideravam proprietários de toda aquela região circunvizinha à sede do município. A convivência desses dois grupos ficou insustentável com a intensificação da exploração madeireira e o crescimento das áreas extensivas de pastagens nos arredores das pequenas áreas onde os colonos viviam, uma vez que acabaram ficando “imprensados” por grandes fazendas, forçados direta e indiretamente a venderem as áreas para os fazendeiros. De acordo com Conceição (2002) foi comum na região a compra de terras de “colonos” que viviam em áreas onde se situavam grandes fazendas. Os que resistiam à venda da terra sofriam fortes pressões e passavam por práticas de violência como a soltura de animais em suas pequenas roças, a obstrução de acessos a seus lotes e fontes de água, etc. (CONCEIÇÃO, 2002). Segundo relatos dos entrevistados, essas pessoas não resistiram às fortes pressões e acabaram vendendo suas terras, migrando para novas áreas rurais ou retornando à sede de municípios vizinhos. Esta foi a fase inicial (até 1979 – ver quadro 02) das primeiras transformações da paisagem natural das áreas que hoje constituem a comunidade Nossa Senhora de Lourdes.

A concentração de terras em larga escala gerou graves conflitos sociais e grandes impactos ambientais, provocando a organização de movimentos sindicalistas que reivindicavam uma política de base para os trabalhadores rurais e pequenos agricultores do Estado.

Foi neste contexto que a partir de 1980 ocorreu o segundo movimento populacional de ocupação de terras<sup>9</sup> por famílias que viviam na região e reivindicavam “terras de trabalho”<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Termo “colono” foi utilizado pelos próprios informantes quando se referiam às pessoas que migram à procura de terras e se instalam em áreas rurais para desenvolver a agricultura e outras atividades ligadas à terra. No caso citado, referem-se às primeiras pessoas (que ainda não possuíam família formada) que “ocuparam” parte das áreas rurais próximas à sede do município, mas que não conseguiram permanecer por muito tempo na localidade.

<sup>9</sup> O termo “ocupação de terras” é geralmente tratado em debates e discursos de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST que utilizam esse termo para o tipo de ocupação de áreas improdutivas. Porém nos relatos dos entrevistados o termo “invasão” é externado como sinônimo de ocupação de terras, possivelmente pelo fato de estarem justificando que o acesso à terra se deu sob condições de enfrentamento com grupos que se consideravam proprietários de grandes extensões de áreas no município. No entanto, não é objetivo deste trabalho entrar nesse debate, o que se pretende aqui é versar a história da comunidade assim como relatado pelos informantes e justificar o uso do termo “invasão” de terras nas falas das citações apresentadas no trabalho.

(GARCIA JÚNIOR, 1983). Para o grupo estudado, a terra significava a possibilidade de se instalarem na área e nela garantirem as condições mínimas de sobrevivência, assim como explicitado na seguinte fala:

*As terras que nós queria não era só um pedaço de chão, nós queria terra pra poder **plantar**, nós queria terra pra poder **trabalhar**, nós queria uma terra pra poder **viver** dentro dela com nossas famílias. Mas é claro que muita gente entrou aqui com a ideia de cortar a terra e depois vender, isso aconteceu muito, mas quem entrou pensando em trabalhar, ficou e conseguiu fazer sua vida aqui (A. J. M, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, 51 anos).*

A memória oral de moradores pioneiros da comunidade registra que a segunda frente de ocupação dessas áreas não aconteceu de forma pacífica, pelo fato da luta pela posse da terra estar relacionado a dois grupos com diferentes interesses. De um lado, famílias em sua maioria migrantes do nordeste brasileiro que já viviam na região à procura de terras para fins agrícolas que pudessem garantir sua reprodução. Do outro, fazendeiros (grupos empresariais) que se consideravam proprietários de grandes extensões de terras cujo único objetivo era acumulação de capital através da exploração madeireira e expansão da pecuária bovina.

Na década de 1980, o grupo JONASA – empresa envolvida com exploração madeireira, mineração e portos no Brasil, já havia se estabelecido nas áreas que atualmente constituem a comunidade Nossa Senhora de Lourdes através da formação de quatro grandes fazendas: “Maré Monte, Jonasa, Vale do Capim e Mossoró” com tamanhos que variavam de 600 a 24.000 hectares. Toda essa área já estava demarcada e formada em glebas pertencentes a um mesmo proprietário.

De acordo com os relatos dos primeiros moradores que chegaram à área nesse período, o acesso a terra por agricultores se deu através de um processo de “invasão” sob condições de tensão e enfrentamento como mostram as seguintes falas:

*Quando eu cheguei aqui nessa terra foi no ano de 1980, só existia duas famílias aqui, a do meu sogro que foi quem me trouxe pra cá e uma outra. Isso aqui foi uma invasão que nós fizemos, isso aqui era do grupo JONASA e foi invadido quatro vezes por nós, deu até caso de polícia e prisão de muita gente para tirar nós daqui de dentro, mas eu sei que nossa força foi maior e conseguimos ficar. No período que cheguei aqui entraram muitas famílias, mas não conseguiram ficar por causa das dificuldades né, que tinha aqui. Nós não tinha estrada, nós não tinha socorro, nós não tinha nada, parecia mais um bando de “selvagens”. Pra num dizer que num tinha nada, tinha umas picadas feitas por madeireiros (F. M. S, 50 anos, agricultor da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

---

<sup>10</sup> Terras de trabalho é um termo utilizado por Afrânio Garcia Júnior (1983) ao estudar as condições de vida e trabalho de pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira, especificadamente o movimento da economia destes a partir do trabalho da família.

*Essa terra aqui era do F., as sedes das fazendas era acolá, e em cada sede tinha uma guarita que era pra impedir do pessoal entrar. Nessas áreas daqui do 47 tinha uma guarita. Falou que ia botar a polícia e ia colocar todo mundo pra fora no fumo. Fomos lá com 70 homens e cortamos a madeira da ponte tudinho, deixamos só os vagões do meio pro ônibus montar em cima cheio de soldado, que ele dizia ser soldado, né! Aí eles vieram até na boca com esse ônibus, mas aí quando chegaram na boca cismaram e voltaram pra trás, porque quando o pneu do ônibus fosse bater em cima já tava cortado, quando eles quisessem subir na ponte eles iam era ficar lá mesmo, e nós ia era tocar fogo neles com ônibus e tudo. E nas outras entradas foi feito do mesmo jeito, em cada entrada dessa tinha uns 70 homens, esperando a entrada deles aqui - dos capangas do grupo JONASA. (F. R, 65 anos, agricultor da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

O acesso e a posse da terra estavam atrelados a um processo de resistência e superação de dificuldades (falta de estradas, saúde e educação para os filhos) naquele espaço social. De acordo com os entrevistados, as famílias só conseguiram resistir na terra porque acreditavam que aquelas áreas eram “griladas” e o grupo que se considerava proprietário não tinha como comprovar com documentação a área demarcada.

Nesta segunda frente de ocupação (1980 a 1989) cada família se “apossou” de lotes de aproximadamente 25 hectares, cuja demarcação era realizada (por um grupo de agricultores que organizaram a ocupação) de acordo com o tamanho médio estabelecido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em outras áreas rurais na região. Houve casos de famílias maiores que conseguiram adquirir mais de um lote, agregando pais, filhos e sobrinhos em áreas vizinhas. Naquele momento já se tinha como consenso a demarcação de lotes por família, mesmo no caso da existência de famílias extensas.

Durante o processo de ocupação, regras foram criadas para ordenar o acesso às terras. Um dos critérios era que, havendo terras suficientes, não se poderia negá-la a uma família que necessitasse alimentar seus filhos. Em todos os momentos dessa segunda frente de ocupação, os vínculos familiares e de amizade foram definidores da chegada de novos moradores, que através das redes de parentesco ficavam sabendo da existência das possíveis áreas agricultáveis. Este foi um período em que muitas famílias não conseguiram permanecer na terra e acabaram repassando seus lotes (muitas vezes através de troca por animais, bicicletas, etc.) a outras famílias que iam entrando nas áreas.

Por volta dos anos de 1983 a 1984, período em que muitas famílias já estavam instaladas na área com relações estabelecidas entre si através de uma rede social pautada no desejo de permanecer e trabalhar na terra, as famílias foram incentivadas pela igreja católica à formação de uma “comunidade”.

Para as famílias que ocuparam essas áreas, o termo “comunidade” não está somente atrelado à questão de se ter algo em “comum” ou dividir valores incentivados por



determinadas culturas, como considerado nos escritos de Wagley (1988). Para as pessoas que formaram aquele espaço social, a comunidade é reflexo da prática social pautada nos princípios e missões da igreja católica, por um projeto de evangelização que prima pela comunhão entre os irmãos e a organização desses indivíduos que compartilham de um mesmo legado histórico e cultural.

Nesse sentido, quando indagados sobre o surgimento da comunidade e o porquê da designação desse nome, os entrevistados expressam que a comunidade surgiu a partir de uma família que morava na localidade e que era originária do município de Aurora do Pará. Essa família já era envolvida com questões religiosas nesse município e coordenava grupo de orações.

D acordo com alguns moradores de Nossa Senhora de Lourdes, a comunidade surge a partir de um grupo de oração, coordenado por uma família da localidade, que se reunia todos os domingos em sua residência para realizar pequenas celebrações. Durante alguns anos essa mesma família conseguiu agregar um grupo maior de pessoas, organizando anualmente no mês de maio o “terço de Maria”. Nesse mês, a reza do terço era realizada nas diferentes residências familiares, reuniões essas que culminaram na construção de uma igreja que recebeu o nome de congregação Nossa Senhora de Lourdes. A partir desse momento o povoado que reunia o conjunto de famílias daquela localidade foi nomeado com o mesmo nome da congregação.

Segundo relatos de um agricultor antigo de Nossa Senhora de Lourdes, após o surgimento da comunidade, as pessoas fortaleceram os laços de comunhão e a organização do espaço enquanto lugar de vivência. Em paralelo, passou a ser foco de jogo de interesses políticos, ou seja, atores políticos (candidatos à eleição no município de Mãe do Rio) garantiam assistência básica como estrada, escola e a construção de uma nova igreja em troca de votos em épocas de campanha eleitoral. Tal afirmação foi reforçada na seguinte fala:

*Quando chegou o período de campanha política, aí os políticos ficaram tudo de “orelha em pé” para as comunidades. Nossa igreja tava pra cair, no tempo eu era coordenador da comunidade quando o prefeito mandou me chamar lá, nesse tempo eu nem tinha entrosamento político e ele falou pra mim que ia construir nossa igreja. Quando tava pra fechar os quatros anos de mandato a nossa igreja já tava pronta, ele construiu a escola e mandou abrir estradas. Daí pra frente as coisas foram melhorando pra nós (F. M. S., 50 anos agricultor da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

Os registros apresentados acima permitem interpretar que o termo comunidade não é somente utilizado por atores locais que fizeram parte da construção e formação desta, mas

também por agentes externos (políticos) que viam a possibilidade de se promoverem politicamente na região.

#### **4.1.1 Histórico do uso da terra**

De acordo com a literatura e depoimentos dos agricultores, profundas mudanças ocorreram nos últimos 32 anos nos ecossistemas naturais das áreas que formam a Comunidade Nossa Senhora de Lourdes. Ao longo dos anos, nas áreas rurais do município de Mãe do Rio, mais precisamente as que formam a comunidade estudada, foi utilizado um modelo de ocupação baseado na exploração dos recursos naturais através do sistema tradicional de corte e queima. A exploração do meio natural foi prejudicada inicialmente com a supressão de parte da cobertura vegetal de florestas primárias, seguido de aberturas de áreas para implantação de roçados e posteriormente formação de pastagens nas unidades de produção das famílias.

Para entender a organização do trabalho familiar nestas unidades é necessário recorrer ao histórico de uso da terra a partir das principais atividades desenvolvidas pelos diferentes grupos que ocuparam e ocupam estas áreas. Tais informações servirão de subsídios para entender as limitações dos agroecossistemas da comunidade e como estas têm influenciado no trabalho da família em suas unidades de produção. No quadro 2, estão apresentadas as principais fases de ocupação e atividades realizadas ao longo dos anos. Vale ressaltar que representar esta realidade de forma cronológica é uma tentativa de compreendê-la no tempo, o que não quer dizer que não ocorra intercruzamentos de fases em determinados momentos.

<b>HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES</b>					
<b>Os primeiros ocupantes (até 1979)</b>					
<b>Tipo de ocupação</b>	<b>Acesso à terra</b>	<b>Condições do meio</b>	<b>Principais atividades realizadas</b>	<b>Condições de uso da terra</b>	<b>Tipo de trabalho</b>
Ocupação espontânea	Posse	Áreas de florestas e capoeiras	Extração de madeira, arroz, feijão, milho, mandioca	Implantação de cultivos em terra própria	Trabalho familiar
<b>1ª fase – chegada e adaptação das famílias (1980 a 1989)</b>					
Ocupação conflituosa	Posse através de invasão	Área de floresta secundária, capoeiras e pastagens	Arroz, feijão, milho, mandioca	Implantação de cultivos em terra própria	Trabalho familiar
<b>2ª fase – 1989 à 1993</b>					
Ocupação espontânea	Inicia o processo de compra e venda e troca de áreas	Área de capoeirão	Feijão, mandioca (farinha) e malva	Implantação de cultivos em terra própria	Trabalho familiar e troca de dias
<b>3ª fase – 1993 a 2006</b>					
Ocupação espontânea Projeto de Assentamento Itabocal	Acesso à terra somente através da compra	Área de capoeira fina	Mandioca (goma), feijão e pasto	Implantação de cultivos em terras de parentes	Trabalho familiar e contratado
<b>4ª fase – 2006 à 2010</b>					
Projeto de Assentamento Itabocal	Compra	Capim de “estrepê”	Mandioca (farinha), feijão e pasto	Implantação de cultivos em terras arrendadas	Trabalho familiar e contratado

Quadro 2 Histórico das atividades desenvolvidas na comunidade Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

No período de chegada e adaptação das famílias (segunda frente de ocupação- 1980 a 1989), as principais atividades agrícolas desenvolvidas eram as culturas alimentares através de roçados de arroz, feijão, milho e mandioca, cultivados geralmente nos fundos de cada lote em pequenas áreas de florestas próximas aos igarapés. No caso das famílias que já adquiriram lotes sem áreas de reserva de mata primária, estas iniciaram seu primeiro ciclo de produção em áreas de capoeiras grossas (capoeirão). Neste período, 72,53% das áreas de florestas primárias já haviam sido exploradas (através do corte raso realizado por madeireiros) e transformadas em áreas de capoeiras, restando apenas 22,86% de florestas primárias compostas em sua maioria por matas ciliares<sup>11</sup>, conforme pode ser visualizado no quadro 3:

<sup>11</sup> Matas que protegem os cursos das águas: rios, igarapés e mananciais.

<b>Cobertura vegetal nos primeiros anos das unidades de produção das famílias estudadas (entre 1989 a 1993)</b>							
Tipo de vegetação	Mata	Capoeira	Pasto	Roça	Capim	Outros*	Total
Área (ha)	90,05	287,40	2,0	0,0069	6,80	9,50	396,21
Percentual (%)	22,86	72,53	0,50	0,001	1,71	2,40	100
* áreas de pomares, cercas, instalações, cursos de águas, etc							

Quadro 3: Situação da cobertura vegetal no período de chegada das famílias em suas unidades de produção  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Nesta primeira fase (1980 a 1989), os agricultores utilizavam sistema tradicional de agricultura itinerante<sup>12</sup> para implantarem seus roçados num ciclo de 1 a 1 ano e ½ e uma fase de pousio que variava de 6 a 8 anos.

Os roçados eram geralmente pequenos, com tamanhos médios de 2 a 5 tarefas (0,0006 a 0,0015 hectares) e o preparo da terra era realizado através de quatro etapas principais: broca, derruba, queima e coivara. De acordo com os entrevistados, o plantio de pequenas tarefas de roçado era uma estratégia utilizada pelas famílias pelo fato de estarem em fase de adaptação na terra e possuírem pouca disponibilidade de mão de obra familiar, uma vez que os filhos encontravam-se pequenos sendo apenas consumidores e não trabalhadores. Assim, registram que nesta fase, importância maior era dada à garantia dos primeiros anos de alimentação da família e estruturação da unidade de produção como: construção de um pequeno barraco, roças de subsistência, criação das primeiras matrizes de aves e implantação de pomares nos arredores da casa.

Mesmo com pouca disponibilidade de áreas de florestas conforme demonstrado no quadro 3, os agricultores priorizavam as áreas de mata para a implantação de seus roçados, pois acreditavam que os solos dessas áreas asseguravam maior fertilidade e melhores produções principalmente para os plantios de ciclo curto (arroz - *Oryza sativa*, milho - *Zea mays*, e feijão - *Phaseolus vulgaris*). Os entrevistados relatam que o “machado” e o “fogo” eram os principais instrumentos utilizados no preparo dessas áreas.

*Quando nós veio pra cá, nós já tinha aprendido fazer dessa forma né! Nós sempre usou o fogo pra preparar as áreas, até mesmo porque nunca tivemos condição de fazer de outra forma, pro agricultor que não tem dinheiro pra fazer diferente, qual é o jeito que ele tem? (F. M. S, 50 anos agricultor da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

<sup>12</sup> A agricultura itinerante é um sistema agrícola primitivo, historicamente utilizado nos ecossistemas de florestas tropicais na Amazônia. Neste sistema o homem derruba trecho da floresta, queimando-o como preparo da terra geralmente para cultivos de subsistência. São sistemas em que envolvem frequentemente a limpeza de terrenos seguido por vários anos de colheita até que o solo perca a fertilidade natural. Assim, esta área é abandonada e substituída por novos trechos de florestas até que a área abandonada recupere sua produtividade.

Além do forte peso cultural que recai sobre as práticas de preparo das áreas desses agricultores, o fato de serem recém chegados, descapitalizados de recursos financeiros e com pouca disponibilidade de mão de obra familiar fazia com que o sistema de corte e queima fosse a principal forma de preparo das áreas a cada ciclo agrícola.

O passo inicial de desmatamento das áreas da comunidade foi dado ainda na década de 1970 com a exploração intensiva da madeira e formação de grandes fazendas, porém este quadro continuou sendo alterado com a chegada das famílias, a partir de 1980, com demarcação de lotes individuais e uso da terra através do sistema itinerante. A cada ano a área cortada e queimada sofria perda de solos, aumento da acidez e porosidade, redução da infiltração e biodiversidade vegetal, afetando principalmente o banco de sementes. Este quadro já havia sido percebido em áreas de ocupação mais antigas do nordeste paraense, assim como discutem Égler (1961) e Penteadó (1967) no referencial teórico deste trabalho.

A partir de 1989, com a redução das áreas de florestas nos lotes, as famílias começaram a implantar roçados maiores de mandioca em áreas de capoeirão (capoeiras altas) e reduzir a implantação de roças de subsistência, pois se percebia a possibilidade de fabricação de farinha para a comercialização, uma vez que dispunham nesta fase de parte da mão de obra dos filhos.

A ausência das áreas de mata influenciou diretamente na produção de culturas de ciclo curto como o arroz, milho e feijão, mas não prejudicou a produção dos roçados de mandioca como fonte principal de renda. Neste período as famílias também comercializavam a malva como meio de complemento da renda familiar. A produção era comercializada a atravessadores na sede do município de Mãe do Rio e, posteriormente, vendida às indústrias de fibras instaladas no município de Castanhal.

De 1989 a 1993, muitas famílias que viviam na cidade de Mãe do Rio e em municípios vizinhos passaram a comprar lotes na localidade daquelas famílias que não conseguiram se adaptar na área. Estes geralmente eram comercializados sob condições de troca (animais, outras propriedades, motos, bicicletas, etc).

Após 1993, inicia-se nas áreas da comunidade e em regiões vizinhas o “ciclo da goma ou fécula de mandioca”. Nesta fase, as famílias intensificaram seus roçados e começaram a implantar estes em áreas relativamente grandes (10 a 24 tarefas - 0,003 a 0,007 hectares) em relação ao tamanho total de suas unidades de produção.

De acordo com os informantes o “ciclo da goma” foi uma das épocas mais rentáveis para as famílias da comunidade, pelo fato da produção de goma exigir menor tempo e

disponibilidade do trabalho da família na sua fabricação e possibilitar uma renda imediata com sua comercialização. No entanto, argumentam que esta também foi uma fase em que as terras sofreram maiores ações antrópicas, uma vez que a produção da goma exigia em seu processo de fabricação uma quantidade significativa de tubérculos e, conseqüentemente, a implantação de maiores áreas cultivadas.

Segundo os cálculos realizados pelos informantes, neste período 01 tarefa (0,0003 hectares) de mandioca equivalia a 200 quilos de goma por semana. Se para comercializar 200 quilos/semana eram utilizadas uma tarefa de roça, em um mês as famílias comercializavam 800 quilos e em um ano 9.600 quilos. Isto significa dizer que neste período parte das áreas agricultáveis das unidades de produção foram utilizadas e reutilizadas sem intervalos para reposição de nutrientes e práticas de conservação dos solos.

A partir do ano 2000, o acesso ao crédito rural direcionado à pecuária bovina, fez com que estas famílias incorporassem aos seus sistemas de produção áreas de pastagens para criação de bovinos como forma de investimento ou como uma garantia de renda segura em caso de necessidade de obtenção imediata de recursos financeiros (ex: caso de doença na família, perda da produção do ciclo, compra de insumos etc).

De acordo com Pessôa (2007), esse tipo de política de crédito pode acarretar na possibilidade de especialização e comprometimento da diversificação da produção, conduzindo o agricultor para uma lógica de mercado que tenha potencial retorno financeiro e garantia de comercialização.

No caso da comunidade Nossa Senhora de Lourdes o gado foi incorporado como complemento às outras atividades da unidade de produção. No entanto as áreas de pastagens foram adquirindo proporções maiores e ocupando boa parte das áreas dos lotes das famílias fazendo com que estas deixassem de utilizar exclusivamente a mão de obra familiar e passassem a contratar serviços temporários de terceiros para a formação de pastagens, pois se constatava a saída dos filhos mais velhos para a realização de atividades em outras localidades ou outros estabelecimentos agrícolas. Além disso, deve-se considerar a saída dos filhos da unidade de produção familiar após a constituição do matrimônio, fato que está diretamente relacionado ao ciclo de desenvolvimento da família.

O ciclo da goma encerrou no ano de 2006 com a chegada de empresas que comercializavam fécula industrializada na região. Para os agricultores entrevistados, o fim do ciclo da goma foi um marco de percepção quanto ao desgaste das áreas cultivadas na comunidade. Relatos apontam que o meio natural das unidades de produção das famílias apresentava fortes limitações quanto à fertilidade dos solos, indicando baixa capacidade

produtiva uma vez que já não possuíam possibilidades de itinerância nas pequenas áreas de 25 hectares. Assim, a produtividade dos roçados era afetada a cada ciclo agrícola, fazendo com que as famílias recorressem às áreas de parentes ou amigos para cultivar sob condições de meia da produção, ou reduzir as áreas de seus roçados para duas a quatro tarefas em média.

De 2006 a 2010, até o período de realização da pesquisa, as famílias da comunidade passaram a trabalhar basicamente com produção de farinha como produto principal de obtenção de renda. Fatores como a mudança de ciclo econômico (da fécula da mandioca), disponibilidade de áreas com boa capacidade de produção e a fabricação do produto não exigir grandes áreas cultivadas, explicam a decisão de ter a farinha como principal atividade atualmente praticada pelas famílias em Nossa Senhora de Lourdes.

Atrelado a isso, prioridade é dada aos roçados de mandioca, pelo fato desta poder ser colhida de dois a três ciclos agrícolas seguintes, encarnando aquilo que Heredia (1979) denominou de “alternatividade”, ou seja, a cultura além de servir como fonte da base alimentar (em forma de farinha) da família oferece a possibilidade de ser comercializada em qualquer época do ano, (caso sejam implantadas duas roças/ano), fazendo com que o agricultor possa obter durante todo o ciclo recursos financeiro, por menores que estes sejam.

Durante todos esses anos, essas famílias continuaram trabalhando utilizando o sistema de corte e queima com o uso contínuo do fogo, mesmo em áreas de capoeiras baixas ou em áreas de capim, o que muitas vezes tornou-se causa de incêndios acidentais de 50% das unidades de produção das famílias estudadas.

De acordo com alguns agricultores entrevistados, a repetição do mesmo método de plantio durante décadas, a redução dos períodos de pousio e o uso do fogo como elemento principal de preparação de roças vem deixando a terra totalmente comprometida com baixa fertilidade para implantações de novos cultivos que possam garantir a manutenção da família no estabelecimento agrícola. Essa reflexão pode ser percebida na seguinte fala:

*O fogo diminui muito a produção da nossa roça, porque tudo que queima acaba todo o adubo que a terra tem, porque esse mato aí é do tipo se a gente meter a máquina em cima dele e cortar ele, com poucos meses as folhas que ficaram no chão servem como adubo para a terra. E queimando e plantando duas vezes todos os anos, fica assim né? Uma terra pobre (F. M. S, 50 anos, agricultor da comunidade).*

Se compararmos a cobertura vegetal do período de chegada das famílias (ver quadro 3) com a cobertura vegetal atual representada no gráfico 1 perceberemos que toda a área de

mata foi utilizada ao longo dos 32 anos de ocupação, restando apenas áreas de capoeiras finas, pastagens, pequenas áreas de roçados e grandes áreas de capim estrepe<sup>13</sup> ou capim furão.

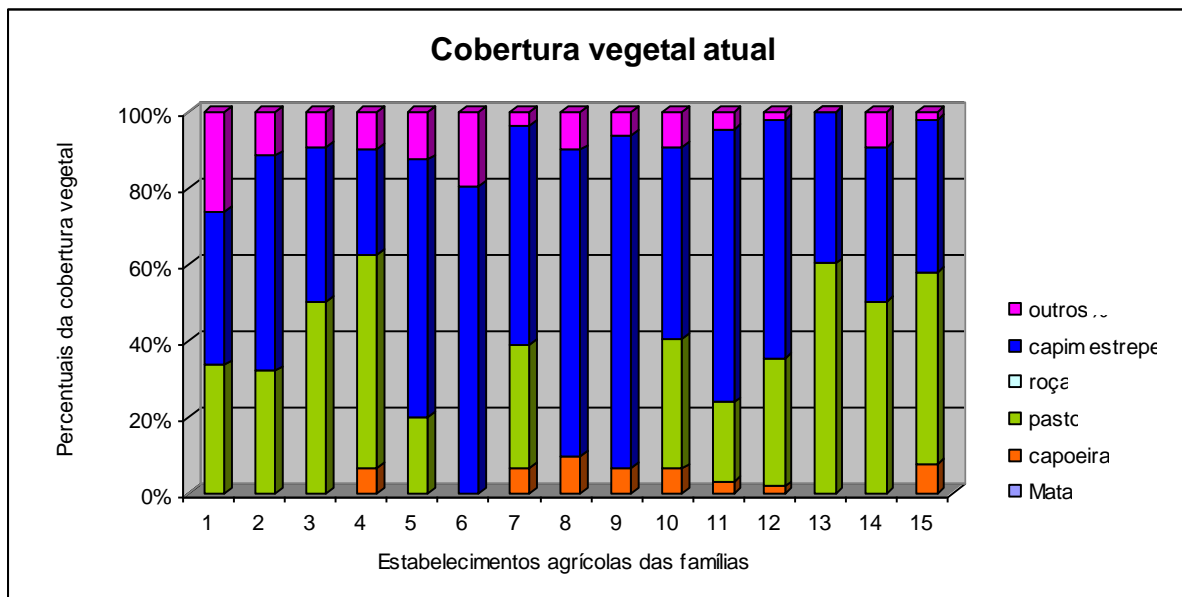


Gráfico 1: Cobertura vegetal atual das unidades de produção das famílias estudadas  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Como visualizado no gráfico 1, atualmente a cobertura vegetal das áreas que compõem as unidades de produção estudadas é constituída em sua maioria por capim estrepe (57,14%), seguido de pastagens (32,10%), outras atividades - pomares, etc. (7,11%), capoeira fina (3,64%), roças (0,005%) e mata (0,0001%). Ressalta-se que, em função das áreas de roças e de matas terem uma percentagem muito baixa em relação aos outros tipos de vegetação apresentadas, não foi possível ser representado esses dois valores através do gráfico. Assim, tanto as áreas de matas como as áreas de roçados são vegetações com pouca expressão no que se refere ao tamanho total das unidades de produção das famílias.

Os dados descritos acima permitem interpretar que o modo de exploração do meio natural adotado durante anos na comunidade modificou significativamente sua paisagem, reduzindo as possibilidades das famílias de produzirem em áreas de mata e capoeiras, e de continuarem adotando o sistema de itinerância. Diante de tais limitações, as famílias passaram a subutilizar (período de 1 a 2 anos de pousio) as mesmas áreas para o desenvolvimento do conjunto de atividades realizadas em suas unidades de produção.

<sup>13</sup> Gramínea nativa agressiva propagada por sementes. O capim estrepe é considerado pelos agricultores como uma planta daninha invasora principalmente em áreas com solos de baixa fertilidade. No caso estudado, boa parte da cobertura vegetal das unidades de produção das famílias é constituída por esse tipo de vegetação.



Com a implantação de pequenas áreas de roçados, estas necessitam traçar novas estratégias para garantir a sobrevivência dos seus membros, uma vez que a disponibilidade de recursos naturais e, conseqüentemente, o retorno financeiro que provém do cultivo, da fabricação e venda da farinha, não está sendo suficiente para manter os membros trabalhando somente na unidade de produção familiar, como mostra a seguinte fala:

*Esta terra aqui foi ficando fraca de um jeito que meus filhos precisou sair pra trabalhar em outro lugar, nem sei o que seria se tivesse tudinho aqui tirando dessa mesma terra. Sei que nós não ia ter condição de plantar muito roçado e fazer muita farinha, porque nem temos terra pra isso mais, a gente tá até usando outras terras de vizinhos pra plantar. Mas a gente sabe se tivesse todo mundo aqui pra trabalhar e se tivesse dinheiro para recuperar essa área e comprar adubo pra plantar, dava de trabalhar (M. R. B., agricultora 54 anos, comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

A fala acima apresenta a percepção da entrevistada sobre as condições do meio natural nas áreas da comunidade. Indica ainda uma situação limite quanto ao uso das terras de suas unidades e as dificuldades para manter toda a família em um mesmo espaço de produção. É a partir desse contexto, que se pretende entender como esta situação pode estar influenciando no trabalho familiar, uma vez que ao mesmo tempo em que a família demanda mão de obra dos seus membros para manter a unidade de produção funcionando, os filhos procuram alternativas de trabalho para garantir outras fontes de recursos financeiros.

#### 4.2 A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES: ASPECTOS GERAIS E MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS.

Segundo os discursos, a vida cotidiana de famílias agricultoras da comunidade Nossa Senhora de Lourdes está organizada em torno das “suas terras de trabalho” entendidas por estas não somente como espaço de produção, mas o lugar de “morada”, de “trabalho” de “socialização” e de garantia à reprodução de seus membros.

Entender o contexto de vida das famílias que residem na comunidade significa evidenciar as condições físicas e sociais em que estas conseguem organizar seu modo de vida. Neste sentido, serão caracterizados os aspectos gerais da comunidade, as famílias e suas unidades de produção.

#### 4.2.1 Aspectos gerais da comunidade

Nossa Senhora de Lourdes é uma pequena comunidade rural caracterizada como terra firme composta atualmente por aproximadamente 100 famílias agricultoras. Possui uma divisão espacial que remete a própria história de ocupação das áreas, com lotes distribuídos ao longo de ramais abertos por madeireiros em períodos anteriores.

A delimitação geográfica da comunidade é percebida pelos moradores como áreas pertencentes às “travessas 49 e 50”, designação esta instituída possivelmente pelos agricultores após a demarcação das áreas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As áreas pertencentes à comunidade foram destacadas no mapa mental através do tracejado em forma de “x” (cor vermelha), Ver foto 3:

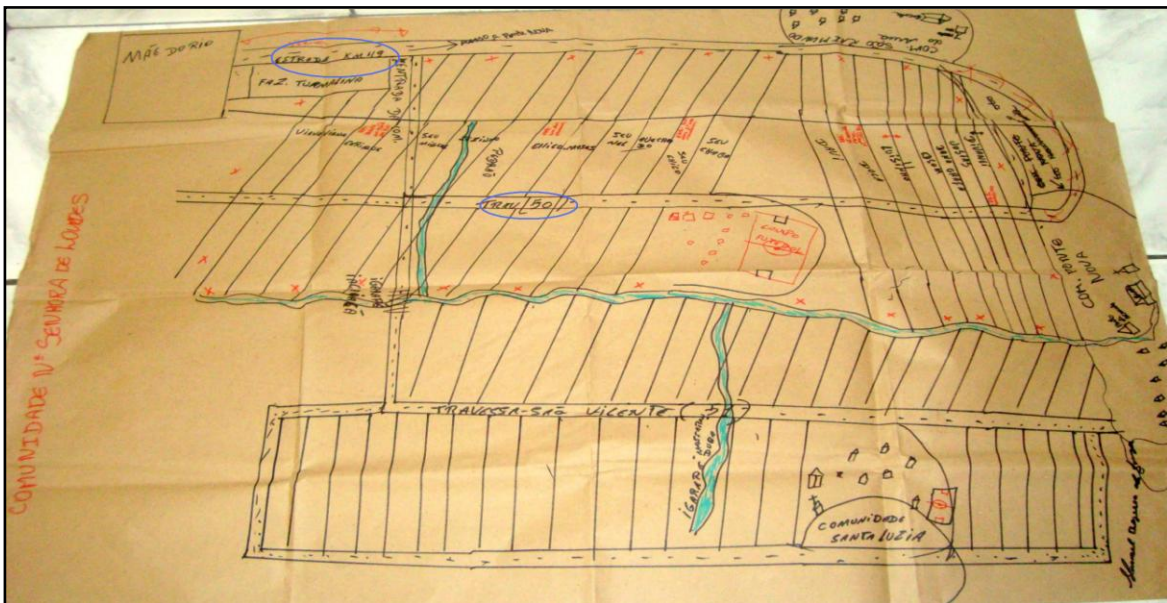


Foto 3: Mapa mental elaborado por um morador da comunidade Nossa Senhora de Lourdes.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

A representação da comunidade no mapa mental construído por um de seus moradores revela como este percebe seu espaço de ação, identificando as principais vias de acesso à comunidade, igarapés, povoados com sua infraestrutura (igreja, escola, clube de mãe e campo de futebol) e a própria delimitação geográfica de onde “começam” e “terminam” as áreas que constituem a comunidade.

Como representado no mapa, o acesso à comunidade se dá através de uma estrada principal, caracterizada como travessa 49 e, posteriormente por um pequeno ramal transversal a esta que dá acesso às travessas 50 e 51. Conforme apresentado anteriormente na localização da área estudada, a comunidade Nossa Senhora de Lourdes fica localizada a 18 quilômetros da sede do município de Mãe do Rio. O tempo gasto no percurso da comunidade até a sede da cidade depende do meio de locomoção utilizado, sendo: 20 minutos de carro, 12 minutos de moto, e 1 hora e 30 minutos (ida) a duas horas e 30 minutos (volta) quando realizado o percurso de bicicleta, meio de transporte mais utilizado pelos moradores da comunidade.

As estradas e ramais que dão acesso à área estão em bom estado de conservação, sendo trafegáveis tanto no período seco como no período chuvoso.

Além dos lotes individuais dos agricultores familiares, existe no interior da travessa 50 um pequeno povoamento designado pelos próprios moradores como “patrimônio”. Tal designação foi atribuída pelo fato deste povoado ter sido estruturado em áreas doadas por uma das famílias da comunidade, a qual no ano de 1994 sentiu a necessidade de ofertar à congregação Nossa Senhora de Lourdes uma área em que pudesse ser construída a igreja e a escola e servisse de apoio para as famílias desprovidas de terras construírem suas residências nesse espaço. O povoado (patrimônio) compreende uma área de aproximadamente 10 hectares composta por residências familiares, a igreja católica, clube de mães e uma escola municipal de ensino fundamental (fotos 4 e 5).



Foto 4: Vista geral do povoado da comunidade Nossa Senhora de Lourdes.  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.



Foto 5: Povoado da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, igreja católica e clube de mãe.  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Na comunidade Nossa Senhora de Lourdes existe uma escola de nível fundamental de 1ª a 4ª série que funciona nos turnos manhã e tarde através do sistema de turmas

multisseriadas. Neste sistema de ensino são reunidos alunos de duas ou mais séries (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup>) do ensino fundamental em uma única turma, com idades, sexo, níveis de maturidade e domínios de conteúdos diferentes, atendidos por um único professor. Os jovens com níveis de escolaridade superior ao ensino fundamental estudam na cidade de Mãe do Rio, tendo que se deslocar diariamente à cidade através do ônibus escolar, disponibilizado pela prefeitura local.

Com relação à saúde pública, a comunidade é totalmente desprovida de postos de saúde e assistência médica ou até mesmo de serviços preventivos e curativos de doenças mais comuns, como verminoses e ataques de animais peçonhentos. De acordo com os entrevistados, só existe esporadicamente um agente comunitário de saúde o qual possui a atribuição de apenas acompanhar as grávidas para o pré-natal e verificar a pressão das pessoas mais idosas da comunidade. Assim, em casos de emergência, as pessoas enfermas procuram assistência médica na sede do município ou em postos médicos situados em comunidades mais próximas.

Até a data da realização da pesquisa (julho de 2010), os moradores da comunidade não se encontravam organizados sob a forma de associação, mesmo tendo sido criada uma no período de demarcação das áreas com objetivo principal de obter créditos rurais e subsídios como: fomentos e crédito habitação. De acordo com relatos do presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes, apesar desta associação constar no papel, só funcionou na época de regularização fundiária dos lotes da comunidade como uma espécie de representante legal dos agricultores nos casos burocráticos de documentações, financiamentos e projetos.

Devido à proximidade da sede do município, a comunidade possui energia elétrica e sinal de telefonia celular, porém com baixa conectividade na rede. No entanto, constata-se a inexistência de telefones públicos e água encanada nas residências.

Na comunidade, as habitações possuem diferentes estruturas - casas de barro, madeira e alvenaria. Por se encontrar em área de projeto de assentamento, muitas famílias tiveram acesso ao crédito habitação fornecido pelo INCRA para estruturação de suas residências. Assim, grande parte das famílias possui casas de alvenaria que seguem um padrão de quatro cômodos com dependências de sala, cozinha e dois dormitórios, nem sempre suficientes para comportar todo o grupo familiar, havendo casos em que os pais partilham com os filhos o mesmo aposento para dormir (foto 6 e 7).





Foto 6: Fachada - casa de alvenaria na comunidade Nossa Senhora de Lourdes (a).  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 7: Fachada - casa de alvenaria na comunidade Nossa Senhora de Lourdes (b).  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Segundo os entrevistados, o recurso disponibilizado pelo crédito habitação não foi suficiente para finalizar e construir casas equivalentes ao tamanho das famílias. Diante dessa situação, algumas residências tiveram que ser ampliadas, utilizando-se material da própria localidade ou facilmente acessível ao mercado local, onde as extensões (outros dormitórios e uma cozinha maior) na maioria dos casos eram construídas com barro, cobertura de cavaco ou telhas de amianto. As famílias que não conseguiram o benefício do crédito habitação (problemas de regularização da área do lote, falta de documentações pessoais, etc) continuaram residindo em suas casas originais construídas no período em que se instalaram no lote (foto 8 e 9).



Foto 8: Casa construída a partir do crédito habitação e posteriormente adaptada ao tamanho da família  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

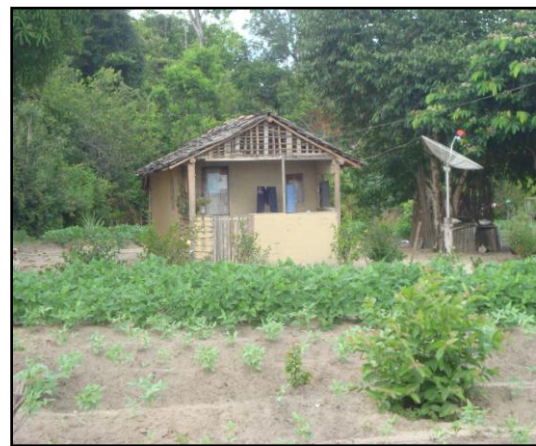


Foto 9: Casa construída durante o período de chegada da família no lote  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Na comunidade, a água destinada ao consumo da família é proveniente dos igarapés. As famílias não fazem tratamento na água de beber, sendo esta depositada em recipiente de barro (pote) ou diretamente em vasilhames de garrafas pet acondicionadas na geladeira.

#### 4.2.2 As famílias da comunidade

No referencial teórico deste trabalho foi feita alusão às teorias de Chayanov (1974) o qual considera as famílias camponesas, ao mesmo tempo, uma unidade econômica de produção e uma unidade familiar, onde a produção é resultado do trabalho da família condicionado à composição, tamanho e disponibilidade de força de trabalho de seus membros. Arelado a essa mesma discussão, Heredia (1979) também utiliza elementos da teoria de reprodução social camponesa ao estudar a organização interna de unidades de produção familiares na Zona da Mata de Pernambuco. No entanto, a autora considera que estas duas unidades – de produção e consumo – devem ser analisadas separadamente, através da oposição “casa e roçado”.

No caso das famílias estudadas, a organização da unidade de produção, especificamente o trabalho da família, será tratada no capítulo 5 deste trabalho. Interessa-me neste momento, entender alguns traços sociais que configuram a unidade familiar dos agricultores investigados.

Na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, as famílias nucleares sobrepõem-se em número às famílias extensas, conforme representado no gráfico 2:

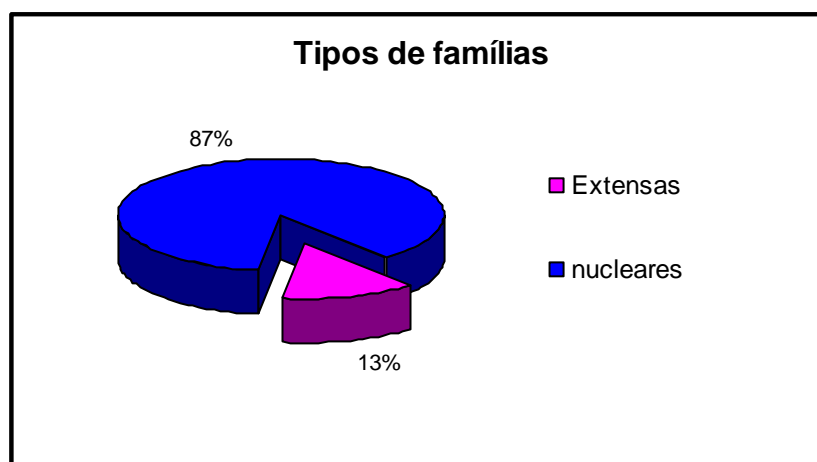


Gráfico 2: Tipos de famílias estudadas  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Wolf (1976) define famílias nucleares como aquelas que possuem um núcleo formado por um casal e sua prole, e famílias extensas aquelas que abrigam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares. Como apresentado no gráfico 2, 87% das famílias que compõem o caso estudado são famílias nucleares formadas em grande parte pelo casal e por filhos ainda solteiros. As famílias que possuem filhos casados residindo, trabalhando e dependendo da mesma unidade de produção dos pais, foram consideradas famílias extensas totalizando 13% das famílias estudadas.

Segundo Wolf (1976) em épocas de escassez de recursos naturais as famílias extensas possuem maiores dificuldades em manterem-se juntas, trabalhando, explorando a mesma área e beneficiando-se dos mesmos recursos, salvo em estações temporárias com algum objetivo específico, a exemplo, o trabalho coletivo.

Na comunidade estudada, as famílias estabelecem estratégias de sobrevivência em função das áreas que possuem, com fortes limitações de disponibilidade de recursos naturais. Constatei que existe um maior número de famílias nucleares em detrimento de extensas, o que reforça a tese de Wolf (1976) quanto à relação entre as estratégias familiares de reprodução e o acesso aos recursos naturais.

De acordo com os entrevistados, “*viver cada um no seu canto*” significa conseguir ter um controle maior dos recursos e habilidades requeridas para a família e sua unidade de produção. No caso das famílias extensas onde existem várias famílias vivendo de uma mesma terra, demanda que a unidade de produção permita a condição de produção e reprodução de sua existência, o que implica em primeiro lugar na necessidade de apropriação dos recursos naturais (mais elevado que as famílias nucleares) para a transformação de alimentos, sejam estes para consumo ou para a venda. Além disso, os membros “merecem ser alimentados, alojados e assistidos num período de tempo prolongado” (WOLF, 1976, p. 94). Para permitir tal condição, a unidade de produção exige maior disponibilidade de força de trabalho da família e exigências técnicas suficientemente produtivas.

Neste sentido, constatei que as famílias nucleares da comunidade que vivem num contexto de limitação do meio natural possuem melhores condições de controlar tecnicamente seus fatores de produção se comparado às famílias extensas, no entanto, enfrentam maiores dificuldades para conjugar “terra” e “recursos financeiros” para garantir excedentes na própria unidade de produção, considerando que estas possuem menor disponibilidade de mão de obra familiar para a realização do trabalho no estabelecimento agrícola familiar.

O tamanho médio das famílias na comunidade varia de acordo com o período de formação. As mais antigas geralmente são constituídas por um número maior de filhos,

havendo gradativamente uma redução da quantidade de membros quando comparado às famílias mais jovens.

O número de membros por família pode ser visualizado no gráfico 3 a seguir:

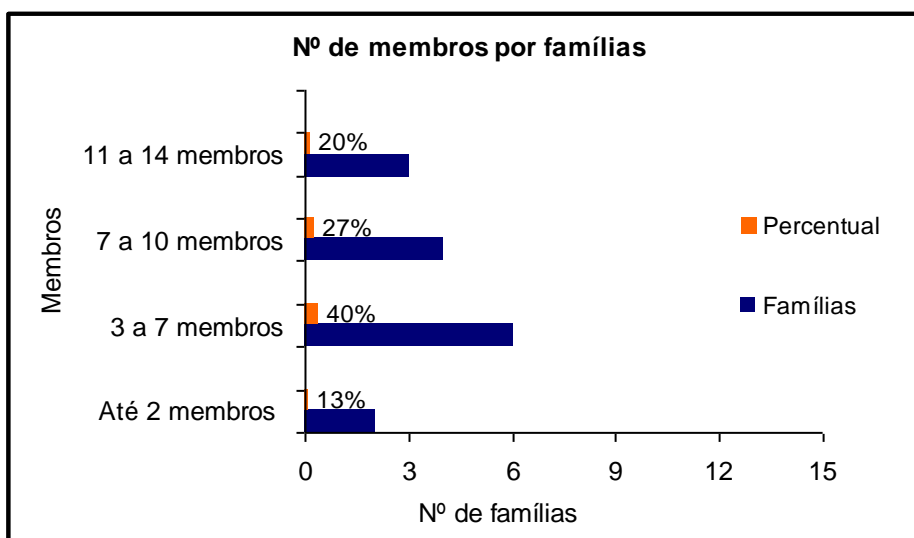


Gráfico 3: Número de membros por família

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Conforme apresentado no gráfico 3, apenas 20% das famílias são compostas por mais de 10 membros (de 11 a 14 membros), pode-se dizer que nesta porcentagem estão incluídas famílias mais antigas da comunidade que necessitaram maior investimento de mão de obra familiar no período de chegada e adaptação no lote. As famílias que chegaram nos períodos posteriores, em que as condições de adaptação ao lote foram mais favoráveis, com estradas abertas, vizinhança consolidadas, condições de troca de dias, mutirão, etc, são formadas por um número menor de membros, o que não representa dizer que não existam outros fatores condicionantes a essa tendência de redução. Os dados do gráfico 3 apresentam que 40% das famílias estudadas presentes hoje na comunidade possuem de 3 a 7 membros, refletindo a tendência de redução do tamanho destas ao longo do tempo, assim como apresentado por Nascimento (2006) em períodos anteriores em suas análises sobre a demografia de famílias brasileiras.

Contudo, é importante ressaltar que o tamanho das famílias rurais “sofre transformações lentas e continuam sendo maiores do que as domiciliadas em áreas urbanas”, devendo ser considerados fatores como diferenciação geográfica e cultural (BATISTA, 2009, p. 57).

Com relação à escolaridade na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, 44% dos membros das famílias estudadas possuem apenas o nível fundamental incompleto. Nesse



percentual estão contidos os casais de famílias mais antigas, os filhos mais velhos que iniciaram a jornada de trabalho ainda na adolescência na unidade de produção familiar e jovens que ainda estão em fase de conclusão deste nível escolar. Os membros que possuem ensino fundamental completo (16%) são geralmente os filhos (homens e mulheres) das famílias mais jovens da comunidade. Entre os que possuem o ensino médio incompleto (19%) estão incluídos os jovens (adolescentes) que estudam na cidade de Mãe do Rio.

Na comunidade 12% dos membros das famílias entrevistadas não são alfabetizados, fazendo parte deste percentual casais das famílias mais antigas da comunidade e idosos acima de 60 anos. Os jovens que concluíram o ensino médio representam 5%, são meninas em sua maioria que ainda não passaram pelo matrimônio e continuaram estudando na cidade. Por último têm-se as crianças de idade não escolar (2%) e pré-escolar (2%). Dentre as famílias estudadas não consta nenhum membro que tenha cursado o ensino superior completo (gráfico 4).

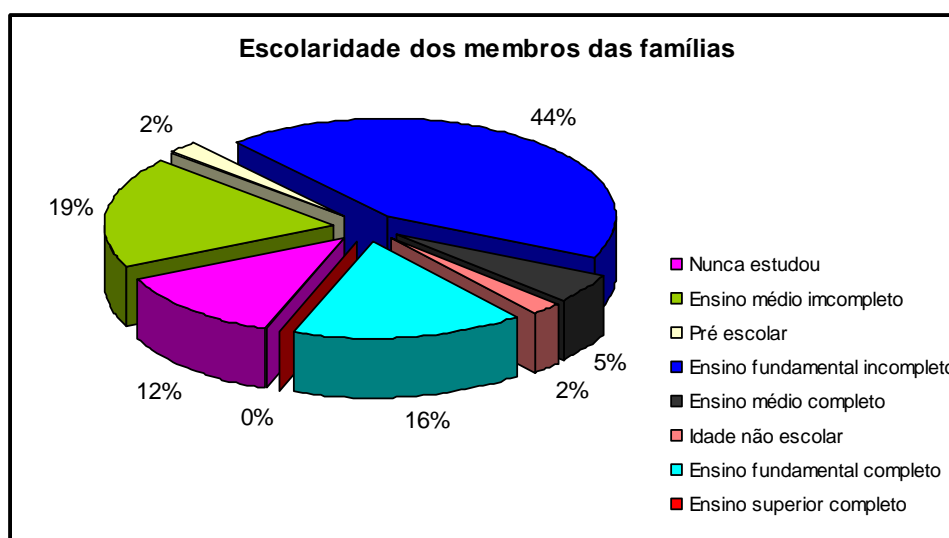


Gráfico 4: Escolaridade dos membros das famílias estudadas  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Em relação aos locais de residências das famílias estudadas, do total de 97 membros que as compõem, entre crianças, jovens, adultos e idosos, 67 residem nas unidades de produção da família e 30 residem fora destas. Entre estes, estão os filhos que já constituíram famílias e residem na própria comunidade ou em comunidades próximas e os que saíram para trabalhar na cidade ou em regiões vizinhas, ver quadro 4.

Famílias	Nº de membros das famílias por local de residência						Total
	Residem na unidade de			Não residem na unidade de			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1	2	1	1	0	0	0	2
2	7	6	1	0	0	0	7
3	2	1	1	3	1	2	5
4	6	2	4	0	0	0	6
5	2	2	0	0	0	0	2
6	5	3	2	6	2	4	11
7	2	1	1	4	2	2	6
8	3	3	0	3	2	1	6
9	3	2	1	3	2	1	6
10	9	2	7	4	2	2	13
11	4	3	1	2	1	1	6
12	6	5	1	0	0	0	6
13	8	5	3	4	2	2	12
14	4	3	1	0	0	0	4
15	4	2	2	1	0	1	5
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>41</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>97</b>

Quadro 4: Número de membros quanto ao seu local de residências.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

No que diz respeito à distribuição de homens e mulheres quanto aos seus locais de residência, foi possível perceber através dos dados que 61,2% dos membros que residem na unidade de produção de suas famílias são do sexo masculino e 38,8% do sexo feminino. Os membros que não residem na unidade de produção familiar (de seus pais) são 46,6% do sexo masculino e 53,4% do sexo feminino.

O fato dos dados apresentarem percentual maior de mulheres residindo fora das unidades de produção de seus pais está relacionado à motivação do casamento ou, ao concluírem o ensino médio, migrarem para a cidade a procura de trabalho em outros setores, o que é considerado por Woortamann (1995) como uma estratégia de reprodução das famílias quanto à sucessão hereditária. Isto também pode ser explicado por ser o trabalho dos homens fundamental para o processo produtivo na unidade de produção e de grande responsabilidade na garantia de alimentos para a esfera doméstica (GARCIA JÚNIOR. 1983).

#### 4.2.3 Trajetórias das famílias e ciclos de desenvolvimento

A organização do trabalho familiar está ligada diretamente à trajetória e ao ciclo de desenvolvimento da família. Com os dados coletados e as reflexões sobre o trabalho da

família apontado por Neves (1981), foi possível perceber que para as famílias da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes a categoria “trabalho” tem significado para além das práticas e saberes que possuem, onde os atributos de socialização são conferidos através de códigos e hierarquias, amparados por noções de gênero, geração, ciclo de desenvolvimento e apropriação dos recursos naturais da própria unidade. A autora discute ainda que são os arranjos familiares que dão suporte à maioria das atividades desenvolvidas na unidade de produção, que por sua vez são influenciadas por pressões externas a essa própria unidade.

Diante dessas considerações e dos dados acima apresentados sobre a comunidade e as famílias que a compõem, fui levada a perguntar: Quais as trajetórias dessas famílias e como estas foram se organizando ao longo do tempo em suas unidades de produção, isto é, os estágios do ciclo de desenvolvimento<sup>14</sup>?

De acordo com Fortes (1974) o ciclo de desenvolvimento das famílias ou do grupo doméstico corresponde a fases principais de vivência dos indivíduos: a fase do casamento até a completa formação da família; a fase da dispersão com o casamento dos filhos e a fase da substituição que culmina com a morte dos pais e a reposição na estrutura social, da sua família pela família de seus filhos.

No que se refere à origem das famílias estudadas, 66% são originárias do estado do Ceará. Parte delas se deslocou para o estado do Pará após a constituição do casamento. O principal motivo da migração das famílias para este estado foi a procura de terras que pudessem garantir a reprodução social das mesmas. Relatam que a grande seca instalada no nordeste e a falta de “terras de trabalho” após a constituição do casamento foram as principais razões que induziram o deslocamento para o Estado do Pará. Atrelado a isso, tem-se o incentivo dado a partir de aberturas de estradas na região, o que favoreceu significativamente a migração de várias famílias nordestinas para as áreas do município de Mãe do Rio e regiões vizinhas.

Os outros 34% das famílias entrevistadas são naturais do próprio estado do Pará, oriundas da sede do município de Mãe do Rio (7%) e de outras cidades pertencentes à região do nordeste paraense, dentre estas: São Miguel do Guamá (20%) e Capanema (7%).

O gráfico 5 a seguir, apresenta um demonstrativo sobre a origem das famílias pesquisadas da comunidade.

---

<sup>14</sup> Nas análises de Fortes (1974) considera o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico uma sequência regular de mudanças durante as fases ou ciclos das famílias que culmina na dissolução da unidade original com a sua substituição por uma ou mais unidades do mesmo tipo. Assim, considera um processo dentro do campo interno e um movimento governado pelas relações do grupo doméstico com o campo externo.

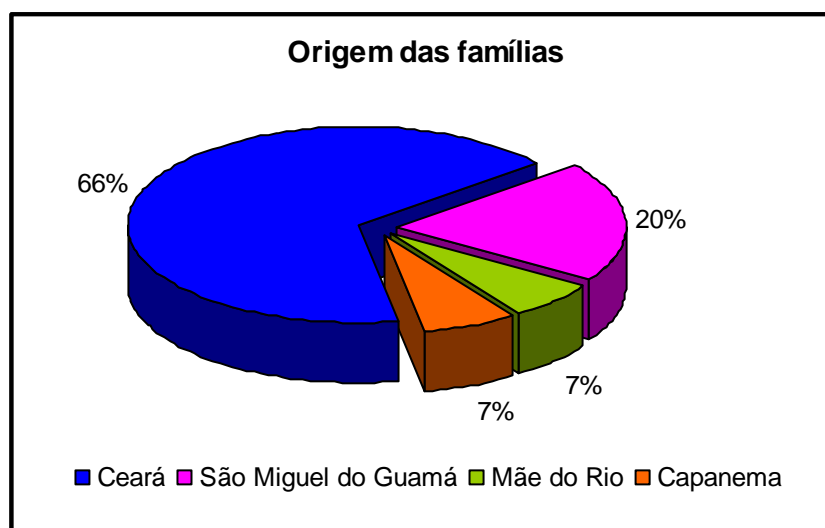


Gráfico 5: Origem das famílias  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Nos relatos sobre trajetórias de vida, 100% dos entrevistados responderam que sempre trabalharam com atividades voltadas para a agricultura, seja direcionadas aos cuidados com a terra da família ou à venda de mão de obra através do trabalho alugado. O fato é que para as famílias entrevistadas, o casamento foi o ponto de partida para se ter o “controle dos seus recursos produtivos e reprodutivos” (FORTES, 1974, p. 3), uma vez que é após a constituição do matrimônio e nascimento dos filhos que o casal passa a garantir a dependência econômica e afetiva dos seus membros.

Essa primeira fase corresponde ao período de chegada e adaptação das famílias no lote, período em que os filhos encontram-se em idade inferior a 10 anos e por isso são mais consumidores do que trabalhadores. Segundo os entrevistados, esta é a fase mais difícil de manter o funcionamento da unidade de produção familiar, uma vez que com filhos pequenos, reduz a disponibilidade de força de trabalho do casal, pois a mulher deve assegurar seus períodos de resguardo e os primeiros cuidados com o recém nascido. A segunda fase das famílias corresponde à dispersão ou cisão dos membros a partir do casamento dos filhos. Em Nossa Senhora de Lourdes, os filhos que constituem famílias acabam migrando das terras dos pais, pelo fato das pequenas áreas de terras não suportarem várias famílias num mesmo espaço, fazendo assim com que os filhos recorram à venda de mão de obra na própria comunidade ou em comunidades vizinhas, o que ratifica as reflexões de Fortes (1974) e Neves (1981) ao analisarem que a família é movida por processos internos e externos à unidade de produção.

#### 4.2.4 O atual contexto das unidades de produção das famílias

Para entender a atual organização das unidades de produção das famílias estudadas, foi necessário analisá-las a partir das diferenças e semelhanças existentes entre elas. Neste sentido, as unidades familiares foram classificadas segundo as atividades que compõem seus sistemas de produção. Destacam-se as famílias que possuem sistemas mais “diversificados” compostos por três ou mais atividades e sistemas de produção menos diversificados compostos por até duas atividades agrícolas (quadro 5).

<b>Caracterização das unidades de produção estudadas</b>		
<b>Nº Famílias</b>	<b>Tipo de sistema</b>	<b>Percentual</b>
5	Pasto + mandioca + feijão + milho	33,3%
5	Pasto + mandioca + feijão	33,3%
2	Piscicultura + pasto + mandioca + feijão	13,4%
3	Pasto+ mandioca	20%
Total - 15 unidades de produção estudadas		100%

Quadro 5: Caracterização dos tipos de unidades de produção estudadas.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Do total das unidades de produção familiares estudadas, 80% são formadas por sistemas de produção constituídos por pastos, piscicultura e roças (mandioca, feijão e/ou milho). Deste percentual, 33,3% são as unidades de produção compostas por pasto, mandioca, feijão e milho, 33,3% são compostas por pasto, mandioca e feijão; 20% compostas por apenas pasto e mandioca, e 13,4% por famílias que possuem tanques de piscicultura, pasto, mandioca e feijão. Contudo, a diversificação desses sistemas dependerá dos fatores de produção que as famílias dispõem, tais como: quantidade de áreas agricultáveis, recursos financeiros para

incorporação de adubos, capacidade produtiva dos solos e principalmente mão de obra familiar disponível na unidade de produção.

Importante ressaltar que, embora existam famílias que possuem sistemas mais “diversificados” (aquelas compostas por pasto + mandioca + feijão + milho – 33,3% e piscicultura, pasto, mandioca e feijão – 13,4%), a mandioca é o único cultivo gerador de renda através da fabricação e venda da farinha. Os cultivos de feijão e milho são atividades desenvolvidas em pequenas áreas (até 1 tarefa – 0,0003 hectares) com objetivo apenas de manter o consumo diário familiar, o mesmo pode-se dizer para a criação de peixes. Outro aspecto importante a ser mencionado é que em 100% das famílias estudadas constatei a existência de áreas de pasto, no entanto, somente 66,6% possuem bovinos em suas pastagens como uma estratégia de poupança “viva”. Deste modo, 33,3% das unidades de produção não possuem bovinos e apresentam pastos enjuquirados ou em formação para o recebimento de animais.

Para os agricultores da Comunidade Nossa Senhora de Lourdes, a “terra” além de ser “o lugar de trabalho por excelência é também o resultado de um processo histórico em que o ambiente foi alterado com gradativa eliminação da cobertura vegetal do ecossistema que lhe era associado” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 27).

Conforme apresentado anteriormente neste trabalho, com a gradativa redução da cobertura vegetal das áreas que compõem o conjunto de unidades de produção estudadas, a mata e a capoeira tornaram-se um recurso escasso, ocasionando modificações na paisagem do meio e nas formas de gestão da “terra” e do “trabalho” das famílias em suas unidades produtivas.

Historicamente, os agricultores estudados vêm utilizando o sistema tradicional de “corte e queima” para o preparo das áreas de roçados. Ao longo dos anos, este sistema é utilizado tanto por agricultores que possuem suas unidades de produção quanto aqueles que não possuem, mas trabalham em estabelecimentos agrícolas de terceiros desenvolvendo atividades de preparo e tratos culturais em roçados.

Entretanto, o modelo de roça atual diferencia-se do modelo utilizado anteriormente pelas famílias em função do desaparecimento das áreas de mata e capoeira grossa. Na fala dos entrevistados, o termo “corte e queima” refere-se à prática tradicional de preparo de áreas onde parte da vegetação é retirada (derrubada da mata ou capoeira) e posteriormente queimada para implantação de roças. Atualmente este termo está sendo substituído apenas pela “queima”, pois assim, como percebido no gráfico 1 (cobertura vegetal) há uma

predominância de áreas de capim estrepe, pastagens e capoeiras finas. Desta forma, o preparo das áreas é realizado principalmente através da queima seguida do plantio.

Além disso, a baixa eficiência das áreas agricultáveis faz com que os agricultores lancem mão de alternativas na preparação de suas áreas de roçados. Uma delas é a incorporação de adubos e defensivos químicos (por 90% dos agricultores estudados) ao longo do processo, aumentando assim os custos de produção sem que seja acompanhado pelo aumento de preços dos produtos cultivados nos estabelecimentos agrícolas.

Nos depoimentos a seguir podem ser percebidas algumas mudanças que vêm ocorrendo nos sistemas de cultivos dos agricultores estudados:

*Hoje eu não planto mais como eu plantava antes, agora eu planto menos né! Antes a gente plantava 4 tarefas e gastava o que hoje gasta plantando 2 tarefas (M. N. S., 42 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

*Hoje como não tem mais capoeira e as terras ficou fraca, nós não temos mais como plantar sem por veneno, porque o mato vem pra cima mesmo, e nós não aguenta, e nem tem mão de obra pra isso (R. M. G., 37 anos, agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

*Agora gente tem mais trabalho, mais capina, mais custo pra produzir, e a produção é muito mais baixa de quando nós chegamos aqui (F. S. F., 49 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

Uma alternativa que vem sendo utilizada por 20% dos agricultores da comunidade é a incorporação do sistema motomecanizado para a preparação de áreas. Porém, o alto custo deste processo impede que a maioria dos agricultores recorra a esta prática. Um dos fatores que impossibilita os agricultores disporem desse sistema é o atraso das máquinas disponibilizadas pela prefeitura no período de preparação das áreas. Segundo os entrevistados, o fato do maquinário ser disponibilizado a outras comunidades rurais do município no mesmo período, dificulta a chegada do mesmo na comunidade no período correspondente à preparação das áreas (antes da chegada das primeiras chuvas). Isto faz com que 80% dos agricultores preparem suas áreas de roçados através do sistema tradicional com uso do fogo, diminuindo a cada ciclo a capacidade produtiva dos solos e, conseqüentemente, aumentando a necessidade de mão de obra dentro das unidades de produção das famílias.

O principal critério utilizado para o preparo de áreas e implantação de roçados é o tempo de descanso dado à terra que será preparada. No passado a terra era deixada em pousio de 6 a 8 anos, atualmente os agricultores utilizam as áreas com no máximo 2 anos de descanso, ou seja, a redução do período de pousio não oferece tempo suficiente para a

regeneração da vegetação, ocorrendo a queda da capacidade de ciclagem nutrientes e da fertilidade do solo.

De acordo com as famílias que possuem milho e feijão implantados em seus sistemas de produção, para se obter uma produção mínima dessas duas culturas é necessária a incorporação de adubos químicos para aumentar a capacidade produtiva dos solos. O cultivo da mandioca ainda é possível em áreas com baixa fertilidade, porém, a produtividade é reduzida a cada ciclo, fazendo com que as famílias cultivem pequenas parcelas de roçados de mandioca em seus lotes e procurem outras condições de plantio em terras de vizinhos ou de parentes. O gráfico 6 a seguir apresenta o número de famílias estudadas que recorrem a outras alternativas para implantação de seus roçados:

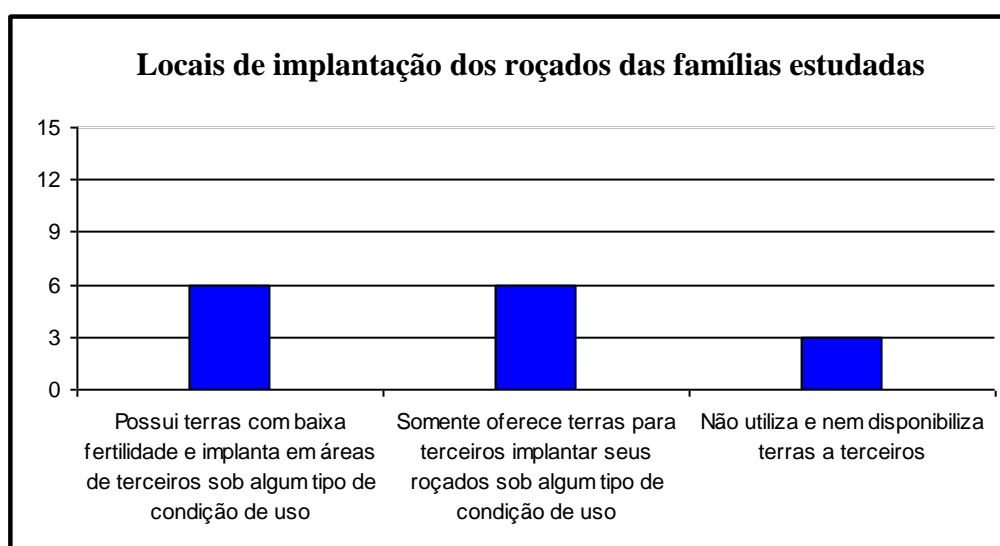


Gráfico 6: Diferentes condições de uso da terra para plantio nas unidades de produção das famílias estudadas.  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Conforme apresentado no gráfico 6, das 15 famílias estudadas, 6 (40%) possuem terras para plantio, porém com baixa fertilidade e por isso utilizam terras de terceiros para garantir uma produtividade que seja minimamente capaz de manter a família e cobrir os custos de suas unidades de produção; 6 (40%) não plantam em áreas de terceiros mas oferecem suas terras para outras famílias implantarem roças sob condições de troca de dias, meia ou até mesmo sob sistema de arrendamento (geralmente as famílias que possuem áreas de pastos enjuquiradas); 3 (20%) destas não utilizam e nem dispõem terras à terceiros para implantação de cultivos.

Para as famílias que arrendam terras de terceiros, o custo de cada tarefa arrendada equivale a R\$ 40,00 (quarenta reais), o que representa um aumento significativo nos custos da



produção. Além dos roçados implantados em áreas de terceiros, as famílias ainda precisam dispor de insumos e mão de obra familiar para manejar tanto as pequenas áreas de roçados implantados no lote da família quanto no lote de terceiros.

De acordo com os agricultores estudados, as maiores limitações para cultivar nas suas unidades de produção referem-se à pouca disponibilidade de áreas possíveis de desenvolver os roçados, à baixa fertilidade dos solos, falta de recursos financeiros para o pagamento de maquinários no período de preparo das áreas e pouca disponibilidade de mão de obra familiar para manejar e manter os roçados da família, visto que parte dos membros também executa trabalhos extra-lote. Na fala de um dos agricultores da comunidade é perceptível a preocupação quanto ao manejo do seu roçado frente às limitações de mão de obra no período de demanda dos tratos culturais.

*Ninguém dá mais conta do capim, a mão de obra dobrou e a gente tem que capinar 3 a 5 vezes para vencer o mato. A terra tá fraca, temos mais trabalho com capina, e vários outros trabalhos durante o ano. Ai tem que ter gente pra trabalhar, mas na maioria das vezes quando eu preciso dos meninos eles tão ocupados com os serviços que pegam por ai. Então, ou eu faço sozinho de pouquinho né, ou eu pago quando o serviço não pode esperar (A. J. M, 51 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

Todos estes limitantes são percebidos claramente nas falas dos agricultores e na prática do dia a dia de trabalho. Quando indagados sobre a capacidade de produção e fertilidade dos solos, 80% dos entrevistados consideraram os solos de suas unidades de produção com baixa fertilidade para implantação de roçados.

Na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, o ano agrícola está associado a dois períodos, sendo o primeiro marcado pela estação chuvosa que vai de janeiro a junho, o segundo período ou estação seca, compreende os meses de julho a dezembro. Assim, o calendário agrícola das famílias da comunidade obedece à sazonalidade dessas duas estações.

No sistema de produção das famílias, a mandioca é a única cultura que é plantada duas vezes ao ano, denominada pelos agricultores como “roça de inverno” e “roça de verão”. Atribuem esta prática, ao fato de disporem de mandioca madura durante todo o ano para a fabricação de farinha dada a importância do produto, tanto para a geração de renda familiar como para o consumo (BATISTA, 2009). Todavia, a ausência do produto na mesa do agricultor durante o ciclo, representa para o mesmo um sinal de fracasso no trabalho e na produção.

Atualmente o tamanho das roças de mandioca das famílias estudadas varia de 1 a 7 tarefas<sup>15</sup> (0,0003 a 0,002 hectares) e tem relação direta com a disponibilidade de áreas agricultáveis no interior das unidades de produção das famílias ou áreas de vizinhos e parentes (utilizadas sob algum tipo de condição de uso) e mão de obra disponível na família ao longo das diferentes etapas, que vai desde o preparo das áreas à fabricação da farinha.

Os dados acima apresentados permitem interpretar de um modo geral que as famílias traçam e desenvolvem estratégias de produção e de reprodução para viverem em áreas com fortes limitações de recursos naturais. Assim, vêem a possibilidade de substituir áreas com baixa capacidade produtiva para roçados por áreas de pastagens que possam suportar um plantel mínimo de bovinos. De acordo com os entrevistados, esta é uma das garantias (em dinheiro) que possuem em casos de doenças ou outras necessidades imprevistas que possam surgir. No entanto, eles reconhecem que mesmo sendo uma atividade em pequena escala, necessitam de áreas maiores para desenvolvê-la, fato que condiciona os agricultores que possuem gado a manter um controle de quantidade de animais em suas unidades de produção.

De um modo geral, pode-se dizer que para as famílias que vivem basicamente da produção de farinha em suas propriedades, estas estão em uma situação de impossibilidades de boas produções, pois de acordo como apresentado no gráfico 1 da cobertura vegetal, as famílias estudadas não possuem possibilidades de itinerância, isto é, estão diminuindo o período de pousio das áreas de capoeiras e capins, e reutilizando-as em uso contínuo para a implantação de roçados de mandioca, fato que ocasiona a redução da produção e, conseqüentemente, da renda das famílias, fazendo com que os membros procurem novas possibilidades de obtenção de recursos financeiros fora da unidade de produção familiar.

No próximo capítulo será analisada a organização do trabalho familiar dando ênfase à divisão do trabalho nas esferas da casa, roçado e forno (casa de farinha), apontando as rupturas e continuidades ao longo do tempo.

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que boa parte das famílias que possui maiores áreas de roçados, possui roças em outras áreas que não são as mesmas da sua unidade de produção. Nesse sentido foi contabilizada aqui a somatória de roçados contínuos e não contínuos.

## **5 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES.**

Considero que a organização do trabalho familiar é determinada por uma forte dependência da família em relação à mão de obra de seus membros e pela própria estrutura interna e externa das unidades de produção. Assim, são os membros da família que executam predominantemente as atividades no lote a partir de uma divisão do trabalho em que nem todos realizam “de tudo” na unidade de produção (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Para Lorena Silva (1997, p. 64) “a divisão do trabalho é um processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes indivíduos ou grupos”. A autora considera que as sociedades, por mais simples e/ou complexas que sejam, comportam uma divisão natural do trabalho fundamentada nas características físicas e biológicas dos indivíduos.

Autores como Heredia (1979) e Garcia Júnior. (1983) analisaram a divisão do trabalho no interior das unidades de produção de famílias agricultoras no nordeste do Brasil a partir das atividades realizadas por cada membro seja na “casa” ou no “roçado”. Os autores indicam que a divisão do trabalho era definida e delimitada de acordo com o sexo e a idade dos indivíduos. Embora não sejam raras compreensões desta natureza, considero que a divisão do trabalho também é fruto de uma construção social podendo ser resignificada em cada grupo.

Em um estudo mais recente sobre a divisão sexual do trabalho e os fatores que contribuem para a sua reprodução na sociedade, Stancki (2003) admite que a divisão sexual do trabalho possa ocorrer através da separação das atividades de produção de acordo com o sexo das pessoas que as realizam. No entanto, aponta que esta não deve ser pensada de forma homogênea e linear, pois as delimitações de espaço masculino e feminino variam e assumem concepções distintas, podendo tanto os homens quanto as mulheres desempenhar atividades ligadas ao setor produtivo e reprodutivo. De acordo com a autora, mesmo que existam normas definidoras de atribuições relativas a homens e mulheres, essas podem variar segundo o contexto.

Argumenta ainda, que a masculinização e a feminização de tarefas são geralmente associadas às representações sociais do masculino e do feminino, e que as atividades masculinas “remetem a características como força física, raciocínio lógico, habilidade em comando. Já as atividades femininas lembram atributos como paciência, atenção, sensibilidade, minúcia dentre outras características ditas femininas” (STANCKI, 2003, p. 3).

No caso estudado, embora essa naturalização dos papéis predomine nos discursos indicando o homem (pai) como responsável pela unidade de produção e a mulher como responsável pela casa, esta divisão do trabalho não pode ser generalizada, pois se constatou uma diversidade de arranjos onde os papéis ocupacionais dos membros misturam-se no dia a dia de trabalho (BATISTA, 2009).

Os dados da pesquisa apontam que 20% das famílias ainda persistem no modelo de organização pautada no sexo e na idade dos membros, assim como identificado nos estudos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983). Entretanto, em outras, existe uma flexibilidade quanto às atividades desenvolvidas pelos membros nos diferentes espaços. Identifiquei famílias formadas apenas por homens (13,4%) os quais executam tarefas tanto na casa como no roçado, famílias em que o casal trabalha sozinho na ausência de seus filhos (20%), famílias em que os filhos homens executam atividades de casa na ausência da mãe (6,6%) e famílias em que o trabalho no lote sobrecarrega determinados membros (em certos períodos) em detrimento de outros (40%).

Em qualquer um desses arranjos há uma forte influência da limitação do meio natural e, conseqüentemente, da escassez de mão de obra com a saída dos filhos para trabalhar em atividades agrícolas ou não agrícolas na própria comunidade ou fora dela. Além disso, outros fatores podem estimular uma reorganização do trabalho familiar, como morte ou doença na família, subsídios governamentais, mercado (de produtos) e escolaridade dos filhos.

Para analisar esta problemática, neste capítulo será descrita a organização do trabalho da família destacando, *a priori*, a socialização e o processo de divisão deste na casa, no roçado e no forno. Também serão analisadas as mudanças ocorridas na atual organização do trabalho revelando as permanências e rupturas no cotidiano das famílias.

## 5.1. DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR: DA ESFERA DOMÉSTICA À ESFERA PRODUTIVA.

### 5.1.1 O trabalho da casa é ela quem toma de conta!

É comum nos discursos dos entrevistados, homens e mulheres, atribuírem à mulher a responsabilidade pelo trabalho na esfera doméstica mesmo que, muitas vezes, ocorra diferente na prática.

Em estudo sobre a divisão sexual do trabalho no nordeste brasileiro, Portella e Carmem Silva (2006), demonstraram que o trabalho doméstico não está somente relacionado ao espaço restrito de sua realização, mas também ao tipo de atividade realizada. Isto é, trabalho doméstico “é aquele que tem como objetivo a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza da roupa e da casa, preparação de alimentos, cuidado com crianças e idosos, etc” (PORTELLA; SILVA, C.2006, p. 137). Para essa mesma autora, quando se trata de famílias de agricultores esta definição deve ser pensada de acordo com a situação analisada, pois atividades como carregar água e lavar roupa fora do domicílio, apanhar lenha e desenvolver outros trabalhos na comunidade, ocorrem fora do espaço doméstico residencial e nem por isso deixam de ser trabalho doméstico.

As observações em Nossa Senhora de Lourdes confirmam a indicação da autora, e, embora a naturalização de papéis (trabalho na casa – trabalho de mulher, trabalho na roça – trabalho de homem) esteja registrado nas falas dos entrevistados, na prática o argumento não se sustenta para a totalidade de famílias, pois constatei casos em que são os homens que executam as atividades domésticas.

O quadro 6, apresenta a divisão do trabalho da família na esfera doméstica segundo a composição e sexo de seus membros, identificando assim as atribuições e responsabilidades destes nas unidades de produção. Apesar de 66,6% destas serem compostas atualmente por pai, mãe e filhos (homens e mulheres), existem famílias compostas por apenas o casal (20%); pai e filhos homens (6,7%) avô e neto (6,7%). Assim, mesmo que o trabalho de casa seja realizado predominantemente por mulheres, não se pode generalizar que ocorra o mesmo para todas as famílias entrevistadas.

Famílias Nº	Composição	ATIVIDADES						
		CASA						
		Preparar alimentação	Limpeza da casa	Lavar louça	Lavar roupa	Cuidar do quintal	Cuidar de pequenos animais	Cuidar de crianças
1	pai e mãe	Mãe	mãe	Mãe	Mãe	pai	Mãe	
2	pai, mãe e filhos homens	mãe e filhos*	mãe	Mãe e filhos*	Mãe	mãe	Filho ****	
3	pai e mãe	mãe	mãe	Mãe	Mãe	mãe	Mãe	
4	pai, mãe e filhos	mãe	filha ***	Filhas ***	Mãe	filho ****	Mãe	Mãe
5	avô e neto	avô	avô	Neto	Neto	avô	Avô	
6	pai, mãe e filhos	mãe	filha	Mãe	Filha ***	filha ***	Pai	
7	pai e mãe	mãe	mãe	pai* e mãe	Mãe	mãe	Mãe	
8	pai e apenas filhos	filho ****	filho ****	Pai	Pai	filho ****	Filho ****	
9	pai, mãe filhos	mãe	mãe	Mãe	Mãe	pai	Mãe	
10	pai, mãe e filhos	mãe	filha	Filha ***	Mãe	mãe	Mãe	
11	pai, mãe e filhos	mãe	mãe	Mãe	Mãe	mãe	Mãe	Mãe
12	pai, mãe e filhos	mãe	mãe	Mãe	Mãe	mãe	Mãe	pai* e mãe
13	pai, mãe e filhos	mãe e filha*	filhas	Filhas	Mãe	mãe	Mãe	Mãe
14	pai, mãe e filhos	mãe e pai*	mãe e pai*	Mãe e pai*	Mãe	pai	Mãe e pai*	Mãe
15	pai, mãe e filhos	mãe	mãe	Filha ****	Mãe	pai	Filho ****	
*Esporadicamente								
** Crianças até 10 anos de idade								
*** Jovens (filha) a partir de 11 anos.								
**** Jovens (filho) a partir de 11 anos.								

Quadro 6: divisão do trabalho da família na esfera doméstica.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Os dados apresentados no quadro 6 indicam a predominância de atividades realizadas por mulheres na casa, local considerado por 66,6% dos membros entrevistados como de responsabilidade da mãe.

Em conversa informal, uma das mulheres (mãe) das famílias estudadas afirmou que a “casa é de responsabilidade dela”. Embora os filhos (homens) pequenos “ajudem” na

alimentação dos animais e na coleta de água no igarapé e as filhas na arrumação da casa e na lavagem de louças, a responsabilidade em gerenciar o espaço da casa é da mãe. É ela quem estabelece as tarefas desse espaço e quem realiza as atividades que necessitam de maior disponibilidade de tempo, como a preparação de alimentos e a lavagem de roupa de toda a família.

No caso específico da família 02 (quadro 6) composta pelo pai, mãe e apenas filhos homens, quando a mãe adoece e fica impossibilitada de assumir o trabalho na casa, os filhos mais velhos de 15 e 18 anos realizam os afazeres domésticos, como explicitado abaixo:

*Quando eu adoeço ou eu preciso ir na rua, os meninos mais velhos fazem o serviço de casa, eles fazem a comida deles e uma vez ou outra lavam uma louça até eu voltar, mas eles se viram aí sem mim (R. G. 37 anos, agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

A partir do relato acima, constata-se que neste caso a execução das tarefas de casa é realizada esporadicamente por homens, todavia são consideradas tanto pelos homens quanto pelas mulheres como “ajuda”, pois no imaginário destes agricultores, o universo da casa ou da residência é de responsabilidade da mulher. Nesse sentido, Batista (2010, p. 116) chama atenção para o fato de que embora os agricultores assumam geralmente papéis diferenciados, na prática “os papéis se misturam dependendo da necessidade de mão de obra da família, havendo momentos e situações onde os homens podem realizar atividades da casa e as mulheres podem realizar atividades no roçado”.

Os dados de duas famílias (05 e 08) apresentados no quadro 6 reforçam a constatação acima. São famílias atualmente compostas apenas por homens que realizam diariamente atividades domésticas. No entanto, constatei que nestas duas famílias existe uma divisão do trabalho que não é definida de acordo com o sexo e a noção de “leve” e “pesado”<sup>16</sup>, mas sim pela disponibilidade do membro em permanecer na casa. No caso da família 05 o avô aposentado assume parte das tarefas na esfera doméstica para que seu neto possa trabalhar como professor na comunidade. Na família 08, o pai divide as tarefas domésticas com o filho que não pode trabalhar na roça por motivos de saúde.

---

<sup>16</sup> A noção de trabalho “leve” e “pesado” é frequentemente analisada na literatura sociológica. São categorias de análises onde o trabalho está geralmente relacionado ao sexo das pessoas que o executam. Assim, em vários estudos sobre gênero e a organização do trabalho, o trabalho “leve” está relacionado a atribuições de mulheres e crianças, já o trabalho “pesado” está relacionado ao homem, credenciado a este a ideia de força e comando. Ver (MOTTA MAUÉS, 1993).

Além dos dados constantes no quadro 6, a observação do dia a dia de trabalho das famílias me permitiu fazer algumas interpretações a respeito da organização e planejamento das atividades da casa. Ali as crianças são ensinadas desde muito cedo a assumir responsabilidades consideradas pela mãe como fundamental para a formação de seus filhos. As mulheres enfatizam que a criação dos filhos é pautada nos ensinamentos que tiveram de seus pais, os quais reproduzem que “a casa é de responsabilidade da mulher” e a “roça é de responsabilidade do homem”.

O processo de divisão social do trabalho na esfera doméstica familiar começa a ser exercitada a partir da infância. Em Nossa Senhora de Lourdes, geralmente as crianças até dez anos de idade ficam no espaço da casa com a mãe, estudam em um turno e em outro “ajudam” nas atividades domésticas. Às famílias que possuem filhas, são atribuídas tarefas de limpeza da casa e lavagem de louças. Aos meninos são destinadas as atividades ligadas ao cuidado dos animais domésticos e coleta de água no igarapé e frutas no pomar. Também a eles, são atribuídas tarefas de suportes da casa mesmo sabendo que futuramente ocorrerá a iniciação de atividades mais “pesadas” na roça juntamente com os jovens e adultos da família.

As fotos 10 e 11 mostram atividades do trabalho doméstico realizado pelas filhas no período em que permanecem em casa “ajudando” a mãe.



Foto 10: Meninas executando a tarefa de lavagem de louça no igarapé.

Fonte: pesquisa de campo 2010.



Foto 11: Menina carregando louça lavada no igarapé.

Fonte: pesquisa de campo 2010.



De modo geral constatei que são as mulheres as principais responsáveis pelas atividades listadas como tarefas domésticas “leves” ou “pesadas”. Ou seja, é considerado tarefa de mulher: limpar, cozinhar, passar, buscar água, coletar lenha, dentre outras. Além disso, foi observada uma importante participação das mulheres nas tarefas realizadas no espaço público, como receber o recurso da Bolsa Família. Para as mulheres da comunidade o recebimento de tal recurso é uma oportunidade para adquirir bens de consumo (utensílios domésticos, roupas e sapatos para as crianças, etc.) que em outros momentos eram obtidos apenas quando o pai os fornecia com o dinheiro oriundo da unidade de produção familiar.

Importante ressaltar que, nos casos em que não se registra o modelo clássico de divisão do trabalho por sexo e idade (principalmente em famílias formadas apenas por homens), a participação do homem nas atividades domésticas como: preparação de alimentos, arrumação da casa, lavagem de roupa, dentre outras é bastante presente no cotidiano de trabalho dos membros que as compõem. Embora as atividades da esfera doméstica sejam tendencialmente associadas ao universo das mulheres.

### **5.1.2 O homem é quem dá conta do trabalho na roça!**

De acordo com o imaginário dos agricultores, é “o homem quem dá conta do trabalho na roça”, a roça é conferida como um espaço predominantemente masculino, cabendo aos homens o papel de organizar as atividades do dia a dia de trabalho e executar as tarefas mais “pesadas”, ou seja, as que exigem maior força física. Para eles, garantir o abastecimento da casa ao longo do ciclo agrícola é fazer “valer” o trabalho no roçado, como expressam os próprios agricultores: *“os homens têm que trabalhar de sol a sol para dar conta de manter a casa”*.

Apesar de ser recorrente nos discursos uma divisão de trabalho na qual a esfera produtiva está associada aos homens, e a esfera doméstica, às mulheres, na prática os diferentes membros compartilham as tarefas no roçado.

Nos discursos dos entrevistados, aos homens competem as atividades consideradas “pesadas” ou perigosas, como: roçar, capinar, queimar áreas e comercializar. Às mulheres competem tarefas como plantio e dependendo da escassez de mão de obra na unidade de produção participam da colheita, atividades consideradas pelos homens como “leves”. Além disso, trabalham nos afazeres domésticos e no cuidado com os filhos. Entretanto, mesmo que

no imaginário dos agricultores seja idealizada a “plena vivência masculina voltada *para a produção no roçado, como unidade de produção, e a vida feminina, voltada para a vivência dos cuidados domésticos*” são os membros da família que definem tais diferenciações sociais, uma vez que a organização do trabalho das famílias estudadas depende principalmente da disponibilidade do trabalho dos membros em suas unidades de produção (CANTARELLI, 2006, p. 283).

Percebe-se que na divisão social do trabalho coexistem relações de complementaridade entre os membros das famílias onde o trabalho do dia a dia nas unidades de produção estudadas vai se modelando de acordo com a situação vivida por cada grupo.

Na divisão do trabalho, existe uma norma que em geral, as crianças também participam das tarefas, mesmo que em menores proporções. Nas famílias que possuem filhos pequenos (5 a 6 anos de idade) quando estes não estão na escola, acompanham suas mães ao roçado a quem é atribuída a responsabilidade de ensinar os trabalhos mais “leves”, conforme relatado na fala de uma das mães entrevistadas:

*Quando os meninos e as meninas eram menores eles iam pra roça comigo colher feijão. Na plantação de milho colocavam milho na cova e jogavam a terra com o pé na cova. Mas quem planeja a atividade era o pai deles, eles só me ajudavam, porque também eu queria ensinar pra que eles pudessem “ajudar” o pai deles mais tarde né! Mas o restante do “serviço pesado”, era brocar, derrubar e preparar a terra, quem fazia mesmo era o pai deles e os meninos mais velhos, porque este serviço eles iam aprendendo trabalhando com o pai deles depois né! (M.R.F., agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, 54 anos).*

O processo de socialização das crianças para o trabalho no roçado ocorre com a execução de serviços mais “leves” ensinados inicialmente pela mãe, até os mais “pesados” ensinados posteriormente pelo pai principalmente durante o período da adolescência dos filhos homens.

Além disso, a socialização das crianças para o trabalho também pode ser interpretada como um processo de formação mais geral. Elas devem aprender que as tarefas do roçado são executadas pela própria família, e que uma série de fatores determinantes diferencia os tipos de atividades a serem executadas, dentre eles: idade, sexo, força física e saúde para desenvolver o trabalho (em caso de algum membro com problema de saúde) dentre outros.

Embora os filhos pequenos acompanhem as mães até o roçado e desempenhem atividades “leves” de forma a ajudá-la nas tarefas que lhes são atribuídas, aos filhos é ensinado o modo de ser masculino e feminino, ou seja, “nos valores e referências culturais, as crianças são treinadas pelo método da imitação” (RANGEL, 1999, p 148). De modo que as

meninas acabam imitando ou reproduzindo as tarefas que são atribuídas à mãe – casa, e os meninos as tarefas designadas ao pai – roçado.

Mesmo que seja valorizado nos discursos o padrão de socialização, e alguns dos seus traços sejam mantidos, a observação participante me permitiu constatar que em 26,6% das famílias as crianças rejeitam acompanhar os pais ao roçado para ficarem assistindo desenhos animados na televisão. Isto é, a televisão é um dos fatores influenciadores do desligamento/ausência dos filhos (crianças) no roçado. Além disso, esta situação é reforçada, pela mobilização existente para a erradicação do trabalho infantil.

Nem todas as tarefas desempenhadas no roçado pelos membros da família são consideradas da mesma maneira, fato que marca a classificação de tarefas próprias à adultos, jovens, e crianças. Neste sentido, a apreciação das tarefas cumpridas pelos membros no roçado ao longo do calendário agrícola permite precisar tal divisão.

Para as famílias que trabalham com roças, durante as etapas de trabalho ao longo do ciclo, de um modo geral, foram constatados tipos de trabalhos desempenhados predominantemente por homens, por mulheres e dependendo do contexto, homens e mulheres em conjunto.

Nas atividades de preparo das áreas, as tarefas como broca, queima, roço e capina (aceiros) são executadas geralmente por homens (pai, filhos jovens e adultos). Nas etapas de plantio e colheita as mulheres e as crianças têm forte participação, pois de acordo com os pais são tarefas que demandam menor esforço físico. No entanto, no caso da saída dos filhos adultos para assalariamento, o trabalho é reorganizado, podendo o trabalho de homens e mulheres misturar-se no dia a dia, fazendo com que muitas vezes mulheres executem juntamente com seus esposos tarefas como a queima, plantio, colheita e até mesmo capina. Esta última, é considerada pelos agricultores como uma atividade penosa ao longo do ciclo agrícola, pois segundo eles, demanda aproximadamente 50% da disponibilidade de trabalho dos membros (geralmente pai e filhos) durante o ciclo. A foto 12 apresenta o trabalho entre o casal de agricultores no processo de plantio de mandioca. Já a foto 13 apresenta o trabalho da capina realizado apenas pelo homem na ausência dos filhos na unidade de produção.



Foto 12: Plantio de mandioca executado pelo casal.  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.



Foto 13: Capina do roçado, executado pelo homem (pai).  
Fonte: pesquisa de campo, 2010.

É possível observar a existência de permeabilidades entre as diferentes tarefas desenvolvidas pelos membros da família no roçado. Embora a atividade do plantio seja uma tarefa executada principalmente por pessoas consideradas auxiliares ao pai (mulheres, jovens e crianças), com a escassez de mão de obra na unidade de produção familiar o pai passa a executar tanto as tarefas “pesadas” – capina (foto 13), como tarefas consideradas “leves” - depositar manivas sobre as covas (foto 12).

Em situações de migrações, ausência de membros em determinados períodos para a venda de mão de obra, doenças ou outras situações atípicas à unidade familiar, a organização do trabalho da família assume variadas configurações.

### 5.1.3 O trabalho no forno – trabalho da família!

Para as famílias estudadas, a farinha de mandioca constitui um alimento consumido em praticamente todas as refeições. Além disso, constitui o principal produto gerador de renda. No entanto deve-se considerar a existência de outras rendas complementares como aposentadorias, Bolsa Família, auxílio doença e recurso obtido através da venda de mão de obra.

A quantidade de fabricação da farinha de mandioca depende da necessidade de consumo e de recursos financeiros requerida pela unidade doméstica. Para as famílias que tiveram roçados bem sucedidos ao longo do ciclo agrícola e que dispõem de mandioca

durante todo o ano, a farinhada é realizada de quinze em quinze dias. Em caso de doença de algum membro da família, investimento no lote, compra de algum bem de consumo, são realizadas farinhadas maiores aumentando o dispêndio de mão de obra familiar neste período.

Na falta desta mão de obra na farinhada, os agricultores utilizam a estratégia de troca de dias<sup>17</sup>, ou sobrecarregam alguns membros da família. Geralmente esta sobrecarga fica para a mulher que executa diferentes tarefas nesse processo, como: raspar, lavar a mandioca, peneirar, e algumas vezes mexer a farinha no forno.

A fabricação da farinha pressupõe um local próprio, com instalações e instrumentos que permitam a transformação da mandioca no subproduto (farinha), ou seja, é necessário que se tenha uma “casa de farinha” ou como conhecido por alguns agricultores, um “retiro”. Das famílias pesquisadas, 13,4% não dispõem desse tipo de instalação e utilizam as dependências de vizinhos sob a condição de deixar parte do produto (25%) para a família que disponibilizou suas dependências.

A primeira atividade realizada para a fabricação do produto é o recolhimento dos tubérculos na terra e o transporte em cestos de cargueiros conhecidos como “caçuá”<sup>18</sup> até a casa de farinha. Ao chegarem ao local de fabricação, as mandiocas são descascadas com facas ou por uma espécie de raspador confeccionado manualmente pelos próprios agricultores (foto 15) e colocadas em um cocho<sup>19</sup> específico para este fim.

Uma prática bastante utilizada pelos agricultores da comunidade durante o processo de raspagem da mandioca é a retirada de metade da casca do tubérculo numa primeira etapa por todos os membros que executam essa tarefa e, numa etapa posterior é retirada (também por todos os trabalhadores) o restante da casca que permaneceu durante a primeira etapa. De acordo com os entrevistados, esta prática é normalmente utilizada quando se contratam trabalhadores para a tarefa de raspagem. Além disso, admitem ser uma estratégia para que o serviço “caminhe mais rápido”. Ver fotos (14 e 15).

Tal processo de trabalho também foi identificado por D’Incao e Cotta Júnior. (2001) em um estudo realizado no nordeste paraense. De acordo com estes autores, esta é uma prática

---

<sup>17</sup> Troca de dias corresponde a uma condição de trabalho estabelecida entre duas partes para a realização de determinadas atividades. A exemplo, uma família disponibiliza um ou mais de seus membros para desempenhar certa atividade em outra unidade de produção familiar sob a condição de retribuição seja em dias de trabalho, seja através de dinheiro ou outros bens e serviços.

<sup>18</sup> Caçuá é o termo empregado no Ceará para um cesto de base abaulada, usado aos pares que são sustentados na cangalha dos burros. Os caçuás inventariados repetiam a forma do cesto cearense, com adaptações para se ajustarem ao uso humano.

<sup>19</sup> Recipiente de madeira utilizado para armazenar a mandioca descascada ou ralada durante o processo de preparação da farinha.

conhecida como “capote” que visa diminuir o tempo de execução e o rendimento da atividade. Além disso, consideram ser uma forma de interação entre as pessoas que realizam a tarefa, tornando-a mais divertida e agradável.



Figura 14: Raspagem da mandioca para fabricação de farinha.

Fonte: Pesquisa de campo 2010.



Figura 15: Raspagem da mandioca com instrumento fabricado pelos próprios agricultores

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, a raspagem da mandioca é uma tarefa normalmente executada por toda a família, pai, mãe e filhos, além disso outros parentes também podem ser convidados, irmãos, sobrinhos, genros e noras, neste caso havendo troca de dias de trabalho entre estes e os donos da produção.

O método mais empregado para a fabricação de farinha é aquele em que o produto é preparado a partir da combinação da mandioca “pubada” com a mandioca apenas triturada. Para este procedimento, o tratamento do tubérculo é realizado em duas fases. Para se “pubar” a mandioca, esta é depositada em um igarapé ou em qualquer tipo de água corrente durante cerca de quatro dias até que fique totalmente amolecida com aspecto de estragada. Após esta operação a casca é facilmente retirada e o tucupi é extraído. Feito esta primeira etapa, um outro tratamento é dado aos tubérculos. Com grande parte da mandioca descascada, estas são passadas no ralador conhecido como “caititu”, em seguida remove-se o tucupi através de uma prensa, passa-se a massa por uma peneira a fim de separar as fibras dos grãos mais grossos e só então é realizada a combinação das duas massas, a primeira (retirada da mandioca puba) e a segunda extraída a partir da mandioca apenas ralada. Após todas estas etapas, a massa peneirada é depositada no forno para ser torrada e transformada em farinha do tipo “mista”.

De acordo com os agricultores a fabricação da farinha mista é justificada pela melhor qualidade desta e pela demanda do mercado.

Através da observação do cotidiano de uma das famílias estudadas, percebi que o dia de trabalho no retiro geralmente começa bem cedo e termina no final da tarde e muitas vezes após escurecer. A partir das cinco horas da manhã já se percebe o movimento no retiro. Logo cedo a mãe prepara o café das crianças que vão à escola, enquanto o pai ou os filhos mais velhos verificam a instalação do retiro, executam a limpeza do motor e do forno para sua utilização.

Posteriormente a isso, todos se dirigem ao retiro, pai, mãe e filhos (estes últimos, somente quando não estão no ambiente escolar) para a realização da primeira e mais demorada tarefa do forno, “descascar os tubérculos”. Na casa, geralmente permanece uma mulher (mãe ou uma filha jovem) para preparar o alimento de toda a família. Durante a retirada da casca da mandioca o retiro se transforma em um ambiente de socialização de histórias, piadas, planejamentos de outras atividades, ou mesmo o destino do produto e possíveis valores a serem obtidos com a sua venda. Isto depende de quem está presente no retiro, pois em caso de trocas de dias ou mão de obra contratada não se conversa sobre valores e destino do produto.

As crianças com idade não escolar também participam das tarefas, consideradas pelas mães como servicinhos “leves” quando se referem às atividades de peneirar a massa, buscar água e merenda para os trabalhadores, ou até mesmo tanger as aves de dentro do retiro. Aos jovens, cabe a responsabilidade de moer a massa no caititu e servirem de apoio ao pai e aos irmãos mais velhos na mexida do forno. Às mulheres são atribuídas atividades como peneirar massa, e depositá-las no forno para então ser torrada.

Os trabalhos considerados pela família como os mais “pesados”, prensar a massa e mexer a farinha no forno, são tarefas predominantemente masculinas, pois exigem força e resistência física. No entanto, isto vai depender da disponibilidade de mão de obra. Ou seja, pode existir atividades consideradas pesadas que as mulheres passaram a desenvolver em função da ausência dos filhos na propriedade, ou vice e versa. Com a saída dos filhos (seja para constituir família ou para a venda de mão de obra) os agricultores relatam que o trabalho fica descoberto devendo ser cumprido por outros membros, mesmo que estes precisem trabalhar por mais horas. Caso contrário, é necessário que se contrate mão de obra pelo menos para a raspagem da mandioca, processo que exige maior tempo de trabalho.

## 5.2 “HOJE TEM MUITA COISA DIFERENTE”: FAMÍLIA E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

De modo geral, o trabalho das famílias em suas unidades de produção é predominantemente configurado a partir de uma divisão social do trabalho pautado nas diferenças de sexo e idade. No entanto, conforme visto nos tópicos anteriores, existem novos arranjos nos papéis ocupacionais dos membros, onde as famílias se adequam às condições do meio natural e da disponibilidade de mão de obra de seus membros.

Contudo, o objetivo aqui é apresentar a configuração do trabalho para além dos papéis desempenhados pelos membros, indicando que embora estes sejam socialmente construídos por valores e normas culturais, também sofrem influências das condições atuais em que se desenvolve a agricultura na comunidade.

D’Incao e Cotta Júnior (2001) em um estudo realizado no município de Igarapé-Açu no nordeste paraense analisaram o trabalho da mulher sob condições de esgotamento dos recursos naturais em unidades de produção familiares. Os autores demonstram que com a diminuição da importância da agricultura de corte e queima as famílias passaram a utilizar maquinários na preparação das áreas, maximizando o aproveitamento da mão de obra dos seus membros neste tipo de atividade. Naquele contexto surgiram novos arranjos na organização do trabalho das famílias, um deles foi o afastamento da mulher em relação as atividades no roçado, as quais passaram a desenvolver outras atividades extra-lote com a venda de produtos olerícolas em feiras locais. Segundo esses autores, tais arranjos também podem estar relacionados à fase evolutiva da unidade de produção familiar, pois com o crescimento dos filhos homens, reduz a necessidade de mão de obra da mulher no espaço de produção.

Diferente do que foi analisado por D’Incao e Cotta Júnior (2001), na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, as famílias vivem em uma situação limite de escassez de recursos naturais que demanda a crescente investimento de mão de obra de seus membros, pois assim como apresentado nos tópicos anteriores, os meios de produção que as famílias dispõem (terras com baixa fertilidade, falta de maquinários para o preparo de áreas, baixo poder aquisitivo para compra de insumos e maior quantidade de trabalho para a preparação e trato com as áreas) não permitem uma redução do tempo de trabalho dos membros na unidade de produção familiar. Apesar disso, estes acabam saindo para desenvolverem outras atividades



fora da unidade de produção familiar ocorrendo assim uma reorganização do trabalho da família durante o ciclo agrícola.

Na comunidade, é comum ouvir dos diferentes entrevistados que a agricultura não tem conseguido proporcionar a obtenção de uma renda suficiente para manter a reprodução da família e, conseqüentemente, o trabalho dos filhos apenas na unidade de produção familiar. Do total das famílias estudadas, 73,4% atribuem a saída dos membros para a execução de atividades extra lote à própria vulnerabilidade da agricultura. Relatam que os fatores de produção disponíveis (pequenas áreas, baixa fertilidade dos solos, áreas arrendadas, baixas produções, dentre outros) estimulam a migração dos membros (seja efetiva, ou provisória) para a execução de atividades “fora das cercas” das suas unidades de produção. Tais considerações podem ser constatadas na seguinte fala:

*Antigamente nós trabalhava todo mundo junto, tudo que a gente conseguia fazer era pra família. Hoje os meus filhos trabalha pra nós na roça e para outros, porque o que tá dando na nossa terra não tá dando pra eles manter a necessidade dos compromissos deles. Aí eles trabalham de alugado em outros lotes. Quer dizer, que, quando o lote precisa, muitas vezes os meninos estão com outros serviços por ai. Ai sabe o que acontece? Eu vou ter que me virar pra pagar trabalhador de alugado, pois eu chego e falo assim: Olha, tem um serviço pra fazer, e quando a gente vem pra planejar eles já estão com outros compromissos, aí eu tenho que esperar ou pagar né! Essa é uma dificuldade grande que a gente vê aqui! (A.J. M., 51 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

O relato permite analisar que as formas de inserção dos membros das famílias em outras atividades fora do estabelecimento agrícola familiar, têm causado efeitos sobre as unidades produtivas estudadas, não somente no que se refere aos arranjos nos papéis ocupacionais dos membros, mas também em outras relações como aumento dos custos de produção com a contratação eventual de trabalhadores e uma sobrecarga de trabalho para os membros que disponibilizam integralmente sua força de trabalho. Para demonstrar as diferentes mudanças na organização do trabalho da família, é importante apresentar uma classificação da quantidade de famílias que possuem membros trabalhando intra e extra unidades de produção (quadro 7).

Nº de famílias com membros trabalhando extra unidade de produção				
Possui um membro trabalhando extra lote	Possui 2 membros trabalhando extra lote	Possui 4 membros trabalhando extra lote	Total	% Famílias
8 famílias	2 famílias	1 família	11 famílias	73%
Nº de famílias que não possuem membros trabalhando extra unidade de produção				
4				27%
Total de famílias entrevistadas – 15				100%

Quadro 7: Número de famílias que possuem membros trabalhando intra e extra unidade produção da família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Do total das famílias estudadas, 73% possuem membros desempenhando outras atividades fora da unidade de produção familiar e 27% possuem membros que trabalham apenas no lote. Nas primeiras, constatei que 63,6% possuem membros disponibilizando trabalho tanto na unidade de produção familiar como em unidades de produção de terceiros; 27,3% são membros que trabalham em outros municípios e 9,1% das famílias possuem membros residindo e trabalhando na sede do município de Mãe do Rio.

Os agricultores entrevistados apontam que a partir de 2006, após o intensivo uso da terra para a produção da mandioca objetivando a fabricação e comercialização da fécula (goma), já se percebia a redução da capacidade produtividade dos solos destinados à agricultura, os quais *“perderam o vigor da produção”* (M.F, 74 anos, agricultor da comunidade). Em decorrência disso, tem-se a exigência cada vez maior de mão de obra nos estabelecimentos agrícolas familiares e o aumento nos custos de produção (insumos agrícolas), fazendo com que a geração de renda das famílias dependa do investimento da mão de obra dos membros.

No entanto, como a “terra da família” não consegue oferecer condições necessárias para manter os membros na unidade de produção, estes passam a vender mão de obra a fim de conseguir recursos financeiros fora do estabelecimento agrícola familiar, provocando uma situação de tensão, pois a existência de uma lacuna na mão de obra da família em certos períodos do ano resulta também na contratação de trabalhadores para a realização de algumas atividades. Assim, ao mesmo tempo que a unidade requer um maior investimento da força de trabalho de seus membros estes também passam a destiná-la a outras atividades agrícola e não agrícolas fora do estabelecimento da família.

Segundo estes mesmos agricultores o tipo de despesa é diferente para os membros da família que “ajudam” no roçado, e os “trabalhadores” contratados para realização dos mesmos serviços em caso de limitações de mão de obra na propriedade. Pois, embora não trabalhando

em determinados momentos no lote da família, a despesa com o consumo desses membros continua a mesma, uma vez que, permanecem residindo na unidade de produção da família. Isto é, em determinados períodos do ano consomem e não trabalham no lote, o que acaba ocasionando certo desequilíbrio entre o que se produz e o que se gasta na unidade de produção.

Já nos casos em que as famílias precisam pagar mão de obra, a produção final dependerá diretamente do dinheiro que ela possa dispor ao contratado, ou seja, um dinheiro também obtido em outros momentos a partir da mão de obra da família.

Nesse sentido, 63,6% das famílias estudadas relatam ter dois tipos de despesas com a saída dos filhos em determinados períodos da unidade de produção. A primeira referente ao consumo do membro e a segunda ao pagamento ocasional de trabalhadores contratados, pois no caso do dispêndio de mão de obra somente dos membros da família não se teria a contrapartida imediata em dinheiro.

As famílias que possuem membros trabalhando dentro e fora do estabelecimento agrícola familiar (63,6%) são geralmente aquelas compostas por filhos jovens ou adultos que ainda não constituíram uma unidade familiar “autônoma” via casamento e que necessitam da venda de mão de obra tanto para a aquisição de bens de consumo como roupas, sapatos, perfumes como para a obtenção e acumulação de recursos para a compra de animais (bovinos) ou até futuramente um lote de terra.

Se por um lado essa situação oferece aos jovens maior independência quanto a sua força de trabalho e manuseio dos recursos obtidos através dela, de outro questiona o papel do pai como organizador do trabalho na unidade de produção destas famílias.

De modo geral, os pais argumentam que muitas vezes a saída desses filhos para o trabalho extra-lote acaba influenciando no trabalho da família como um todo, pois embora o recurso obtido fora pelos filhos retorne muitas vezes em forma de insumos (adubos, sementes e compra de equipamentos- enxadas, facões) os custos da perda de mão de obra em determinados períodos é bem maior do que o recurso retornado ao estabelecimento, uma vez que a falta de dinheiro para a contratação de trabalhador alugado aumenta a penosidade do trabalho para alguns membros da família. Tal afirmação quanto a sobrecarga de trabalho pode ser evidenciada na fala de uma das entrevistadas:

*Hoje meu marido planeja fazer as coisas e faz sozinho, pois os filhos estão todos trabalhando fora. Mas quando os meninos vão para a roça fazem serviço “pesado” junto com o pai, roça, capina, faz tudo que o pai deles faz. Mas quando os meninos saem para trabalhar fora o pai deles se sobrecarrega, quando tem, paga, quando não tem, vai fazendo o serviço sozinho, mas quando ele vê que não da conta, o*

*serviço espera, é o jeito! (M.R.F, 54 anos agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

No caso específico desta família, enquanto os filhos trabalham em uma empreitada em lotes de vizinhos ou em comunidades próximas, o pai se encarrega de trabalhar sozinho durante vários dias na atividade de capina do roçado da família. O trabalho antes dividido entre os filhos e o pai, cabe temporariamente somente ao pai, fazendo com que outras atividades com o manejo de roças implantadas em terras arrendadas fique comprometido.

Além disso, os agricultores que possuem filhos trabalhando fora da unidade de produção relatam que geralmente em períodos de preparo de áreas, estes estão contratados para fazer essa mesma atividade em unidades de produção de terceiros (geralmente vizinhos). Portanto, no momento em que o estabelecimento agrícola da família necessita de maior demanda de mão de obra dos seus membros, estes vendem a sua força de trabalho a terceiros. Nesta situação, ocorrem duas formas de organização do trabalho: i) quando o serviço deve ser cumprido de acordo com o calendário agrícola, contrata-se mão de obra para executá-lo; ii) caso a família não disponha de recursos financeiros para contratação, os membros que permanecem na unidade de produção da família se sobrecarregam executando atividades que antes não lhes eram atribuídas.

Outra situação que reflete as condições em que se desenvolve a agricultura na comunidade Nossa Senhora de Lourdes e um desfalque na mão de obra de 9,1% das famílias estudadas, refere-se à saída dos filhos (jovens) para trabalharem na sede do município ou em outros municípios vizinhos.

De acordo com os entrevistados, até o ano de 2006 quando as áreas ainda ofereciam cultivos com melhores rendimentos, não se percebia a saída frequente dos jovens para trabalharem na sede do município de Mãe do Rio ou em municípios vizinhos. A partir deste período, os filhos (jovens) começaram a se dirigir à cidade para trabalharem em supermercados como carregadores e em outros tipos de empreendimentos privados. As filhas que não estenderam seus estudos e não constituíram famílias, passaram a trabalhar como atendentes em lojas ou até mesmo em instituições públicas. Outro caso bem frequente, é a saída de jovens para a cidade de Parauapebas. Os relatos apontam que estes acabam saindo por intermédio de outros jovens da comunidade que passaram a trabalhar no município em atividades voltadas para a mineração.

Esta situação que influencia diretamente na organização da unidade de produção da família e, conseqüentemente, na organização do trabalho familiar, foi percebida nos estudos de Stropasolas e Aguiar (2010), em outro contexto. Os jovens questionam a baixa eficiência

dos sistemas tradicionais de produção agrícola baseados em cultivos poucos diversificados (lavoura-pecuária) nas unidades de produção de suas famílias, principalmente quando há limitações de acesso aos fatores de produção: terra, sementes, insumos e maquinários. Os entrevistados comungam a idéia que o principal estímulo da migração dos jovens para outros locais de trabalho deve-se a esta situação. No entanto, nas conversas informais com jovens da comunidade, constatou-se que além da vulnerabilidade da agricultura, estes admitem que a renda obtida fora do lote da família é uma renda mais segura e muitas vezes fixa, podendo também gerar mais liberdade no uso desse recurso.

De acordo com Stropasolas e Aguiar (2010) além da vulnerabilidade da atividade agrícola, a própria característica do trabalho penoso na agricultura desestimula a permanência do jovem no meio rural, especialmente das moças. Outro fator limitante para a permanência dos jovens estudados por esses autores refere-se à própria estrutura fundiária:

O tamanho da propriedade familiar e as próprias condições financeiras das famílias não permitem que todos os filhos permaneçam na agricultura como proprietários de terras, isto é, a divisão e distribuição de lotes de terras entre os filhos são consideradas até o limite em que não comprometa a reprodução da unidade familiar (STROPASOLAS; AGUIAR, 2010, p. 164).

Como percebido pelos autores, fatores limitantes também foram constatados nos relatos, tanto das famílias que possuem membros trabalhando intra e extra-lote, quanto em famílias que possuem membros trabalhando apenas fora da unidade de produção familiar, isto é, em 73% das famílias estudadas.

No relato de uma das mulheres entrevistadas, é possível observar a tensão existente entre a necessidade e a vontade que os filhos permaneçam na unidade de produção familiar e a preocupação de garantia de reprodução dos mesmos nesta unidade:

*“Eu acho que essa terra do jeito que tá nem tinha condições de manter todos os meninos aqui. Mas minha vontade mesmo é que eles trabalhassem todos juntos porque ”a união faz a força”. Eu queria que eles produzissem uma produção maior e do total que todos fizessem depois de tirar o de manter a casa eles dividissem entre eles, para cada qual ter seu dinheirinho para comprar suas coisas” (M. B., 54 anos, agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

A preocupação exteriorizada na fala da agricultora aponta que a situação, além de estar relacionada à própria estrutura agrária está também fundada na pressão das famílias sobre os recursos naturais. Ao mesmo tempo em que a concentração de mão de obra dos membros favorece as atividades por unidade de área, os recursos de produção que o meio oferece não

estão conseguindo manter todos dentro de uma mesma unidade. Mesmo antes da formação de uma nova família.

No que diz respeito à organização do trabalho das famílias que possuem membros trabalhando extra unidade de produção, constatei importantes mudanças. Em uma das famílias estudadas o único filho que ainda residia na unidade de produção familiar saiu para assalariar-se no município de Parauapebas, restringindo a mão de obra e a força de trabalho da unidade ao casal. Com isso, a mãe passou a trabalhar mais frequentemente na roça e a desempenhar tarefas anteriormente executada pelo filho. Além de novas atribuições na esfera do roçado, a mãe passou a executar outras tarefas no retiro durante o processo da fabricação da farinha. No depoimento a seguir, tais arranjos podem ser percebidos mais claramente:

*Aqui em casa agora o trabalho da roça é organizado entre eu e meu marido. Hoje eu **capino, não broco, mas planto maniva**. Nos **serviços da casa o meu marido lava uma loucinha e outra**. Como hoje, eu e meu marido estamos sozinhos na farinhada pra nós ficou mais pesado. Antes eu só raspava a mandioca, eu não peneirava. Agora eu peneiro, eu torro, aumentou o serviço, mesmo a gente produzindo menos saca (A.M. 49 anos, agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).*

Desta forma, a organização do trabalho das famílias que possuem membros trabalhando extra-lote está mais relacionada à penosidade do trabalho com a ausência dos membros (seja eles em períodos temporários ou permanentes) do que às possíveis alterações nas atribuições de tarefas culturalmente desempenhadas segundo o sexo e a idade. Através da fala da mãe agricultora percebi que, mesmo desempenhando a tarefa antes atribuída ao filho, enfatiza que realiza as atividades como uma forma de “ajuda” ao marido. Ou seja, destaca que: “**capina e planta, mas não broca**”, não realiza atividades que requer força física, mas sim aquelas que predispõem esforço físico como capinar várias horas ao sol.

Mesmo aumentando o tempo de trabalho para realização destas duas atividades, tarefas como a “broca” é tarefa de homem, logo, deverá ser realizada por pessoas do sexo masculino. Isto é, na ausência de um filho adulto que “ajude” o pai na tarefa, ou a família contrata trabalhador, ou o pai acaba realizando a atividade sozinho. Neste caso, aumenta a quantidade de horas trabalhadas pelo pai e, conseqüentemente, surgem para a esposa outras atividades anteriormente não atribuídas a ela. Portanto, quanto maior a escassez de mão de obra na unidade de produção da família, maior a carga de trabalho e o tempo destinado para a execução das atividades pelos membros.

Em famílias maiores, esta sobrecarga é menos enfatizada e a reorganização do trabalho é configurada de acordo com o sexo e a idade. Mesmo com a saída de um dos filhos e

havendo disponibilidade de trabalho de outro filho na unidade de produção, este último substituirá o membro se este tiver sexo equivalente e idade suficiente para assumir tal responsabilidade. Neste sentido, os fatores sexo e idade são fundamentais no momento desta reorganização. Entretanto, deve-se levar em consideração o conjunto de fatores que envolvem o trabalho das famílias (composição, recursos financeiros para contratar trabalhadores em determinados períodos, etc), assim como a existência de uma flexibilidade na organização do trabalho desses agricultores estudados, uma vez que se constatou que não existe um engessamento de papéis na realização das atividades executadas.

Os agricultores afirmam que a atual condição socioambiental das unidades de produção é um dos principais fatores para a saída dos filhos, fato que reflete a preocupação dos pais em relação à reprodução futura dos seus membros. Nesse sentido, uma agricultora afirma:

*“Se a gente não se planejar daqui para frente a gente não tem como trabalhar, antes tinha terra mais forte, e nós deixava a terra descansando mais tempo para plantar a roça. Hoje o agricultor continua na mesma ideia de plantar a roça, mas a terra não é mais a mesma, a gente não deixa nem descansar e planta em cima, Aí sabe o que acontece? Ninguém mais quer saber de plantar batata, Jerimum, mamão, açai, horta não, só fica naquela coisa de plantar roça, daqui uns dias não vamos conseguir tirar mais nada da terra. Aí o agricultor pega sua família vai para a cidade esperar os “cabeças” da família trabalhar para os outros, para trazer comida pra dentro de casa. E os filhos menores saem para a rua para fazer o que não presta, porque na cidade é assim, tudo atraí as crianças pra rua”*( M.R.F, 54 anos agricultora da comunidade Nossa Senhora de Lourdes).

As diferentes situações aqui apresentadas retratam a diversidade que assume a organização do trabalho das famílias estudadas, as preocupações e as perspectivas das mesmas quanto à atual condição do meio em que vivem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida cotidiana das famílias estudadas na comunidade Nossa Senhora de Lourdes é essencialmente organizada em torno de suas unidades de produção constituídas por locais de *morada* e de *trabalho*. Para essas famílias, a “terra” é por excelência o lugar de trabalho.

Neste sentido, a análise da trajetória e origens das famílias estudadas me permite revelar que o contexto em que estas vivem hoje, com fortes limitações de recursos naturais em suas unidades de produção, acaba sendo uma replicação de situações outrora vivenciadas em seus locais de origens. Embora parte desses agricultores tenha sido incentivada à migração em razão de políticas de desenvolvimento de grandes projetos (construção de estradas, núcleos de povoamento, dentre outros) para a região do nordeste paraense, esta migração também se deve a fatores como: grandes secas no nordeste brasileiro, constituição de matrimônios e limitação de terras ou outros recursos do meio que pudessem manter todos os membros ou famílias extensas em uma mesma unidade de produção familiar. Diante dessa situação, estes agricultores encontraram na região do nordeste paraense uma possibilidade de melhores condições de vida através da aquisição de “terras de trabalho” para reproduzir-se enquanto tal.

O acesso à terra por estes agricultores foi alcançado após um processo de luta em que as famílias garantiram a posse das áreas. No entanto, estas terras já estavam marcadas por um forte ritmo de exploração dos recursos naturais (principalmente madeireiros), a qual devastou parte significativa da cobertura vegetal das mesmas. Ao longo dos anos, a situação foi agravada com o uso intenso destas áreas pelos agricultores para a implantação de roçados no sistema tradicional de corte e queima. Além disso, reduziram o período de pousio das áreas utilizadas, tornando assim seus sistemas de produção mais vulneráveis e menos sustentáveis a cada ciclo.

Atualmente as unidades de produção das famílias estão organizadas de acordo com as possibilidades de produção que estas dispõem, tais como: pequenas áreas, baixa capacidade produtiva dos solos (consequentemente a redução da produção cultivada), e escassez de mão de obra. Os problemas associados ao esgotamento de recursos naturais nas unidades de produção fazem com que as famílias assumam outros comportamentos em relação à gestão dessas unidades e a organização do trabalho de seus membros, sobretudo em termos de alocação de força de trabalho.

Os dados da pesquisa demonstram que com a redução da capacidade produtiva dos solos das unidades de produção das famílias estudadas, as áreas de implantação de roçados



diminuíram significativamente quando comparado às áreas implantadas no período em que as unidades de produção podiam dispor de terras mais férteis. O fato das famílias plantarem atualmente em áreas de pastagens enjuquiradas sob condições menos favoráveis do que no período em que as áreas eram antecedidas de matas ou capoeiras, exigem que estas recorram a outras alternativas para permanecer produzindo e trabalhando na terra.

Nesse sentido, o que vem ocorrendo é uma reestruturação dos sistemas de produção das famílias. Entre os indicadores dessa reestruturação constata-se novas formas de gestão e manejo nos roçados. Pode-se dizer que os agricultores reduziram tanto as áreas de roçados como a diversidade de cultivos que neles existiam. Houve também modificação quanto ao modo de preparo de áreas, pois como os plantios são realizados em áreas antecedidas de pastagens enjuquiradas (capim estrepe) são quase inexistentes as operações de broca e derruba, a não ser em caso de agricultores que trabalham de “alugado” em outras localidades. Deste modo, no preparo das áreas de roçados são realizadas apenas as etapas de roço e queima.

Outro indicativo de que as áreas não têm conseguido oferecer produção que gere renda suficiente para garantir a manutenção de toda família, é a utilização do sistema de arrendamento de terras para implantação de roçados. Neste tipo de sistema, além das famílias aumentarem seus custos de produção com o pagamento da unidade de área arrendada, estas precisam dispor de uma quantidade maior de mão de obra para manejar roçados fora dos seus estabelecimentos agrícolas.

O aumento de demanda de mão de obra dos membros também é percebido no interior das unidades de produção das famílias, pois à medida que a terra apresenta uma situação limitante quanto às suas condições ecológicas, maior deve ser o investimento de trabalho para lidar com essa situação de crise. A redução das áreas para implantação dos roçados e de tarefas a serem executadas no preparo destes, não significa dizer que há menor exigência de mão de obra dos membros na unidade de produção familiar. Ao contrário, como as roças das famílias são implantadas pelos próprios membros de forma manual (tanto nas áreas do lote, como em áreas arrendadas) as unidades de produção necessitam de significativa disponibilidade de mão de obra de seus membros, principalmente nos períodos dos tratos culturais, pois, devido à forte incidência de ervas daninhas em terras de baixa fertilidade, aumenta-se o número de capinas efetuadas e o tempo gasto a cada limpeza. Assim, em caso de escassez de mão de obra da família surge a necessidade de contratação de outras forças de trabalho.

Diante das dificuldades de produção e econômicas que as famílias da comunidade vivenciam alguns membros destas (principalmente filhos jovens) passam a buscar outras ocupações fora das unidades agrícolas de produção ao mesmo tempo em que esta unidade necessita de disponibilidade de trabalho dos mesmos, fato que questiona inclusive a autoridade do pai como organizador das atividades produtivas. Diante desse contexto de tensão as famílias assumem novos arranjos quanto à organização do trabalho.

De modo geral, o trabalho das famílias em suas unidades de produção é configurado a partir de uma divisão social do trabalho pautado nas relações de gênero e hierarquias. No entanto, é possível concluir que com a saída dos membros para a execução de atividades extra-lote ocorre uma maior flexibilização quanto às atividades culturalmente desenvolvidas pelos membros em suas unidades de produção. Assim, embora os discursos dos entrevistados reforcem a idealização de que trabalho de mulher é “serviço de casa” e trabalho de homem é “trabalho pesado na roça”, esta naturalização é desconstruída na prática diária do trabalho.

A noção de trabalho “leve” e “pesado” está relacionada à concepção que os agricultores têm sobre as atividades desenvolvidas dentro de suas unidades produtivas, pois os dados da pesquisa demonstram que em determinados momentos tanto os homens quanto as mulheres realizam tarefas consideradas por eles como “leves” ou “pesadas”. Nesse sentido, trabalhos pesados estão presentes tanto na esfera doméstica como na esfera produtiva, pois carregar água por longas distâncias, coletar lenha e lavar roupa de toda família no igarapé são atividades que dependem de esforço físico, assim como raspar mandioca, plantar, colher, armazenar. Deste modo, pode-se afirmar que estas noções podem ser rearticuladas por construções culturalmente idealizadas, e por isso mesmo, considero aqui como relativas dependendo do modo de vida de cada família.

Para os agricultores estudados, as atividades realizadas na esfera doméstica, não são associadas a trabalho, mesmo estas sendo realizadas por homens, isto é, trabalham aqueles que desenvolvem atividades do setor produtivo – seja no roçado, ou em outra atividade não agrícola.

Com relação à socialização das crianças, pode-se dizer que esta passa por muitas transformações, pois existe uma mobilização através dos meios de comunicação contra o trabalho infantil, o que influencia tanto os pais como as crianças no processo de socialização do trabalho. Formas de trabalho socialmente condenáveis são confundidas com aquelas que fazem parte de um padrão de socialização (NEVES, 1999).

Pode-se concluir também, que nas famílias que possuem membros trabalhando fora da unidade de produção familiar há uma sobrecarga de trabalho, fazendo com que os que

permanecem trabalhando integralmente no lote assumam as diferentes tarefas. Diante disso, as delimitações de espaços masculinos e femininos variam e assumem concepções distintas dependendo do contexto em que cada família se insere. Isto é, não existe um engessamento de papéis na maioria das famílias investigadas. Mas sim, uma complementaridade de atribuições dos membros em caso de escassez de mão de obra nas unidades de produção. Assim, a integração de homens e mulheres em atuações correspondentes - mesmo não sendo tal qual apontado nos modelos ideais, são percebidos nas estratégias familiares para manter a unidade de produção da família funcionando.

Outra questão que deve ser considerada refere-se às histórias de vida desses agricultores. Os dados da pesquisa me permitem afirmar que, embora os filhos não tenham tido a mesma oportunidade de acesso à terra que seus pais tiveram, eles reproduzem a mesma trajetória de trabalho, isto é, venda de mão de obra em situações de crise e procura de melhores condições de vida em outros espaços de produção.

O estudo de caso realizado com as famílias da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, apresentou a existências de múltiplas possibilidades de análise da organização do trabalho dessas famílias em suas unidades de produção. Nesse sentido, teve como propósito apresentar as situações mais diversas de trabalho por acreditar que apesar do debate sobre o trabalho de famílias agricultores se dar muitas vezes a partir de modelos ideais, ele não está isento de contrapontos. Este fato instiga a elaboração de trabalhos que apresentem os arranjos em curso e a realidade local de famílias que a cada dia criam e recriam condições para continuar materializando o trabalho a partir das condições ambientais, econômicas e sociais particulares.

Enfim, as análises e discussões realizadas me permitem concluir que:

- 1- As famílias se adaptam às condições ecológicas limitantes em que as unidades de produção se encontram, criando alternativas para o desenvolvimento das atividades produtivas através da reconfiguração da gestão dessas unidades e da organização do trabalho de seus membros.
- 2- A saída dos filhos para assalariamento é uma replicação da trajetória de trabalho dos pais. No entanto, até que estes não tenham acesso à terra, haverá uma situação de tensão entre a demanda de mão de obra que a unidade de produção familiar requer, a necessidade dos filhos de obterem renda “certa” tanto para garantir suas condições básicas (roupas, sapatos, etc) como para retorno ao próprio estabelecimento (insumos, ferramentas de trabalho e compra de animais), e a

vontade dos próprios pais para que os filhos consigam outras alternativas para seu futuro, uma vez que a unidade de produção não conseguirá manter várias famílias em uma mesma área.

- 3- Não existe apenas um modelo ideal de organização do trabalho familiar, mas sim uma diversificação de arranjos que dependem das condições do meio natural em que as famílias estão inseridas, da composição familiar, da disponibilidade do trabalho dos membros nas unidades de produção e dos projetos de vida de cada indivíduo. Dessa forma, os arranjos familiares se instituem no dia a dia de trabalho ocorrendo, inclusive, em determinados momentos consequências na reordenação hierárquica, isto é, “quem manda”, “quem obedece” e “quem executa”.
- 4- Embora para os agricultores estudados esteja idealizado um modelo de organização do trabalho baseado na geração, idade e sexo dos indivíduos, na prática esta idealização não se sustenta para todo o caso estudado, pois modelos ideais de famílias (casal e os filhos que residem e trabalham na mesma unidade de produção) são questionados com a saída dos filhos para a execução de atividades extra lote (agrícolas e não agrícolas), situação que implica em aumento no esforço de trabalho de alguns membros em detrimento de outros, causando rupturas de papéis culturalmente delimitados e desempenhados pelos diferentes membros das famílias.

As análises e discussão realizadas neste trabalho fomentaram duas outras perguntas que podem ser respondidas em futuras pesquisas desenvolvidas na região estudada.

- I. Quais os objetivos e perspectivas dos jovens em relação ao trabalho agrícola nas áreas da comunidade mediante o contexto de limitações do meio natural aqui apresentado?
- II. Quais as novas estratégias de produção desenvolvidas pelas famílias para permanecer vivendo em suas “terras de trabalho”?

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber livros, 2005. 70 p.
- BATISTA, Maria Grings. **Terra de família-família de trabalho**: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- BECKER, Howard S. **Observação social e estudo de casos sociais**: métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BEZERRA, Nicole Rafaela Costa. **Agricultores familiares e sistemas agroflorestais**: A relação família e trabalho em questão. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les éditions de minuit, 1988. 277 p.
- BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. Parentes e Parceiros In: ARANTES, Antônio Augusto. et al. **Colcha de retalhos**: estudo sobre a família no Brasil. São Paulo: UNICAMPI, 1993. 205p.
- BRUMER, Anita; DUQUE, Ghislaine; LOURENÇO, Fernando Antônio; BAUDEL, Wanderley Maria de Nazaré. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993. 179-234.
- CANTARELLI, Johnny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva biológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. da UFPE, 2006. p. 279-299.
- CARNEIRO, Maria de Fátima. **Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará**: Um trem, a terra e a mandioca. 1990. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

CARNEIRO, Maria José . “A pluriatividade na agricultura familiar”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/zeze19.htm>. Acesso em março de 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra capa liv., 1998. p. 228.

CASTRO, Edna Maria Ramos. **Tradição e modernidade**: a propósito de processos de trabalho na Amazonia. Seminário Temático Trabalho, trabalhadores e sindicatos: desafios teóricos. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21.,1997, Caxambu/MG. **Anais ...** Caxambu, p. 31- 48.

CHAYANOV, Alexandre V. **La Organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Ayres: Visión, 1974.

CONCEIÇÃO. Maria de Fátima Carneiro da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. P. p 9-259. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY, M.C (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira**: fases do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. 359 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 1992. 81 p.

D’INCAO, Maria Ângela; COTTA JÚNIOR, Humberto. Transformações e Permanências no Espaço Feminino na Agricultura Familiar. p 429-465. In: D’INCAO, Maria Ângela; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos Santos. **A Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. 208 p.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. (org.). **A Aventura Sociológica**: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

ÉGLER, Eugenia Gonçalves. “A Zona Brangantina no Estado do Pará”. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 3, p. 527-555, jul./set. 1961.

FORTES, Meyer. **O Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1974. p. 01-09.

FLORHRSCHUTZ, G.H.H. **Análise econômica de estabelecimentos rurais do município de Tomé-Açu, Pará**: um estudo de caso. Belém: [s.n.], 1983, p 44.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954. (Documentos brasileiros, 36 A)

GARCIA, Brígida; DE OLIVEIRA, Orlandina. La familia y el trabajo: principales enfoques teóricos e investigaciones sociodemográficas. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Tratado latinoamericano de Sociología.** Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 148-170.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HURTIENE, Thomas. A Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, p.442-466, dez.1999.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. de 2005.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981. 235 p.

IDESP, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. **Municípios Paraenses.** Mãe do Rio, Belém, 1990. 29 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário, 2006.** Disponível em. <http://www.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em: 03 dez, 2010.

KATO, Osvaldo Ryohei. **Sistemas agroflorestais na agricultura familiar como alternativa para diversificação da produção e redução de queimadas no nordeste paraense.** Belém: Embrapa Oriental, 2009.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (org.). **Gênero e Saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. 336p.

LIMA, Deborah de Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio Serreni; NEVES, Walter Alves. **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo, Annablume, 2006. p 145-170.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MAZZOTTI, Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 203p.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? 1993. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02>. Acesso em março de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Diagnóstico e Planejamento de do Território Rural do Nordeste Paraense**. 2006. Disponível em [http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio061.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio061.pdf). Acesso março de 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152 p.

MOTA, Dalva Maria da. **Olhares sobre a família e trabalho no espaço paraense**. Mimeo, 2008. p. 25.

MOTA, D. M, da; SATO, R.B.; VIEIRA, P. R.; MEYER, G.; PEREIRA, J. A. G. Zoneamento agrossocioeconômico participativo no Alto Moju/PA. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2007. Fortaleza. **Agricultura familiar, políticas e inclusão social (anais)**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”**: Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade Amazônica. Belém: EUFPA, 1993.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira: ontem e hoje**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., ABEP, 2006. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf). Acesso em fevereiro de 2011.



NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212p.

NEVES, Delma Pessanha. **A Perversão do Trabalho Infantil**. Lógicas Sociais e Alternativas de Prevenção. Niterói: Intertexto, 1999. 241p.

NUNES, Francinaldo Alves. **Colonização agrícola e núcleos coloniais nas terras de florestas da Amazônia oriental (Pará, Século XIX)**. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10587/6230>. Acesso, dezembro de 2010.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico conceitual sobre a pesquisa qualitativa**: Tipos, técnicas e características. Disponível em <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas>. Acesso, dezembro de 2010.

OLIVEIRA, Daniela. **Mercados e reprodução social – um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS**. 2007. 211 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. V. 1.

PESSÔA, Elen Cristina da Silva. **Agricultura familiar no nordeste paraense**: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA). 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. P. p 127-169. In. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. da UFPE, 2006. 480 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998. 275p.

RANGEL, Lucia Helena. **Da infância ao amadurecimento**: uma reflexão sobre os rituais de iniciação. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/19.pdf>. Acesso 2 de março de 2011.

RAVENA CAÑETE, Voyer; LIMA, Deborah de Magalhães; Universidade Federal do Pará. **Memória e herança da terra:** a história de uma família camponesa do nordeste paraense. 2000. 134 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. \$b Mestrado em Antropologia, 2000.

RIACHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROY, Gérard. A Agricultura Familiar nas Frentes de Colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.** Belém, v.1, n. 3, p.81-107, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182 p.

SCOTT, Parry. Mensagens cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural. P.p. 243-262. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Da UFPE, 2006. 331p.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2001. 121 p.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão social do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997. p.64-67.

SIT. Sistema de Informações Territoriais. Disponível em <http://sit.mda.gov.br>. Acesso 09 de dezembro de 2010.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho:** a sua constante reprodução, 2003. São Paulo. 12p. Disponível em: [http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003\\_nancistancki.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf). Acesso 24 de fevereiro de 2011.

STANEK, Oleg. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar:** comparação internacional – Do mito á realidade. Campinas. UNICAMPI, 1998. p. 119- 145. V. 2.

STROPASOLAS, Valmir Luiz; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. As problemáticas de gênero e gerações nas comunidades rurais de Santa Catarina. p 159-183. In: PARRY, Scott; CORDEIRO,

Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 480 p.

SAWEYER, D. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma fronteira agrícola no Pará. **Revista de economia do Nordeste**, Fortaleza, v. 10, n.3, p. 773-812. 1979

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. p 37-46. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SALOMÃO. R.P.; ADAMS M. “Biodiversidade 120 anos depois da ocupação agrícola na região Bragantina, Pará”. In: FORLINE, L; MURIETA, R; VIEIRA, I. C. G.; (Eds.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: MPEG, 2006. p. 533-540.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3.ed. São Paulo: Ed. da USP, 1988. 316p.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinhas. 2004. 215 f. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1995. 336p.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997. 192p.

WOLF. Eric. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Ed. da UFAM, 2007. 484p.